



RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 2010

CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS E CONDIÇÕES DE VIDA



CONDIÇÕES DE VIDA

Características demográficas e sócio-económicas, e as condições em que vivem os agregados familiares e a população caboverdeana

CENSO 2010

Catálogo recomendada:

Instituto Nacional de Estatística

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010

CONDIÇÕES DE VIDA

Características demográficas e sócio-económicas, e as condições em que vivem os agregados familiares e a população caboverdeana

Presidente

Antonio dos Reis Duarte

Editor

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2010

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv

Design e composição;

Instituto Nacional de Estatística

© Copyright

Equipa técnica & esclarecimentos

Noemi Rute Lima Ramos

e-mail: nramos@ine.gov.cv

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

PREFÁCIO

A realização de um levantamento de dados como os Censos representa o desafio mais importante para um Instituto Nacional de Estatística, sobretudo devido à sua complexidade, os recursos humanos e financeiros envolvidos, mas constitui a única fonte de informação sobre a situação de vida da população nos municípios, nos meios rurais e urbanos, nas localidades de um país.

O IV^o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2010) foi organizado e executado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Junho de 2010 no âmbito do Decreto-Lei n.º27/ 2008, cujos resultados se referem a 15 de Junho de 2010 (momento censitário). O RGPH-2010, visa, globalmente, melhorar o conhecimento das características da população e da habitação através da produção de informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas nacionais e municipais e para a tomada de decisões de investimento, seja proveniente da iniciativa privada ou pública.

Para a realização do RGPH 2010, o INE, fez uma grande aposta na utilização de novas tecnologias, adoptando os procedimentos avançados, em todo o processo de, recolha, tratamento e disseminação dos dados, tendo-se, com isso, atribuído a Cabo Verde o pioneirismo, entre os países africanos, na realização de um Censo totalmente digital. Uma das marcas desta aposta, verificou-se na utilização dos computadores de mão (**Personal Digital Assistant – PDA-** -) em substituição da recolha tradicional por questionário em papel, apresentando vantagens várias como, por exemplo, a redução/eliminação da impressão em papel, a introdução de mecanismos que garantam maior eficiência e eficácia, maior controlo na transmissão de dados, aumento da qualidade de dados e diminuição do tempo de disponibilização dos dados, o que resultou na redução do tempo e do custo da operação.

Numa lógica de integração, aproveitou-se a oportunidade para se utilizar as mais recentes tecnologias e ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da tecnologia GPS (*Global Positioning System*). Isto permitiu também a georreferenciação de todas as unidades de observação (edifícios, alojamentos, etc), fazendo com que haja uma conexão destas unidades aos respectivos agregados e indivíduos. Além disso, foi também possível a disseminação dos dados através de novos produtos (Site do INE, WebGIS, Atlas Digital, CensoInfo) de forma desgregada em termos geográficos satisfazendo algumas das exigências de utilizadores de que requerem informação espacial.

Os resultados definitivos foram objectos de um conjunto de publicações, a saber: um volume de Cabo Verde em números, Cabo Verde por zonas e lugares e um volume para cada um dos 22 Concelhos do País. Ainda serão objectos de publicação, várias análises temáticas, nomeadamente: Estado e Estrutura da População, Algumas características socioculturais da população: Religião e Rabelados, Migração, Educação, Características Económicas da População, Condições de Vida dos Agregados familiares, Fecundidade & Natalidade, Mortalidade, População idosa & Envelhecimento, Incapacidade, Género.

A presente publicação tem como objectivo documentar e divulgar as metodologias: instrumentos metodológicos e organizativos fundamentais utilizados na preparação, recolha e tratamento dos dados deste recenseamento, bem como as análises de dados que ajudarão os utilizadores a melhor compreender e interpretar os resultados e as evidências.

Espera-se com isso, disponibilizar à sociedade, informação estatística oficial, concebidas com o intuito de servirem como referência e evidências empíricas para melhorar o conhecimento da sociedade cabo-verdeana que sirvam de alicerces para a tomada de decisão (pública ou privada) e para a definição de políticas públicas mais assertivas com base em evidências.

Por fim, deixamos aqui patente, os nossos sinceros agradecimentos aos nossos parceiros nacionais e internacionais, que contribuíram de forma decisiva para a realização do RGPH 2010, a todo o suporte dado pelas diferentes autoridades nacionais, às famílias (e indivíduos) que são a base e razão de existir do RGPH, aos autores e a todos os que, forneceram o seu contributo para concretização desta publicação.

António dos Reis Duarte

ÍNDICE

PREFÁCIO	4
ÍNDICE	6
Índice de gráficos.....	8
Índice de tabelas.....	12
INTRODUÇÃO	15
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	18
PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS NA ANÁLISE.....	18
INOVAÇÕES METODOLÓGICAS DO CENSO 2010	18
Conceitos e definições	20
CAPÍTULO I - RESUMO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO	25
Resumo das unidades estatísticas e principais indicadores	25
Resumo dos principais indicadores demográficos	26
CAPÍTULO II - VOLUME E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES	30
Ritmo de crescimento.....	32
CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS REPRESENTANTES	36
Sexo	36
Grupo etário	40
Estado civil.....	44
Nacionalidade.....	48
Educação	50
Alfabetização dos representantes	50
Frequência escolar dos representantes	52
Nível de instrução dos representantes	52
Nível de instrução mais elevado no agregado familiar.....	54
Características económicas	58
Principal meio de vida nos últimos 12 meses	58
Situação perante a actividade económica.....	60
Emprego / desemprego.....	61
Ocupação principal – profissão.....	62
Situação perante a profissão – para quem trabalha.....	64
Ramo de actividade	65
CAPÍTULO IV – DIMENSÃO, TIPOLOGIA E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	72
Evolução da dimensão dos agregados familiares	72
Tipologia dos agregados	74
Composição dos agregados familiares	78

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS	82
Materiais utilizados na sua construção.....	82
Tipologia dos alojamentos.....	86
Forma de ocupação dos alojamentos.....	89
Renda do alojamentos	90
Coabitação e densidade habitacional.....	94
Acesso à electricidade e principal energia utilizada para a iluminação.....	96
Acesso à água e ao saneamento.....	100
Acesso à rede pública de distribuição de água e a principal fonte de abastecimento de água.....	100
Acesso a instalações sanitárias e instalações de banho ou duche	107
Acesso a sistemas de evacuação de águas residuais.....	110
Evacuação dos resíduos sólidos	114
Posse de cozinha, principal fonte de energia utilizada para preparar os alimentos e existência de alguns equipamentos domésticos	117
Posse de outros bens de conforto.....	122
Bens de equipamento.....	122
Meio de transporte	122
CAPÍTULO VI – ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	124
Equipamentos audiovisuais.....	124
Equipamentos de comunicação.....	125
Equipamentos informáticos (computador) e o acesso à internet	126
CAPÍTULO VII – NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	129
Metodologia de cálculo	129
Análise dos resultados	130
ANEXOS.....	139
BIBLIOGRAFIA.....	143

Índice de gráficos

Gráfico 1- Relação de masculinidade da população segundo os Concelhos, Cabo Verde, 2010	27
Gráfico 2 - Relação de dependência total (dependência de idosos e dependência de jovens) por meio de residência, Cabo Verde, 2010	28
Gráfico 3 - População residente nos agregados familiares e agregados familiares por meio residência, Cabo Verde, 2010.....	30
Gráfico 4 - Taxa de crescimento médio anual da população e dos agregados familiares. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.....	32
Gráfico 5 - Evolução dos agregados familiares entre 2000-2010, por meio residência. INE RGPH 2000 e 2010	33
Gráfico 6 - Agregados familiares segundo o sexo do representante. INE, RGPH 1990, 2000 e 2010	37
Gráfico 7 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010	37
Gráfico 8 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por Concelho. INE, Censo 2010 Erro! Indicador não definido.	
Gráfico 9 - Idade mediana dos representantes dos agregados familiares por Concelho, Cabo Verde, 2010	40
Gráfico 10 - Pirâmide de idade dos representantes familiares. INE, RGPH 2000 e 2010.....	41
Gráfico 11 - Distribuição dos representantes dos agregados familiares segundo o estado civil, Cabo Verde, 2010	44
Gráfico 12 - Agregados familiares segundo o Estado Civil do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010.....	45
Gráfico 13 – Agregados familiares segundo o estado civil do representante por sexo, Cabo Verde, 2010	45
Gráfico 14 - Taxa de alfabetização (%) dos representantes dos agregados familiares por sexo, Cabo Verde, 2010	51
Gráfico 15 - Evolução da taxa de alfabetização (%) dos representantes por sexo, Cabo Verde, 2000, 2010	51
Gráfico 16 - Agregados familiares segundo a frequência escolar do representante (%), por sexo do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010	52
Gráfico 17 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante (%) por meio residência e sexo do representante, Cabo Verde, 2010	53
Gráfico 18 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante(%) por grupo etário do representante, Cabo Verde, 2010	54
Gráfico 19 - Agregados familiares segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses dos representantes (%), Cabo Verde, 2010.....	59
Gráfico 20 - Representantes dos agregados familiares segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses segundo o sexo do representante (%). INE, Cabo Verde 2010	59
Gráfico 21 - Representantes dos agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica (%) por meio de residência. INE, RGPH 2010	60

Gráfico 22 - Representantes dos agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica (%) por sexo, Cabo Verde, 2010	61
Gráfico 23 - Taxa de desemprego dos representantes dos agregados familiares por sexo, segundo meio residência. Cabo verde, 2010.....	61
Gráfico 24 - Taxa de desemprego dos representantes dos agregados familiares (%) por sexo, segundo os Concelhos. Cabo Verde 2010.....	62
Gráfico 25 - Representantes dos agregados empregados (%) segundo a ocupação principal, a profissão, por sexo representante, Cabo Verde, 2010	63
Gráfico 26 - Representantes dos agregados empregados (%) segundo a ocupação principal, a profissão, por meio de residência, Cabo Verde, 2010.....	64
Gráfico 27 - Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo a situação perante a profissão, ou para quem trabalhavam, Cabo Verde, 2010	64
Gráfico 28 - Representantes dos agregados familiares (%), segundo a situação perante a profissão (para quem trabalham) por sexo do representante, Cabo Verde, 2010	65
Gráfico 29 – Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade, Cabo Verde, 2010.....	66
Gráfico 30 – Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade económica por meio de residência, Cabo Verde, 2010	66
Gráfico 31 - Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade por sexo do representante, Cabo Verde, 2010	67
Gráfico 32 - Evolução da população, agregados familiares e dimensão média dos agregados familiares segundo os Censos 1970 a 2010. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.....	73
Gráfico 33 - Evolução da dimensão média dos agregados familiares por Concelho. INE, RGPH 1990, 2000 e 2010.....	73
Gráfico 34 - Agregados familiares segundo a tipologia do agregado (%), Cabo Verde, 2010	75
Gráfico 35 - Evolução da tipologia dos agregados familiares (%) . INE, RGPH 2000 e 2010.....	76
Gráfico 36 - Agregados familiares segundo a tipologia por meio de residência (%), Cabo Verde, 2010. 77	
Gráfico 37 - Agregados familiares segundo a tipologia do agregado por sexo (%), Cabo Verde, 2010 .. 77	
Gráfico 38 - Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010 78	
Gráfico 39 - Agregados familiares segundo o revestimento do edificio em que habitam (%), Cabo Verde, 2010.....	83
Gráfico 40 - Agregados familiares segundo o revestimento do edificio em que habitam (%), Cabo Verde, 2010.....	83
Gráfico 41 - Agregados familiares segundo o tipo de cobertura do edificio em que habitam e o material utilizado (%) , Cabo Verde, 2010.....	83
Gráfico 42 - Agregados familiares segundo tipologia do alojamento em que habitam (%), Cabo Verde, 2010.....	86
Gráfico 43 - Agregados familiares segundo a tipologia e estado de conclusão do edificio em que habitam (%), Cabo Verde, 2010.....	87

Gráfico 44 - Agregados familiares que habitam alojamentos em regime de arrendamentos por Concelho (%). Cabo Verde 2010	89
Gráfico 45 - Agregados familiares que ocupam o alojamento em regime de arrendamento (%) segundo o escalão da renda paga mensalmente, por meio de residência, Cabo Verde, 2010	90
Gráfico 46 - Agregados familiares que habitam alojamentos em regime de arrendamento segundo a renda média por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010	91
Gráfico 47 - Evolução da percentagem de agregados que usam a electricidade como fonte de energia para iluminação, por meio de residência. INE, RGPH 2000 e 2010	96
Gráfico 48 - Agregados familiares segundo a principal fonte utilizada para iluminação (%) por meio de residência, Cabo Verde, 2010	97
Gráfico 49 - Agregados familiares com acesso à electricidade (%) segundo os Concelhos, Cabo Verde, 2010	98
Gráfico 50 - Agregados familiares que residem em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água (%) por Concelho, Cabo Verde, 2010	102
Gráfico 51 - Agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água (%), Cabo Verde, 2010	102
Gráfico 52 - Agregados familiares segundo principal fonte de abastecimento de água nos RGPH 2000 e 2010. INE, RGPH 2000 e 2010	103
Gráfico 53 - Agregados familiares segundo a existência de instalações sanitárias nos alojamentos por meio de residência (%) , Cabo Verde, 2010	107
Gráfico 54 - Agregados familiares com acesso a instalações sanitárias no alojamento (%), Cabo Verde, 2010	108
Gráfico 55 - Agregados familiares segundo a existência de ligação a um sistema de evacuação de águas residuais por meio residência (%), Cabo Verde, 2010	110
Gráfico 56 - Percentagem da população com acesso a um sistema de evacuação de águas residuais (%), por Concelho, Cabo Verde, 2010	111
Gráfico 57 - Percentagem dos agregados familiares com acesso a um sistema de evacuação de águas residuais e percentagem de agregados que têm o por habito evacuar ao redor da casa por Concelho. Cabo Verde 2010.....	112
Gráfico 58 - Agregados familiares segundo a forma de evacuação dos resíduos sólidos (%), Cabo Verde, 2010	115
Gráfico 59 - Agregados familiares que utilizam carro de lixo para evacuação dos resíduos sólidos (%), Cabo Verde, 2010.....	115
Gráfico 60 - Agregados familiares segundo a existência de cozinha (%) por meio de residência. INE, RGPH 2010	117
Gráfico 61 - Agregados familiares segundo a utilização do gás e da lenha por meio de residência (%). INE, RGPH 2010	118
Gráfico 62 - Agregados familiares segundo a utilização do gás e da lenha por Concelho. INE, Censo 2010	119
Gráfico 63 - Agregados familiares que possuem frigorifico, fogão a gás/campingás, micro-ondas e arca congeladora (%), Cabo Verde, 2010	119

Gráfico 64 - Agregados familiares que possuem maquina de lavar roupa, aparelho de ar condicionado e termo acumulador (%), Cabo Verde, 2010.....	122
Gráfico 65 - Percentagem de agregados familiares que possuem aparelho de televisão, rádio e leitor de CD/DVD/VIDEO (%), Cabo Verde, 2010.....	125
Gráfico 66 - Agregados familiares com acesso à televisão por cabo ou satélite (ZAP, XCTV, TVCABO) (%), por meio de residência, 2010.....	125
Gráfico 67 - Agregados familiares que possuem telefone fixo ou pelo menos um telemóvel (%), segundo meio residência. INE, RGPH 2010.....	126
Gráfico 68 - Agregados familiares que possuem pelo menos um computador/portátil e os com acesso à internet, Cabo Verde, 2010	126
Gráfico 69 - Comparação entre o indicador calculado a partir das componentes e o calculado com valores inteiros.....	130
Gráfico 70 – População residente nos agregados familiares segundo o índice do nível de conforto (%), Cabo Verde, 2010.....	130
Gráfico 71 – Agregados familiares segundo o índice do nível de conforto, por meio de residência, Cabo Verde, 2010	131
Gráfico 72 – Agregados familiares segundo o índice de conforto por Concelho, Cabo Verde, 2010	132
Gráfico 73 – Agregados familiares segundo o índice de conforto por sexo do representante (%), Cabo Verde, 2010	133
Gráfico 74 – Agregados familiares segundo o nível de conforto por tipologia do agregado, Cabo Verde, 2010.....	134
Gráfico 75 – Agregados familiares segundo o nível de conforto por nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010.....	135

Índice de tabelas

Tabela 1 - População residente, agregados familiares, alojamentos familiares e edifícios recenseados, Cabo Verde, 2010.....	25
Tabela 2 - População residente nos alojamentos familiares, agregados familiares, taxa de urbanização e dimensão dos agregados por meio residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010	31
Tabela 3 - Distribuição dos agregados familiares segundo os anos censitários por meio de residência e Concelhos. INE, RGPH 1970, 1980 1990, 2000 e 2010	34
Tabela 4 - Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares por meio de residência e Concelhos. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010	35
Tabela 5 - Agregados familiares segundo o sexo do representante e relação de masculinidade por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010.....	39
Tabela 6 - Idade média e idade mediana dos representantes dos agregados familiares, nos RGPH 2000 e 2010, segundo o meio de residência por sexo. INE, RGPH 2000 e 2010	42
Tabela 7 - Agregados familiares segundo o sexo por grupos quinquenais de idade do representante, Cabo Verde, 2010.....	42
Tabela 8 - Agregados familiares segundo grupos de idades, idade média e idade mediana do representante, por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010	43
Tabela 9 - Agregados familiares segundo o sexo do representante, por meio de residência e estado civil do representante, Cabo Verde, 2010	46
Tabela 10 - Agregados familiares segundo o estado civil do representante por meio de residência e Concelhos (%), Cabo Verde, 2010.....	47
Tabela 11 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por meio de residência e nacionalidade do representante, Cabo Verde, 2010.....	48
Tabela 12 - Agregados familiares segundo a nacionalidade dos representantes, por meio de residência e Concelhos (%), Cabo Verde, 2010.....	49
Tabela 13- Agregados familiares que alguma vez frequentaram um estabelecimento de ensino (%) segundo o nível de instrução, e o número médio de estudos por grupos etários, Cabo Verde, 2010	54
Tabela 14 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante (%) e o nível máximo no agregado, Cabo Verde, 2010	55
Tabela 15 - Agregados familiares segundo a frequência ou não de um estabelecimento de ensino (%), nível de instrução dos frequentaram e número médio de anos de estudo, por meio de residência, Concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010	56
Tabela 16 - Agregados familiares segundo o nível de instrução máximo dos membros (%), por meio de residência, Concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010.....	57
Tabela 17 – Representantes dos agregados familiares (%), segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses, por meio de residência, concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010	68
Tabela 18 - Agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica dos representantes, taxa de actividade, taxa de desemprego e taxa de inatividade, por meio de residência, concelho e sexo do representante. INE RGPH 2010.....	69
Tabela 19 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ocupação principal - profissão, Cabo Verde, 2010	70

Tabela 20 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ocupação principal - profissão, Cabo Verde, 2010	70
Tabela 21 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ramo de actividade, Cabo Verde, 2010	71
Tabela 22 - Agregados familiares (%) segundo a tipologia, por meio de residência, Concelho, sexo do representante e população, Cabo Verde, 2010	80
Tabela 23 - Agregados familiares segundo a composição do agregado em termos de número médio de crianças, idosos e activos, por meio residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010	81
Tabela 24 - Agregados familiares segundo o tipo de revestimento da fachada principal do edifício que habitam (%), Cabo Verde, 2010	84
Tabela 25 - Agregados familiares segundo o tipo de cobertura e material utilizado dos edifícios onde habitam (%) , Cabo Verde, 2010	85
Tabela 26 - Agregados familiares segundo a tipologia dos alojamentos que habitam (%), por meio de residência, Concelhos, sexo do representante e os efectivos da população, Cabo Verde, 2010	88
Tabela 27- Agregados familiares segundo o regime de ocupação dos alojamentos (%) , por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010	92
Tabela 28 - Agregados familiares que ocupam alojamento em regime de arrendamento (%) segundo o escalão da renda mensal, renda média, por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010	93
Tabela 29 - Agregados familiares segundo a coabitação nos alojamentos (%) e número de agregados por alojamento, e densidade habitacional. Cabo Verde, 2010	95
Tabela 30 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia utilizada para iluminação (%), Cabo Verde, 2010.....	99
Tabela 31 - Agregados familiares segundo a existência de ligação à rede pública de distribuição de água no alojamento onde habita e população beneficiada (%), Cabo Verde, 2010	105
Tabela 32 - Agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água em 2010 e 2000, por meio de residência, Concelhos e sexo do representante (%). INE, RGPH 2000 e 2010	106
Tabela 33 - Agregados em alojamentos com instalações sanitárias, com instalações de banho ou duche e população com acesso a instalações sanitárias (%), Cabo Verde, 2010	109
Tabela 34 - Agregados familiares segundo a existência de sistemas de evacuação de águas residuais no alojamento (%), população com acesso a rede pública de esgoto ou fossa séptica e agregados segundo o principal modo de evacuação de águas sujas (%), por meio de residência, Cabo Verde, 2010	113
Tabela 35 - Agregados familiares segundo o modo de evacuação dos resíduos sólidos (lixos caseiros-%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010	116
Tabela 36 - Agregados familiares segundo a existência ou não de cozinha no alojamento (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010.....	120
Tabela 37 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia utilizada para cozinhar (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010.....	121
Tabela 38 - Agregados familiares segundo a posse de alguns bens de equipamento e meio de transporte (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010.....	123
Tabela 39 - Agregados familiares segundo a posse de bens meios de comunicação e informação, computador, e acesso à internet e televisão por cabo ou satélite por meio de residência e Concelho (%), Cabo Verde, 2010.....	128

Tabela 40 - Dimensão média do agregado familiar, densidade habitacional, e composição do agregado familiar segundo o nível de conforto. Cabo Verde, 2010	135
Tabela 41 - Agregados familiares segundo o nível de conforto por meio residência, concelho, sexo do representante e total população (%), Cabo Verde, 2010	136
Tabela 42 - Agregados familiares segundo o nível de conforto, por tipologia do agregado e nível de instrução do representante (%), Cabo Verde, 2010	137
Tabela 43 - Agregados familiares segundo o nível de conforto, por situação perante a actividade económica de todos os representantes e situação perante a profissão dos representantes ocupados (%), Cabo Verde, 2010.....	138
Tabela 44 - Tabela comparativo das variáveis pesquisadas no RGPH 2000 e RGPH 2010 por unidade de observação. INE, RGPH 2000 e 2010	139

INTRODUÇÃO

“Famílias fortes são os fundamentos da sociedade.

Através delas passamos as nossas tradições, rituais e valores.

Delas recebemos amor, encorajamento e toda a educação necessária para enfrentar todos os desafios humanos”.

Ronald Reagan (antigo Presidente dos EUA)

A família é uma instituição universal, considerada a base da sociedade, o elemento primordial para o equilíbrio e o garante da sustentabilidade, mas os seus contornos e as suas funções variam fortemente segundo as sociedades e evoluem no tempo.

A família está no centro das mudanças sociais. Ela é moldada pelas mudanças sociais mas também as influências.

Nas últimas décadas, o ritmo e a diversidade das transformações demográficas, ao nível das estruturas familiares, têm assumido uma dimensão sem precedentes na nossa história económica e social. O aumento da esperança de vida, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a diminuição do número médio de pessoas por família, o decréscimo da fecundidade, a crescente importância das uniões livres são alguns dos factores que, nas últimas décadas, alteraram profundamente a vida familiar.

A nível nacional, as Grandes Opções do Plano, Uma Agenda Estratégica, 2002, elegeram a melhoria do nível de bem-estar dos cabo-verdianos, a luta contra pobreza e exclusão social como sendo os elementos indispensáveis para se conseguir a estabilidade macroeconómica tão almejada por todos. Com efeito, através do Plano Nacional de Desenvolvimento, um documento de orientação do Governo, as recomendações vão no sentido de atenuar os constrangimentos pelos quais passam a população, através de programas e sub-programas de investimento público visando a integração dos grupos pobres da população na economia, e a mobilização social.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza tem como objectivos dotar às populações mais vulneráveis de melhores condições de acesso à água e esgotos, promover o reparo de casas degradadas, assim como, a construção de habitações sociais. Com efeito, o combate à pobreza, em Cabo Verde, passa por um processo de pleno conhecimento dos vários sectores da

sociedade, da melhoria dos serviços públicos (água, saneamento serviços de informação e comunicação), do conhecimento e preservação das potencialidades do meio ambiente, de uma política eficaz de planeamento familiar e de protecção materno-infantil, e acesso de todos à saúde e à educação.

Para que se proceda a políticas e estratégias que arvoram o desenvolvimento económico tão apregoado e necessário, é imperativo que se tenha o verdadeiro conhecimento da sociedade, através de estudos que permitem aferir sobre as características dos agregados familiares no que diz respeito à sua dimensão, composição e tipologia e das características demográficas, sócio-económicas dos seus representantes, assim como, das condições de habitabilidade e saneamento, conforto e acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Os Censos, em particular o Censo 2010, realizado em Junho de 2010 constituem uma fonte de informação que permite um pleno conhecimento do estado de desenvolvimento e de pobreza do país, pois disponibiliza um manancial de informações que poderá colmatar algumas das lacunas existentes e essenciais para se conseguir atingir os objectivos propostos, traduzindo-se em mais um instrumento de pesquisa que servirá de base para se ter o pleno conhecimento do estado de desenvolvimento e pobreza do país, e assim contribuir para o sucesso e articulação das estratégias de combate à pobreza e o ascender da igualdade entre os cidadãos.

Assim, no âmbito da difusão do manancial de informações disponibilizadas pelo Censo de 2010, o volume temático “**Condições de vida - Características demográficas e sócio-económicas, e condições em que vivem os agregados familiares e a população caboverdeana**” surge com o objectivo magno de contribuir, por um lado, para o conhecimento das características demográficas e sócio-económicas dos agregados caboverdianos. Por outro lado, para o conhecimento das características dos alojamentos que habitam, a disponibilidade e o acesso aos serviços básicos, tais como: água, electricidade, instalações sanitárias, aos meios de informação e comunicação, entre outros, conhecimentos que contribuirão para a adopção de políticas e programas de reabilitação e infra-estruturação dos alojamentos e políticas e programas ambientais e de saúde, entre outros.

Deste modo, as informações foram estruturadas em sete capítulos:

- O primeiro capítulo tem por objectivo apresentar o resumo das unidades estatísticas recenseadas e os principais indicadores demográficos da população relevantes para as análises da condições de vida da população e das famílias em que estão inseridas.
- O segundo capítulo analisa o volume e a distribuição espacial dos agregados familiares.

- O terceiro capítulo analisa as características demográficas, sócio-económicas dos representantes dos agregados familiares.
- O quarto capítulo analisa a dimensão, composição e tipologia dos agregados.
- O quinto capítulo analisa as condições de habitabilidade e o acesso aos serviços básicos (água, electricidade, saneamento entre outros).
- O sexto capítulo tem por objectivo analisar o acesso do agregado às tecnologias de informação e comunicação no alojamento.
- O sétimo capítulo analisa os agregados segundo o nível de conforto, um índice composto calculado com base numa análise de componentes principais.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Toda análise tem por base estes dois conceitos:

AGREGADO FAMILIAR

Entende-se por **agregado familiar** um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo tecto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros.

Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante. Este deverá ser uma pessoa, residente, podendo estar presente ou não no momento do recenseamento, desde que a ausência seja inferior a 6 meses e com idade não inferior a 10 anos.

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS DO CENSO 2010

Sempre com o pressuposto de responder às recomendações internacionais para a Ronda dos Censos 2010, às recomendações do Atelier de S. Catarina sobre as boas práticas do Censo 2000, de manter a comparabilidade com censos anteriores e responder às necessidades do País, o Censo 2010 pautou-se por várias inovações quer a nível tecnológico quer a nível de conteúdo.

Em termos metodológicos o Censo 2010 inovou com a introdução das variáveis de observação: Edifício e Alojamento para o Recenseamento da Habitação, Agregado Familiar e Indivíduo para o Recenseamento da População.

Com efeito, algumas variáveis sofreram reformulações no modo de recolha da informação e nas modalidades de resposta, outras foram introduzidas e outras substituídas por abordagens diferentes, caso em particular da substituição da deficiência para a abordagem da incapacidade.

Assim, em termos de comparabilidade há que ter em conta as alterações registadas de um censo para outro.

Em 2000, as variáveis de caracterização das condições de habitação foram direccionadas ao agregado e não à própria habitação, ou seja, a habitação não foi caracterizada como uma unidade de observação, mas sim, foi caracterizada o “espaço” utilizado pelo agregado na habitação. Em casos de não coabitação as características poderão representar as características do alojamento como unidade de observação, mas nos casos de coabitação as características reportam somente a parte da habitação que o agregado utilizava. Em 2010, o alojamento é assumido como uma unidade de observação e é caracterizada pelas suas características.

Qualquer um dos Censos, levantaram uma serie de características sócio-económicas dos indivíduos (sexo, idade, alfabetização, frequência escolar, nível de instrução, área de formação, situação perante o trabalho, profissão, ramos de actividade), assim como características dos edifícios e dos alojamentos (época de construção, revestimento das paredes externas, cobertura, acesso às infra-estruturas básicas: rede pública de distribuição de água, electricidade, sistema de evacuação de águas residuais, instalações sanitárias) e algumas informações que poderão complementar a análise das condições de vida dos agregados familiares (posse de alguns bens duráveis como rádio, televisor, frigorífico, fogão, maquina de lavar roupa, equipamentos de comunicação: telefone fixo e telemóvel, equipamentos informáticos: computador e o acesso à internet e a TV por assinatura, e automóvel).

Todos os resultados apresentados na análise descritiva deste relatório incidirá sobre a população residente nos alojamentos familiares e os respectivos agregados familiares e alojamentos, ou seja, ficam excluídos os indivíduos residentens em alojamentos colectivos.

A análise será descritiva atendendo sempre à desagregação segundo o meio de residência, concelhos e sexo do representante do agregado.

Sempre que possível e se justificar a pertinência far-se-á uma análise comparativa com os outros Censos, em particular com o de 2000 de modo a perceber a evolução dos fenómenos.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ALOJAMENTO

Entende-se por alojamento todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação e que no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto: Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade, arcando total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou habitação.

Independente: Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento.

Existem casos de alojamentos que embora não tendo sido construídos para fins habitacionais, estão ou são utilizados como alojamento. Com efeito, foram ainda recenseados como alojamentos:

- As **instalações móveis** (tendas, barcos, caravanas, contentores, etc.), barracas e as improvisadas em locais não destinados à habitação que, no momento censitário, estão a ser utilizadas como local de habitação de pelo menos um agregado familiar;
- Todas as instalações que, em princípio, não foram construídas, reconstruídas ou transformadas para a habitação e que no momento do recenseamento estão ocupadas para esse fim;
- As instalações colectivas (hotéis, pensões e similares, lares, prisões, hospitais, quartéis, etc.) quando em funcionamento no momento censitário, com ou sem utentes.

ALOJAMENTO FAMILIAR

Define-se como alojamento familiar todo o alojamento que pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, apenas um agregado familiar, embora nele possam residir vários agregados no momento censitário.

Alojamento familiar clássico

Define-se como Alojamento familiar todo o alojamento constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas

ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo. Inclui-se neste tipo as moradias individuais e os apartamentos.

Alojamento familiar não clássico

Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado ou não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos um agregado familiar no momento censitário.

Inclui-se neste tipo as barracas (casas de lata / bidão e as construções feitas com madeira aparelhada, que não foi previamente preparada para esse fim (habitações de operários construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens), os alojamentos moveis (contentores, barco, carro de campismo, entre outros), os alojamentos improvisados em edifício não destinado à habitação (os alojamentos nas fábricas, escolas, chafarizes, etc.) e outros locais habitados que não se enquadram nas modalidades anteriores.

FORMA DE OCUPAÇÃO

Alojamento familiar ocupado:

É todo o alojamento familiar que, no momento censitário estava afecto à habitação de uma ou mais famílias e que, por isso, não está disponível no mercado de habitação.

Alojamento familiar de residência habitual

É todo o alojamento familiar que constitui a residência principal habitual de, pelo menos, uma família;

Alojamento familiar de uso sazonal ou secundário

É todo o alojamento familiar não disponível no mercado de habitação, que só é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência principal habitual.

Alojamento familiar vago

É todo o alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontrava disponível no mercado da habitação para venda, arrendamento, ou outro motivo, embora estivesse desabitado no momento.

DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR (VARIÁVEL DERIVADA)

É a soma dos indivíduos membros de um agregado familiar quer sejam residentes presentes, quer sejam residentes ausentes (não se incluindo os indivíduos presentes não residentes)

TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR

A tipologia do agregado é uma variável derivada calculada com base nas relações de parentesco dos membros com o representante do agregado familiar.

A variável é classificada de acordo com as seguintes modalidades:

Agregados Unipessoais - agregados constituídos por um só indivíduo

Agregados conjugais – agregados constituídos pelo representante, pelo respectivo cônjuge e/ou outros membros com ou sem relação de parentesco. Dentro dos agregados conjugais destacam-se as seguintes sub-tipologias:

- **Casal isolado** – agregados constituído somente pelo representante e o respectivo cônjuge
- **Conjugais nucleares** – agregados constituídos pelo representante, o respectivo cônjuge, e os filhos e/ou enteados.
- **Conjugais compósitos** – agregados constituídos pelo representante, o respectivo cônjuge, os filhos e/ou enteados e mais algum outro indivíduo aparentado ou não.

Agregados não conjugais - agregados sem a presença do cônjuge. Ou seja, constituído pelo representante e/ou outros membros com ou sem relação de parentesco, com exceção de conjugue do representante. Dentro dos agregados não conjugais destacam-se as seguintes sub-tipologias:

- **Monoparental** – agregados constituídos somente pelo representante e pelos filhos e/ou enteados
- **Não conjugais compósitos** – agregados constituídos pelo representante, pelos filhos e/ou enteados e mais algum indivíduo aparentado ou não

Agregados sem relação de parentesco – agregados em que o representante não tem nenhuma relação de parentesco com os demais membros.

NÚMERO DE DIVISÕES

Entende-se por divisão o espaço, num alojamento, delimitado por paredes. De um modo geral, quartos, salas de jantar, salas de estar, ou outros espaços utilizados para habitação devem ser contabilizados como divisões desde que satisfaçam as condições acima referidas.

Não são considerados como divisões corredores, halls, vestíbulos, varandas, marquises, cozinhas, casas de banho e despensas, ainda que possam satisfazer as condições definidas de divisão.

As divisões afectas exclusivamente a actividades económicas não devem ser contabilizadas.

COZINHA

Entende-se por **cozinha** o local destinado para a preparação das principais refeições, que seja de facto utilizado para este fim, mesmo que também sirva como sala de jantar, sala de estar, etc. A cozinha poderá encontrar-se separada do alojamento (no quintal por exemplo).

Por **kitchenette** entende-se um pequeno espaço, dentro de uma divisão, usualmente separado por um pequeno balcão ou similar, dedicado à confecção dos alimentos. Esta situação encontra-se de forma mais frequente em zonas urbanas e em apartamentos de menor área.

INDICADORES DE OCUPAÇÃO

Estes indicadores têm como objectivo caracterizar a ocupação dos alojamentos familiares clássicos em função do número médio de divisões, agregados e pessoas residentes.

Média divisão/alojamento: número médio de divisões em alojamentos familiares clássicos.

Média agregado/alojamento: número médio de famílias clássicas residentes em alojamentos familiares clássicos.

Média pessoa/alojamento: número médio de indivíduos residentes em alojamentos familiares clássicos.

Média pessoa/divisão: número médio de indivíduos residentes por divisão dos alojamentos familiares clássicos.

REGIME DE PROPRIEDADE

O objectivo desta variável é obter informação sobre a condição mediante a qual o(s) indivíduo(s) ocupam a totalidade de um alojamento ou parte do mesmo. A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

Proprietário ou co-proprietário

Classificam-se aqui os alojamentos ocupados total ou parcialmente pelo proprietário, bem como as situações em que o alojamento é propriedade de mais do que 1 indivíduo.

Arrendatário ou sub arrendatário

Situações em que existe um contrato verbal ou escrito, pelo qual o alojamento, no todo ou em parte, é ocupado mediante retribuição regular.

Cedida pelo empregador

Quando a habitação é cedida pelo empregador de um dos indivíduos que integram o agregado familiar de forma gratuita. Incluem-se aqui as situações de cedência gratuita do alojamento, de usufruto, ou casos em que a ocupação do alojamento está geralmente associada a um contrato em que, directa ou indirectamente, lhe é atribuído um valor, por exemplo, porteiro(a), guarda, etc.

Cedida de outra forma

Quando este é cedido de forma gratuita por familiares ou amigos. Exemplo: um pai proprietário de um alojamento e cede de forma gratuita ao filho.

Outra situação

Quando a ocupação do alojamento é de forma não consensual.

CAPÍTULO I - RESUMO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO

Resumo das unidades estatísticas e principais indicadores

A 16 de Junho de 2010 foram recenseados em Cabo Verde 491.683 pessoas residentes, sendo 243 403 do sexo masculino (49%) e 248 280 do sexo feminino (51%). Destes **488.040** (99,3%), se agrupavam em **116 873** agregados familiares, e viviam em 110 750 alojamentos familiares incorporados em 92 202 edifícios.

Tabela 1 - População residente, agregados familiares, alojamentos familiares e edifícios recenseados, Cabo Verde, 2010

ZONA GEOGRÁFICA	População Residente			População nos AF ¹	Agregados Familiares	Alojamentos Familiares habitados	Edifícios habitados
	H	M	T				
CABO VERDE	491.683	243 403	248 280	488.040	116.873	110.750	94.202
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	303.673	151 219	152 454	301.142	77.115	73.128	57.380
Rural	188.010	92 184	95 826	186.898	39.758	37.622	36.822
CONCELHOS							
Porto Novo	18.890	9.858	9 032	18.886	4.553	4.484	4.163
Ribeira Grande	6.997	3 828	3 169	6.997	1.628	1.606	1.497
Paul	18.028	9 426	8 602	17.951	3.904	3.752	3.508
S. Vicente	76.107	38 352	37 755	74.986	19.801	18.763	15.895
Ribeira Brava	7.580	3 886	3 694	7.564	2.043	1.996	1.889
Tarrafal de S. Nicolau	5.237	2 735	2 502	5.205	1.275	1.241	1.163
Sal	25.765	13 882	11 883	25.481	6.765	5.784	3.651
Boa Vista	9.162	5 424	3 738	8.698	2.570	2.435	1.775
Maio	6.952	3 368	3 584	6.943	1.883	1.869	1.687
Tarrafal	18.565	8 399	10 166	18.561	4.262	4.124	3.985
S. Catarina	43.297	20 272	23 025	43.250	8.585	8.052	7.550
S. Cruz	26.609	12 855	13 754	26.585	5.650	5.432	5.289
Praia	131.602	64 587	67 015	130.271	32.967	30.561	22.053
S. Domingos	13.808	6 705	7 103	13.699	2.687	2.640	2.574
S. Miguel	15.648	7 025	8 623	15.630	3.520	3.475	3.431
S. Salvador do Mundo	8.677	4 066	4 611	8.643	1.692	1.680	1.671
S. Lourenço dos Órgãos	7.388	3 571	3 817	7.350	1.453	1.441	1.403
Ribeira Grande Santiago	8.325	3 951	4 374	8.323	1.676	1.647	1.639
Mosteiros	9.524	4 666	4 858	9.520	2.193	2.168	2.121
S. Filipe	22.228	10 977	11 251	22.227	5.071	4.943	4.692
S. Catarina do Fogo	5.299	2 596	2 703	5.299	1.111	1.097	1.072
Brava	5.995	2 974	3 021	5.971	1.584	1.560	1.494

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

¹ População residente nos Agregados Familiares

Resumo dos principais indicadores demográficos

O CENSO 2010, gerou um conjunto de informações e indicadores relevantes para as análises das condições de vida da população cabo-verdeana entre estes, os indicadores demográficos que revelam as características da reprodução da população em termos de sua composição etária, padrões de mortalidade e comportamento reprodutivo, além de registrar os movimentos migratórios e sua distribuição pelo território.

Segundo o Censo, em Junho de 2010 a população cabo-verdeana contava com cerca de 491.683 habitantes. A densidade demográfica média era de 121,9 habitantes por quilometro quadrado (km²), com grandes disparidades a nível das ilhas e dos Concelhos. Da análise comparativa, constata-se que a nível das ilhas São Vicente é a mais densamente povoada com cerca de 335,8 habitantes por km². Segue-se a ilha de Santiago que pese embora a mais populosa, a densidade populacional é de cerca de 273 habitantes/km². Por outro lado, Boa Vista a terceira maior ilha em tamanho, e com uma população de 9.162 habitantes, 1,9% da população total, é a com menor densidade populacional, 14,5% habitantes por km². A nível de Concelho, Praia, a mais populosa com 131.602 habitantes, cerca de 26,8% da população residente, é a que apresenta a maior densidade habitacional com cerca de 1.283 habitantes por km².

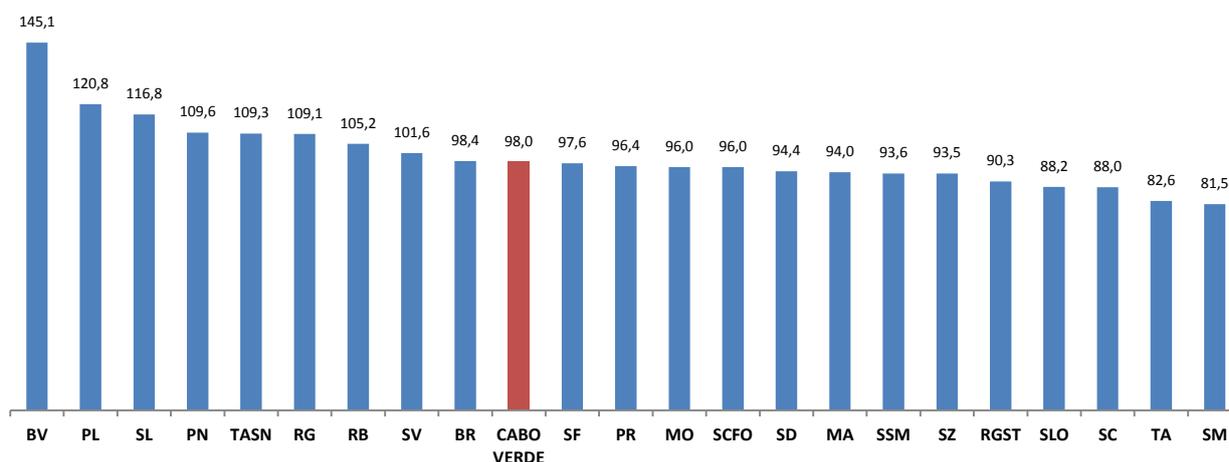
A maior concentração populacional encontra-se na ilha de Santiago, mais propriamente no Concelho da Praia. O peso relativo de Santiago corresponde a 55,7% e o da Praia é de 26,8% da população total. Segue-se São Vicente com 15,5% da população residente. Brava, Maio e Boa Vista são as ilhas com menores peso relativo da população, não chegando a 2%.

O indicador de relação de masculinidade expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino e aponta que em medida existe equilíbrio entre os sexos numa população.

Da análise por Concelho constata-se que existem disparidades neste indicador com os Concelhos das ilhas do Barlavento, a mais a norte (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista) a apresentarem indicadores superiores a 100, significando que a população masculina é muito superior à feminina, com particular destaque às ilhas da Boa Vista e Sal onde este indicador atinge os 145,1 e 116,8, respectivamente, consequência da forte migração de homens para trabalharem nos sectores de construção de imobiliária turística, sectores de expansão nos últimos anos. Por outro lado, nos Concelhos das ilhas de Sotavento (ilhas mais a sul, Maio, Santiago, Fogo e Brava), este indicador permite aferir que existem muito mais

mulheres que homens, em particular nos Concelhos do Tarrafal e São Miguel cujo indicador é de 82,6 e 81,5, respectivamente. Nestes Concelhos este facto pode ser interpretado pela história de uma forte emigração dos homens à procura de melhores condições de vida.

Gráfico 1- Relação de masculinidade da população segundo os Concelhos, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

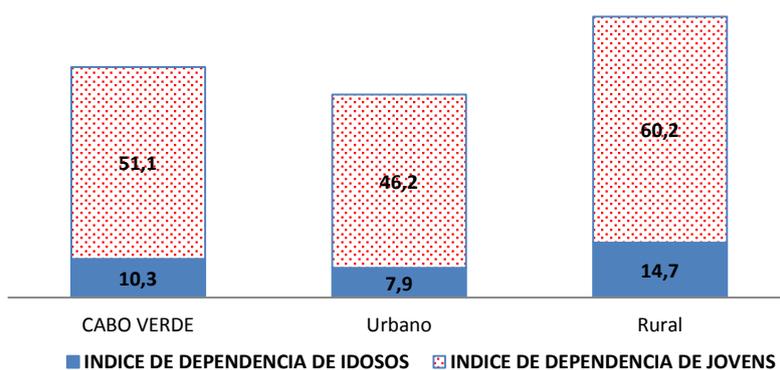
A taxa de urbanização do país (proporção de pessoas residentes em áreas urbanas) é de 61,8%. As maiores concentrações de população urbana são registadas nos Concelhos da Praia, São Vicente e Sal, com taxas de urbanização de 97,1%, 92,6% e 92,5%, respectivamente. Com excepção, ainda dos Concelhos do Porto Novo, Tarrafal de São Nicolau e Boa Vista, todos os outros Concelhos do País são maioritariamente rurais, sendo Santa Catarina do Fogo o Concelho com menor taxa de urbanização, 12,4%.

A razão de dependência é um indicador demográfico bastante utilizado para fins de análise socioeconómica, como os de mercado de trabalho. Esse indicador expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa de uma população, em relação a 100 pessoas em idade potencialmente ativa ou disponível para as atividades económicas.

Em 2010, a relação de dependência total, a razão entre as populações de 0 a 14 anos e de 65 anos ou mais de idade e o segmento populacional de 15 a 64 anos de idade era de 61,4%, sendo a relação de dependência de idosos de 10,3% e a dependência de jovens de 51,1%, consequência da expressiva massa jovem na população caboverdeana. Este indicador apresenta discrepâncias significativas entre os meios de residência e a nível dos Concelhos. Enquanto no meio urbano a relação de dependência é de 54,1% (7,9% dependência dos idosos

e 46,2% dependência dos jovens) no meio rural eleva-se para 74,9% (14,7% dependência de idosos e 60,2% dependência dos jovens). A nível dos Concelhos, Boa Vista apresenta a menor relação de dependência, 39,2%, e São Lourenço dos Órgãos a relação mais elevada, 82,4%, o que expressa desigualdades territoriais bastante significativas.

Gráfico 2 - Relação de dependência total (dependência de idosos e dependência de jovens) por meio de residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Para que se possa entender o crescimento quer da população quer dos agregados familiares assim como das mudanças na estrutura das famílias é de todo importante ter conhecimento dos principais factores demográficos: mortalidade, fecundidade e migração, responsáveis pela dinâmica de uma população.

Os resultados do Censo 2010 apontam para um declínio contínuo quer da Natalidade (Taxa Bruta de Natalidade passa de 33,2 por mil a 22,6 por mil de 2000 para 2010) quer da Mortalidade (Taxa Bruta de Mortalidade passa de 8,1 por mil a 4,8 por mil de 2000 para 2010), assim como, o decréscimo migratório devido à diminuição da emigração acompanhado de um aumento da imigração, factores que podem explicar o abrandamento do crescimento migratório e as mudanças a nível da estrutura dos agregados familiares, principalmente no que diz respeito à dimensão e tipologia.

A esperança de vida à nascença da população caboverdeana é de 74,5 anos, em 2010, 3,5 anos a mais ao registado em 2000. Da análise por sexo conclui-se que, em 2010, a esperança de vida da população masculina é de 69,7 anos e da população feminina é de 79,2 anos.

Tabela 2 - Evolução das componentes do crescimento demográfico (taxa por 1000), Cabo-Verde, 2000-2010

Indicadores	Anos	
	2000	2010
Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	33,2	22,6
Taxa de Mortalidade (TBM)	8,1	4,8
e0(M)	66,5	69,7
e0(F)	74,9	79,2
Taxa de crescimento natural (TCN)	25,1	17,8
Taxa crescimento migratório (TCM)	-6,2	-3,7
Taxa de Crescimento total (TCT)	18,9	14,1

Nota: Calculou-se a taxa de migração líquida=saldo migratória/população total.
A taxa de crescimento total (TCT) =TCN+TCM

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

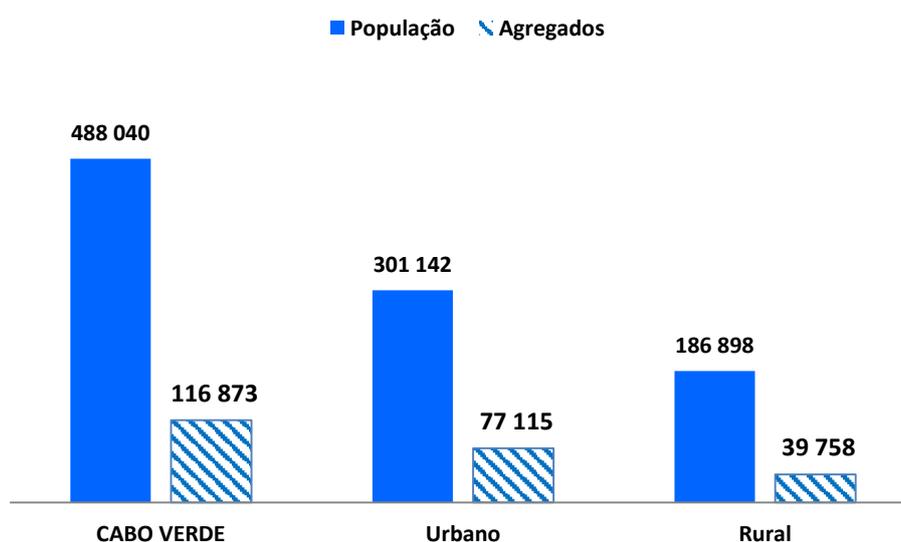
CAPÍTULO II - VOLUME E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES

Em Junho de 2010, dos 491.683 indivíduos residentes, 99,3% (488.040 indivíduos) residiam em alojamentos familiares constituindo assim 116.873 agregados familiares, enquanto que 3.643 residiam em alojamentos coletivos.

À semelhança da distribuição da população os agregados familiares estão mais concentrados no meio urbano (61,7% da população e 66,0% dos agregados familiares), em particular nos Concelhos da Praia e de São Vicente com pesos relativos de 28,2% e 16,9% dos agregados familiares, respectivamente.

Os Concelhos do Paul, Ribeira Brava, Tarrafal de S. Nicolau, Maio, S. Lourenço dos Órgãos, S. Salvador do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, Mosteiros, Santa Catarina do Fogo e Brava são os concelhos com menos de 2% do total dos agregados familiares, e representando todos eles cerca de 14% dos agregados familiares caboverdeanos.

Gráfico 3 - População residente nos agregados familiares e agregados familiares por meio residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 2 - População residente nos alojamentos familiares, agregados familiares, taxa de urbanização e dimensão dos agregados por meio residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

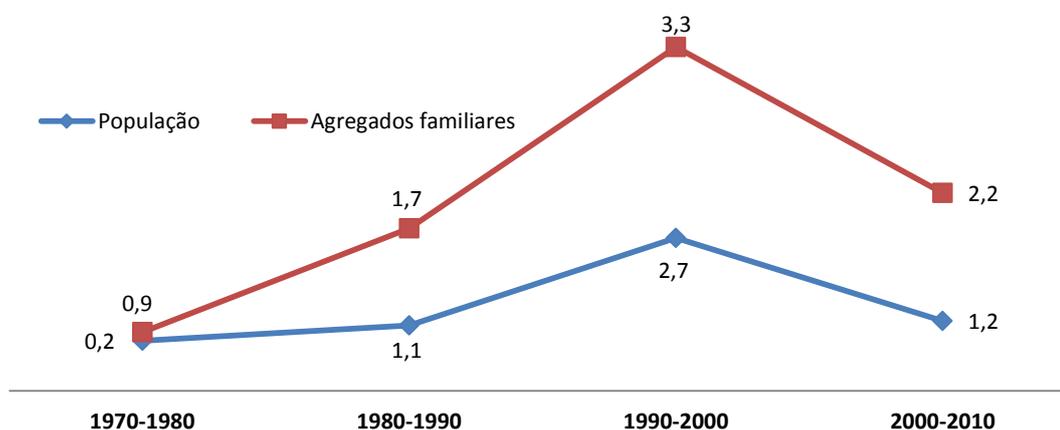
	População residente nos alojamentos familiares		Agregados familiares		Taxa de urbanização	Dimensão média dos agregados
	N	%	N	%	%	N
CABO VERDE	488.040	100,0	116.873	100,0	66,0	4,2
MEIO RESIDÊNCIA						
Urbano	301.142	61,7	77.115	66,0	-----	3,9
Rural	186.898	38,3	39.758	34,0	-----	4,7
CONCELHOS						
Porto Novo	18.886	3,9	4.553	3,9	26,1	4,1
Ribeira Grande	6.997	1,4	1.628	1,4	18,7	4,3
Paul	17.951	3,7	3.904	3,3	56,7	4,6
S. Vicente	74.986	15,4	19.801	16,9	93,9	3,8
Ribeira Brava	7.564	1,5	2.043	1,7	29,5	3,7
Tarrafal de S. Nicolau	5.205	1,1	1.275	1,1	71,6	4,1
Sal	25.481	5,2	6.765	5,8	92,5	3,8
Boa Vista	8.698	1,8	2.570	2,2	67,7	3,4
Maio	6.943	1,4	1.883	1,6	46,3	3,7
Tarrafal	18.561	3,8	4.262	3,6	37,5	4,4
S. Catarina	43.250	8,9	8.585	7,3	30,7	5,0
S. Cruz	26.585	5,4	5.650	4,8	37,5	4,7
Praia	130.271	26,7	32.967	28,2	97,9	4,0
S. Domingos	13.699	2,8	2.687	2,3	20,5	5,1
S. Miguel	15.630	3,2	3.520	3,0	27,0	4,4
S. Salvador do Mundo	8.643	1,8	1.692	1,4	17,3	5,1
S. Lourenço dos Órgãos	7.350	1,5	1.453	1,2	24,0	5,1
Ribeira Grande Santiago	8.323	1,7	1.676	1,4	15,7	5,0
Mosteiros	9.520	2,0	2.193	1,9	38,9	4,3
S. Filipe	22.227	4,6	5.071	4,3	40,9	4,4
S. Catarina do Fogo	5.299	1,1	1.111	1,0	13,1	4,8
Brava	5.971	1,2	1.584	1,4	20,3	3,8

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

RITMO DE CRESCIMENTO

Com excepção da década 1970-1980, verifica-se que o ritmo de crescimento médio anual intercensitário dos agregados tem sido superior ao crescimento da população residente, tendo registado na década de 1990-2000 uma Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) de 3,3% e na década de 2000-2010 uma TCMA de 2,2%, equivalente a um aumento de 22 898 agregados familiares.

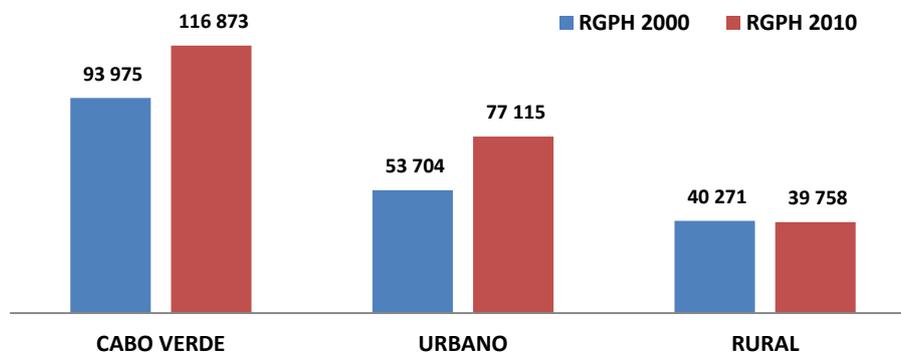
Gráfico 4 - Taxa de crescimento médio anual da população e dos agregados familiares. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O aumento dos agregados verificado na última década, 2000-2010, deu-se efectivamente no meio urbano, passando de 53 704 agregados familiares em 2000 para 77 115 em 2010. No meio rural se verifica uma ligeira diminuição dos efectivos (513 agregados), e uma das principais causas pode ser justificada com a diminuição do tamanho dos agregados familiares ao longo dessas décadas que passa de 5,2 na década de 80 para 4,2 em 2010.

Gráfico 5 - Evolução dos agregados familiares entre 2000-2010, por meio residência. INE RGPH 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

As maiores taxas de crescimento médio anual são verificadas nas ilhas da Boa Vista e do Sal, 8,9% e 6,3%, respectivamente, e podem ser entendidas como a consequência do impulso no desenvolvimento nos sectores da construção e turístico nessas ilhas com grandes ofertas de emprego. O Concelho da Praia, Cidade Capital, com uma TCMA de 4,1% dos agregados familiares, também tem demonstrado ser um Concelho de atracção de populações quer das outras ilhas e Concelhos, quer de imigrantes, em particular oriundos da costa Ocidental Africana.

Tabela 3 - Distribuição dos agregados familiares segundo os anos censitários por meio de residência e Concelhos. INE, RGPH 1970, 1980 1990, 2000 e 2010

ANOS CENSITÁRIOS	1970	1980	1990	2000	2010
CABO VERDE	56.254	57.123	67.619	93.975	116.873
MEIO DE RESIDÊNCIA					
URBANO	----	----	----	53.704	77.115
RURAL	----	----	----	40.271	39.758
CONCELHOS					
Porto Novo	4.716	4.291	4.242	4.824	4.553
Ribeira Grande	1.643	1.406	1.402	1.656	1.628
Paul	3.475	2.408	2.770	3.713	3.904
S. Vicente	6.884	8.434	10.014	15.639	19.801
Ribeira Brava	3.074 (a)	2.804(a)	2.924(a)	2.020	2.043
Tarfal de S. Nicolau	-----	-----	-----	1.133	1.275
Sal	1.184	1.213	1.429	3.662	6.765
Boa Vista	785	743	740	1.105	2.570
Maio	796	825	1.059	1.614	1.883
Tarfal	2.381	2.356	2.507	3.878	4.262
S. Catarina	6.260	5.893	6.263	8.202	8.585
S. Cruz	2.726	3.114	3.553	4.941	5.650
Praia	4.722	7.602	13.424	22.182	32.967
S. Domingos	2.212	2.086	2.101	2.412	2.687
S. Miguel	2.940	2.495	2.868	3.305	3.520
S. Salvador do Mundo	1.722	1.200	1.425	1.708	1.692
S. Lourenço dos Órgãos	1.935	1.472	1.658	1.391	1.453
Ribeira Grande Santiago	1.007	1.125	1.162	1.473	1.676
Mosteiros	1.340	1.463	1.665	2.013	2.193
S. Filipe	3.844	3.978	4.088	4.578	5.071
S. Catarina do Fogo	874	759	857	930	1.111
Brava	1.734	1.456	1.468	1.596	1.584

(a) Os efectivos de agregados familiares diz respeito à Ilha de S. Nicolau no seu todo.

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 4 - Taxa de crescimento médio anual dos agregados familiares por meio de residência e Concelhos. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

ANOS CENSITÁRIOS	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010
CABO VERDE	0,2	1,7	3,3	2,2
CONCELHOS				
Porto Novo	-0,9	-0,1	1,3	-0,6
Ribeira Grande	-1,5	0,0	1,7	-0,1
Paul	-3,6	1,4	3,0	0,6
S. Vicente	2,1	1,7	4,6	2,5
Ribeira Brava	-0,9 (a)	0,4 (a)	-3,6 (a)	0,2
Tarrafal de S. Nicolau				1,2
Sal	0,2	1,7	9,9	6,3
Boa Vista	-0,5	0,0	4,1	8,9
Maio	0,4	2,5	4,3	1,6
Tarrafal	-0,1	0,6	4,5	1,0
S. Catarina	-0,6	0,6	2,7	0,5
S. Cruz	1,3	1,3	3,4	1,4
Praia	4,9	5,9	5,2	4,1
S. Domingos	-0,6	0,1	1,4	1,1
S. Miguel	-1,6	1,4	1,4	0,7
S. Salvador do Mundo	-3,5	1,7	-0,2	2,0
S. Lourenço dos Órgãos	-2,7	1,2	0,3	-1,6
Ribeira Grande Santiago	1,1	0,3	2,4	1,3
Mosteiros	0,9	1,3	1,9	1,0
S. Filipe	0,3	0,3	1,1	1,1
S. Catarina do Fogo	-1,4	1,2	0,8	1,8
Brava	-1,7	0,1	0,8	-0,1

(c) A TCMA diz respeito à Ilha de S. Nicolau no seu todo.

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS REPRESENTANTES

As características demográficas e sócio-económicas dos representantes dos agregados são em certa medida determinantes para a caracterização sócio-económica dos agregados e condicionantes para a sua exposição à pobreza.

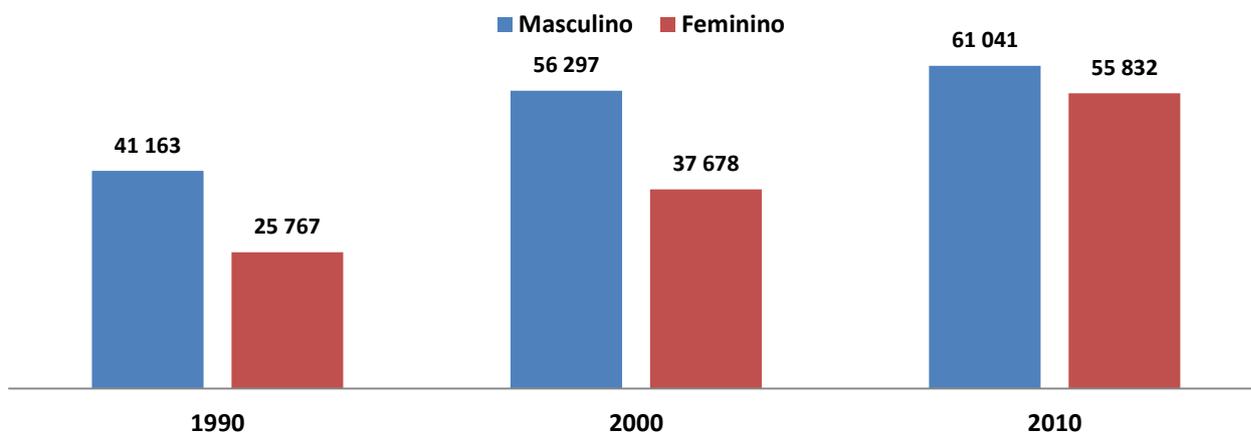
Este capítulo tem como objetivo analisar as características demográficas e sócio-económicas dos representantes.

Relembra-se que por representante foi definido a pessoa, residente no agregado, responsável pelo agregado familiar e reconhecida como tal pelos restantes membros. De acordo com a metodologia não se definiram critérios para designação do representante, pelo que, o conceito fica ao critério dos próprios agregados familiares que podem eleger o representante por razões diferentes: quem contribui mais em termos financeiros, proprietário do alojamento, quem tem a última palavra nas decisões mais importantes, a pessoa com mais idade, com maior nível de escolaridade, quem cuida mais da casa e dos filhos, porque é homem, porque é mulher, entre outras razões possíveis.

Em vários casos de agregados conjugais os moradores assumiam que a responsabilidade é partilhada, mas por questões metodológicas tinha-se que eleger uma dos cônjuges, a critério dos próprios.

SEXO

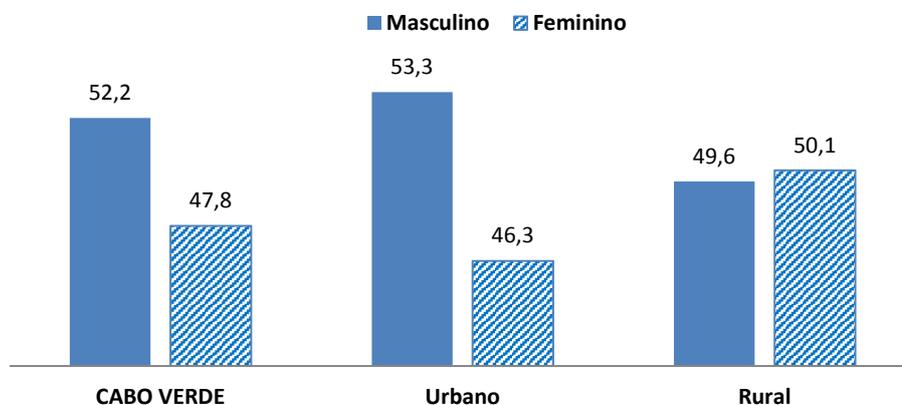
Os homens continuam a assumir maioritariamente a representação dos agregados familiares. Em Junho de 2010, 52,2% dos agregados eram representados por homens e 47,8% que eram representadas pelas mulheres. No entanto é de realçar o facto de ao longo da última década as mulheres aumentarem em termos proporcionais a assumpção das responsabilidades dos agregados, aumentando de 40% em 2000 para 47,6% em 2010.

Gráfico 6 - Agregados familiares segundo o sexo do representante. INE, RGPH 1990, 2000 e 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Ao longo das décadas tem-se verificado um aumento considerável da assumpção das responsabilidades dos agregados por parte das mulheres principalmente de agregados não conjugais, onde a existência do conjugue é inexistente. Com efeito, pode-se constatar que enquanto em 1990, 37,4% dos agregados eram representados por mulheres, em 2010 essa proporção é de 47%, um aumento de 10 pontos percentuais.

Da análise por meio de residência pode-se constatar que este fenómeno se comporta de modo diferente. Enquanto no meio urbano a responsabilidade dos agregados é assumida maioritariamente pelos homens, com 53,3%, no meio rural, a responsabilidades dos agregados está praticamente equilibrada entre os dois sexos.

Gráfico 7 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010

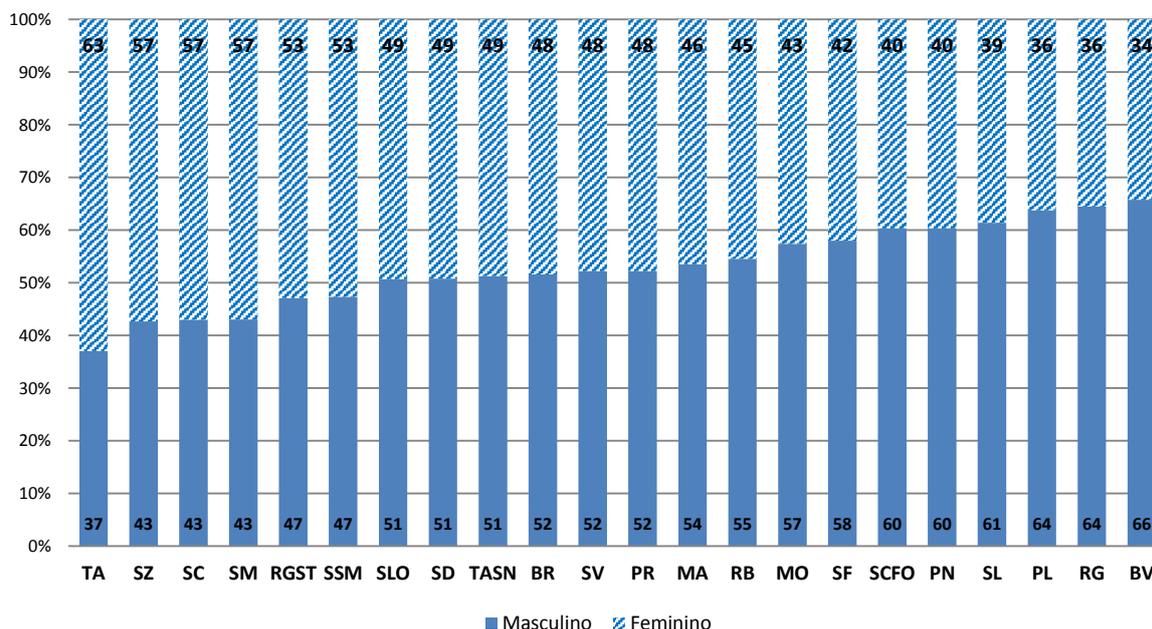
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A nível dos Concelhos, os Concelhos do interior de Santiago, em particular os Concelhos de Ribeira Grande de Santiago, S. Lourenço dos Órgãos, São Miguel, Santa Catarina, Santa Cruz e Tarrafal, possivelmente por serem os concelhos historicamente com maior taxa de emigração masculina, são os com maior proporção de agregados representados por mulheres, com percentagens acima de 52%.

Os Concelhos da Ilha de Santo Antão tendencialmente foram sempre os mais *conservadores*, com maior parte dos agregados representados por homens. No entanto em 2010, é na Boa Vista onde se encontra a maior proporção de agregados representados por homens, 65% . Este facto é natural e explicado pelo aumento expressivo da população masculina à procura de emprego nas construções das infraestruturas turísticas.

Na ilha do Fogo os agregados são maioritariamente representados por homens, principalmente no Concelho de Santa Catarina onde para cada 100 agregados 60 são representados por homens.

Gráfico 8 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por Concelho. INE, Censo 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 5 - Agregados familiares segundo o sexo do representante e relação de masculinidade por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

	AMBOS OS SEXOS		MASCULINO		FEMININO		ÍNDICE DE MASCULINIDADE
	N	%	N	%	N	%	
CABO VERDE	116.873	100,0	61.041	52,2	55.832	47,8	109,3
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	77.115	100,0	41.242	53,5	35.873	46,5	115,0
Rural	39.758	100,0	19.799	49,8	19.959	50,2	99,2
CONCELHOS							
Porto Novo	4.553	100,0	2.935	64,5	1.618	35,5	181,4
Ribeira Grande	1.628	100,0	1.038	63,8	590	36,2	175,9
Paul	3.904	100,0	2.355	60,3	1.549	39,7	152,0
S. Vicente	19.801	100,0	10.327	52,2	9.474	47,8	109,0
Ribeira Brava	2.043	100,0	1.114	54,5	929	45,5	119,9
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	100,0	654	51,3	621	48,7	105,3
Sal	6.765	100,0	4.154	61,4	2.611	38,6	159,1
Boa Vista	2.570	100,0	1.690	65,8	880	34,2	192,0
Maio	1.883	100,0	1.008	53,5	875	46,5	115,2
Tarrafal	4.262	100,0	1.579	37,0	2.683	63,0	58,9
S. Catarina	8.585	100,0	3.689	43,0	4.896	57,0	75,3
S. Cruz	5.650	100,0	2.411	42,7	3.239	57,3	74,4
Praia	32.967	100,0	17.196	52,2	15.771	47,8	109,0
S. Domingos	2.687	100,0	1.364	50,8	1.323	49,2	103,1
S. Miguel	3.520	100,0	1.514	43,0	2.006	57,0	75,5
S. Salvador do Mundo	1.692	100,0	801	47,3	891	52,7	89,9
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	100,0	736	50,7	717	49,3	102,6
Ribeira Grande Santiago	1.676	100,0	789	47,1	887	52,9	89,0
Mosteiros	2.193	100,0	1.258	57,4	935	42,6	134,5
S. Filipe	5.071	100,0	2.942	58,0	2.129	42,0	138,2
S. Catarina do Fogo	1.111	100,0	670	60,3	441	39,7	151,9
Brava	1.584	100,0	817	51,6	767	48,4	106,5

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

GRUPO ETÁRIO

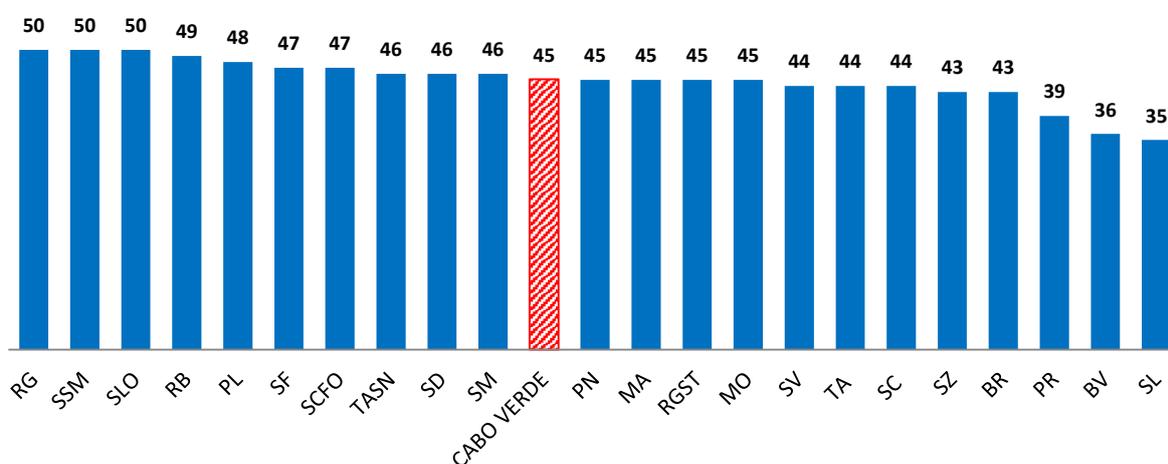
Em 2010 a idade mediana dos representantes dos agregados era de 43 anos, e em média os representantes tinham 45 anos.

Quer a idade média quer a mediana diferencia por sexo e por meio de residência. A nível do meio de residência a diferença é mais expressiva. Enquanto no meio urbano a idade média é de 43 anos e a mediana é de 41, no meio rural a idade média é de 49 anos e a mediana é de 47 anos.

Analisando por sexo, observa-se que as representantes mulheres são 2 anos mais velhas do que os homens, ou seja, enquanto entre as representantes mulheres a idade média é de 46 anos e a mediana é de 44 anos, entre os representantes homens a idade média é de 44 e a idade mediana é de 42 anos.

A idade mediana dos representantes apresenta comportamento diferenciado a nível dos Concelhos, com os Concelhos do Sal, Boa Vista e Praia a apresentarem idades medianas abaixo dos 40 anos, em particular, os Concelhos do Sal e da Boa Vista cuja idade mediana é 10 anos a menos do que a nível nacional, facto que poderá ser explicado pela imigração de pessoas em idade laboral na última década. Num outro extremo tem-se os Concelhos de Ribeira Grande em Santão Antão e S. Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos com idades medianas de 50 anos.

Gráfico 9 - Idade mediana dos representantes dos agregados familiares por Concelho, Cabo Verde, 2010

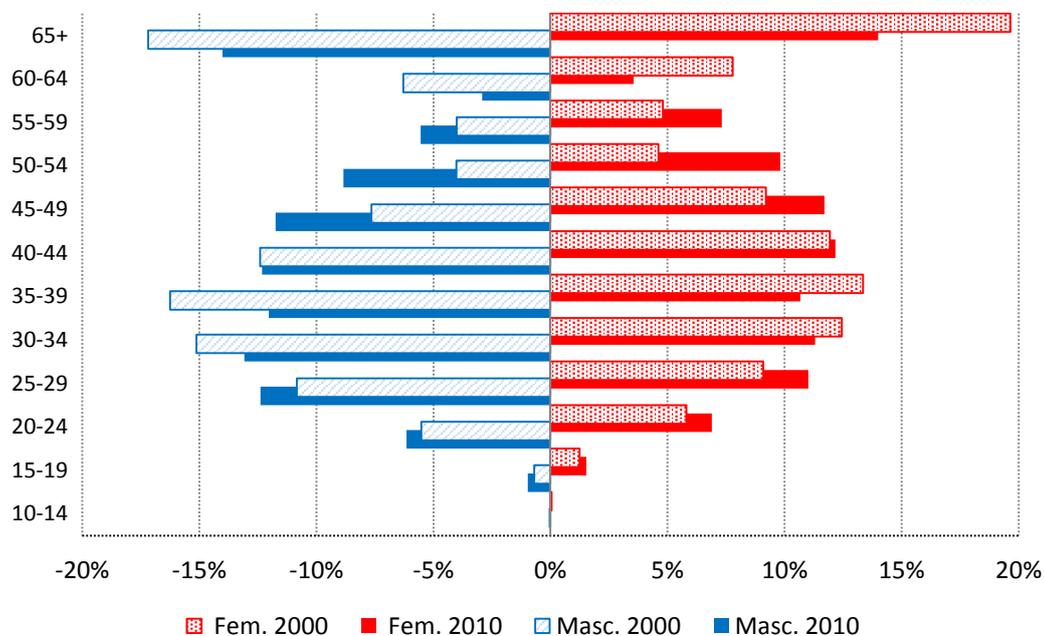


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise da pirâmide etária, observa-se que a nível nacional, mais de metade dos representantes tem idade entre os 25-49 anos, distribuídos de forma quase uniforme entre os grupos quinquenais com percentagens que variam entre os 10% e 12%.

Pese embora o seu peso nas últimas décadas tenha diminuído em dois pontos percentuais, é de realçar, os 15% de representantes com 65 e mais anos, na sua grande maioria mulheres (em 2000, 18,2% dos representantes tinham 65 anos ou mais).

Gráfico 10 - Pirâmide de idade dos representantes familiares. INE, RGPH 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 6 - Idade média e idade mediana dos representantes dos agregados familiares, nos RGPH 2000 e 2010, segundo o meio de residência por sexo. INE, RGPH 2000 e 2010

	RGPH 2000			RGPH 2010		
	CABO VERDE	Meio de residência		CABO VERDE	Meio de residência	
		Urbano	Rural		Urbano	Rural
Ambos os sexos						
Idade média	45,5	43,1	48,6	45,1	43,0	49,3
Idade mediana	41,0	39,0	44,0	43,0	41,0	47,0
Masculino						
Idade média	44,7	42,0	48,6	44,3	42,1	48,8
Idade mediana	40,0	38,0	43,0	42,0	40,0	46,0
Feminino						
Idade média	46,6	45,0	48,6	46,0	43,9	49,7
Idade mediana	43,0	41,0	45,0	44,0	41,0	48,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 7 - Agregados familiares segundo o sexo por grupos quinquenais de idade do representante, Cabo Verde, 2010

Grupos etários	AMBOS OS SEXOS		Masculino		Femininos	
	N	%	N	%	N	%
10-14	10	0,0	7	0,0	3	0,0
15-19	1.415	1,2	588	1,0	827	1,5
20-24	7.464	6,4	3.749	6,1	3.715	6,7
25-29	13.481	11,5	7.551	12,4	5.930	10,6
30-34	14.056	12,0	7.971	13,1	6.085	10,9
35-39	13.078	11,2	7.333	12,0	5.745	10,3
40-44	14.068	12,0	7.517	12,3	6.551	11,7
45-49	13.464	11,5	7.160	11,7	6.304	11,3
50-54	10.679	9,1	5.393	8,8	5.286	9,5
55-59	7.318	6,3	3.380	5,5	3.938	7,1
60-64	3.701	3,2	1.784	2,9	1.917	3,4
65+	18.035	15,4	8.548	14,0	9.487	17,0
ND	104	0,1	60	0,1	44	0,1
Total	116.873	100,0	61.041	100,0	55.832	100,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 8 - Agregados familiares segundo grupos de idades, idade média e idade mediana do representante, por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

	GRUPOS DE IDADES								Idade média	Idade mediana
	<15	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	ND		
CABO VERDE	0,0	7,6	23,6	23,2	20,7	9,4	15,4	0,1	45,1	43
MEIO DE RESIDÊNCIA										
Urbano	0,0	8,4	26,8	24,3	20,3	8,5	11,6	0,1	43,0	41
Rural	0,0	6,0	17,2	21,2	21,4	11,2	22,9	0,1	49,3	47
CONCELHO										
Ribeira Grande	0,0	3,1	11,9	21,7	22,4	9,5	31,3	0,0	53,3	50
Paul	0,0	2,9	14,8	22,2	22,3	10,4	27,3	0,1	51,2	48
Porto Novo	0,0	4,8	17,0	25,1	22,8	7,9	22,4	0,1	48,8	45
S. Vicente	0,0	6,9	20,7	23,3	21,9	10,2	16,8	0,2	46,2	44
Ribeira Brava	0,0	4,5	15,7	21,1	18,4	10,3	30,1	0,0	52,1	49
Tarrafal de S. Nicolau	0,0	4,5	20,0	22,4	18,7	10,1	24,1	0,1	49,0	46
Sal	0,0	11,2	36,1	25,1	16,2	5,9	5,5	0,1	38,4	35
Boa Vista	0,0	11,1	35,2	22,0	13,6	6,4	11,1	0,5	40,2	36
Maio	0,0	4,0	19,6	24,9	22,8	10,0	18,6	0,1	47,9	45
Tarrafal	0,1	8,3	20,7	22,6	21,8	8,6	17,8	0,1	45,9	44
Santa Catarina	0,0	8,7	20,9	21,5	18,8	9,9	20,0	0,0	46,8	44
Santa Cruz	0,0	9,3	22,2	22,9	20,9	9,3	15,4	0,0	44,9	43
Praia	0,0	9,6	29,6	25,1	20,1	7,8	7,7	0,1	40,9	39
S. Domingos	0,0	3,6	18,8	22,6	23,0	12,5	19,5	0,0	48,6	46
Calheta de S. Miguel	0,0	7,1	17,3	21,3	23,1	12,4	18,7	0,1	47,9	46
S. Salvador do Mundo	0,0	3,7	12,9	19,0	22,5	12,2	29,6	0,2	52,8	50
S. Lourenço dos Órgãos	0,0	2,8	12,4	18,0	26,7	11,8	28,3	0,1	52,9	50
Ribeira Grande de Santiago	0,1	6,2	18,6	23,4	20,2	11,3	20,1	0,1	47,8	45
Mosteiros	0,0	4,8	23,9	21,1	20,9	12,2	17,0	0,0	46,9	45
S. Filipe	0,0	4,7	20,8	19,6	21,8	15,7	17,3	0,0	48,2	47
Santa Catarina do Fogo	0,0	6,9	19,5	18,0	23,3	13,1	19,2	0,0	48,5	47
Brava	0,0	6,2	23,7	22,7	19,9	9,9	17,4	0,1	46,2	43
SEXO DO REPRESENTANTE										
Masculino	0,0	1,0	25,4	24,3	20,6	8,5	14,0	0,1	44,3	42
Feminino	0,0	1,5	21,5	22,0	20,8	10,5	17,0	0,1	46,0	44

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

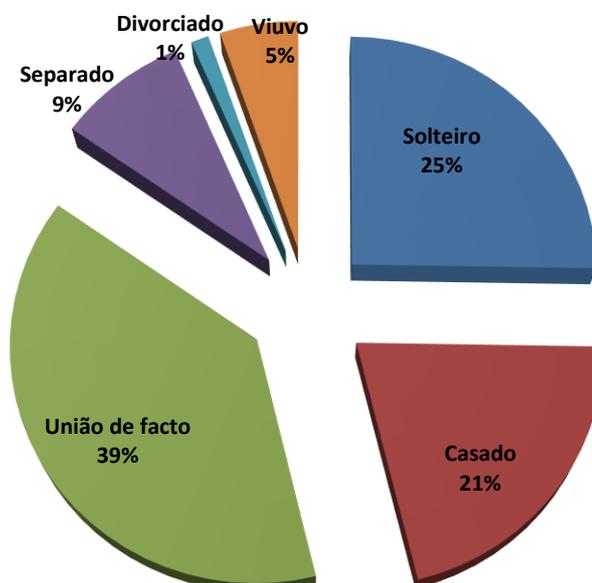
ESTADO CIVIL

De acordo com os resultados a maioria dos representantes vivem em união (60%), sendo a união de facto² a modalidade mais praticada em Cabo Verde. Ou seja, destes 39% vivem em união de facto e 21% são legalmente casados.

Cerca de um quarto declarou ser solteiro e 15% declarou já ter vivido alguma vez em união, estando no momento censitário a não viver em união, ou seja, 5% declarou estar separado, 1% divorciado, e 5% viúvos.

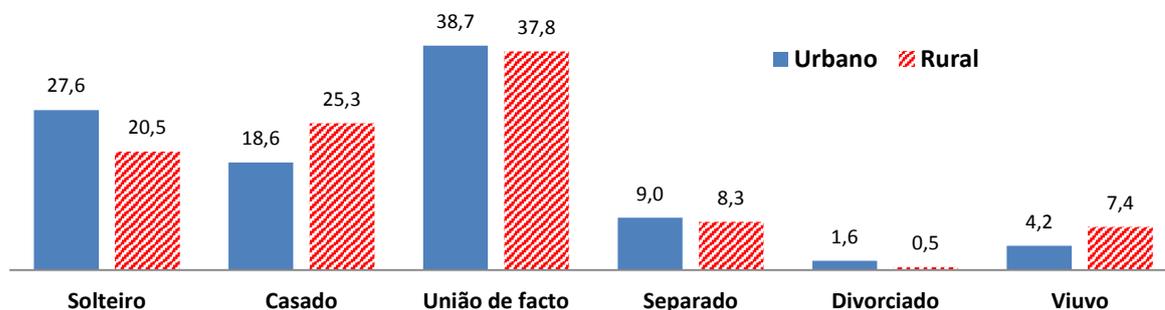
A nível do meio de residência observa-se que a estrutura por estado civil diferencia principalmente nas modalidades de solteiro, casado e viúvo. Verifica-se que uma proporção superior de solteiros no meio urbano (27,6%) comparativamente ao meio rural (20,5%). No meio rural a proporção de casados e viúvos é mais expressiva comparado ao meio urbano, como se pode observar no grafico abaixo.

Gráfico 11 - Distribuição dos representantes dos agregados familiares segundo o estado civil, Cabo Verde, 2010



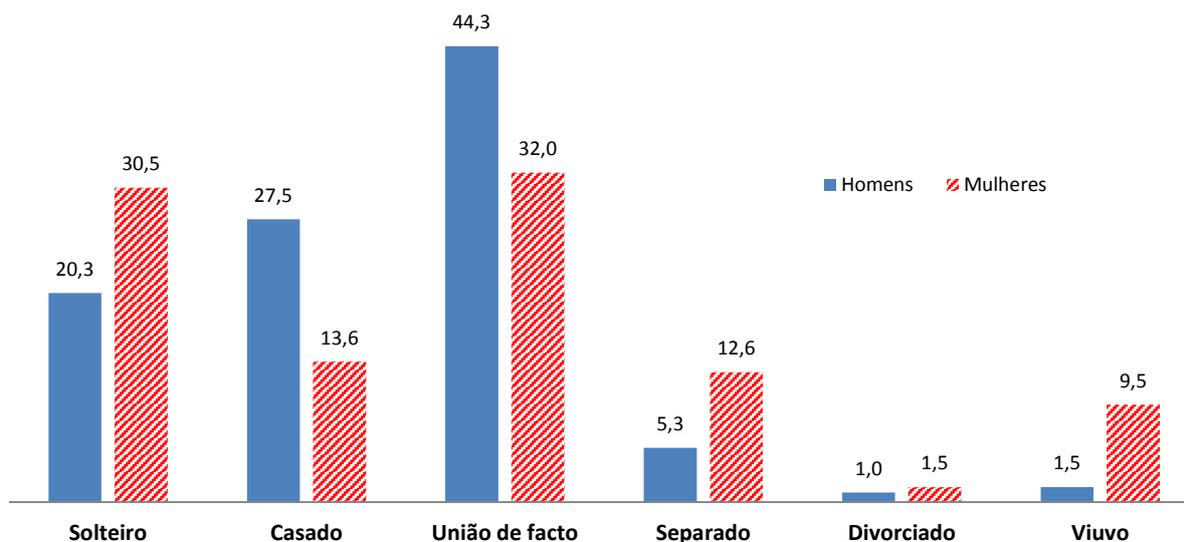
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

² Para efeitos estatísticos considera-se a união de facto consensual mesmo que esta não esteja reconhecida legalmente.

Gráfico 12 - Agregados familiares segundo o Estado Civil do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise por sexo, pode-se observar que enquanto entre os agregados representados por homens, a grande maioria vive em união, ou seja, 27,5% declarou ser casado e 44,3% a viver em união de facto, entre os representados por mulheres somente 45,6% vivem em união, sendo 13,6% casadas e 32% em união de facto. É de realçar o facto de cerca de 30% das mulheres representantes de agregado declarar ser solteira e cerca de 10% declarar ser viúva.

Gráfico 13 – Agregados familiares segundo o estado civil do representante por sexo, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 9 - Agregados familiares segundo o sexo do representante, por meio de residência e estado civil do representante, Cabo Verde, 2010

ESTADO CIVIL	AMBOS OS SEXOS		SEXO DO REPRESENTANTE			
			MASCULINO		FEMININO	
	N	%	N	%	N	%
CABO VERDE						
Solteira(o)	29.440	25,2	12.393	20,3	17.047	30,5
Casada(o)	24.389	20,9	16.768	27,5	7.621	13,6
União de facto	44.894	38,4	27.028	44,3	17.866	32,0
Separada(o)	10.268	8,8	3.220	5,3	7.048	12,6
Divorciada(o)	1.404	1,2	580	1,0	824	1,5
Viúva(o)	6.184	5,3	893	1,5	5.291	9,5
ND	294	0,3	159	0,3	135	0,2
TOTAL	116.873	100,0	61.041	100,0	55.832	100,0
MEIO URBANO						
Solteira(o)	21.309	27,6	9.347	22,7	11.962	33,3
Casada(o)	14.317	18,6	10.205	24,7	4.112	11,5
União de facto	29.874	38,7	18.253	44,3	11.621	32,4
Separada(o)	6.958	9,0	2.365	5,7	4.593	12,8
Divorciada(o)	1.206	1,6	487	1,2	719	2,0
Viúva(o)	3.233	4,2	461	1,1	2.772	7,7
ND	218	0,3	124	0,3	94	0,3
TOTAL	77.115	100,0	41.242	100,0	35.873	100,0
MEIO RURAL						
Solteira(o)	8.131	20,5	3.046	15,4	5.085	25,5
Casada(o)	10.072	25,3	6.563	33,1	3.509	17,6
União de facto	15.020	37,8	8.775	44,3	6.245	31,3
Separada(o)	3.310	8,3	855	4,3	2.455	12,3
Divorciada(o)	198	0,5	93	0,5	105	0,5
Viúva(o)	2.951	7,4	432	2,2	2.519	12,6
ND	76	0,2	35	0,2	41	0,2
TOTAL	39.758	100,0	19.799	100,0	19.959	100,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 10 - Agregados familiares segundo o estado civil do representante por meio de residência e Concelhos (%), Cabo Verde, 2010

	ESTADO CIVIL							
	Total	Solteiro	Casado	União de facto	Separado	Divorciado	Viúvo	ND
CABO VERDE	116.873	25,2	20,9	38,4	8,8	1,2	5,3	0,3
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	77.115	27,6	18,6	38,7	9,0	1,6	4,2	0,3
Rural	39.758	20,5	25,3	37,8	8,3	0,5	7,4	0,2
CONCELHOS								
Ribeira Grande	4.553	29,1	20,9	36,4	4,4	1,2	7,8	0,2
Paul	1.628	36,4	11,6	42,1	3,2	0,6	6,0	0,1
Porto Novo	3.904	25,2	14,8	41,5	10,1	0,7	7,2	0,3
S. Vicente	19.801	31,0	16,7	35,9	8,5	2,3	5,1	0,4
Ribeira Brava	2.043	24,0	22,9	31,3	9,7	1,4	9,9	0,7
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	28,1	25,3	34,7	3,5	1,5	6,0	1,0
Sal	6.765	24,7	16,7	41,2	13,6	1,6	2,2	0,2
Boa Vista	2.570	36,7	15,7	41,3	1,1	1,1	3,5	0,7
Maio	1.883	22,8	25,2	41,5	4,9	0,6	4,7	0,2
Tarrafal	4.262	23,8	31,7	31,8	4,6	0,3	7,5	0,2
Santa Catarina	8.585	21,0	26,3	34,6	9,4	0,5	8,0	0,2
Santa Cruz	5.650	19,0	22,8	39,9	12,0	0,3	5,8	0,1
Praia	32.967	27,9	18,2	39,9	8,9	1,4	3,4	0,2
S. Domingos	2.687	14,7	22,5	43,8	11,4	0,3	7,2	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	15,7	35,3	31,7	9,3	0,2	7,7	0,2
S. Salvador do Mundo	1.692	16,3	31,5	34,4	7,1	0,2	10,3	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	25,1	33,5	32,3	2,2	0,1	6,8	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	32,0	26,9	33,4	0,9	0,2	6,3	0,4
Mosteiros	2.193	10,8	22,9	51,3	8,6	0,9	5,4	0,1
S. Filipe	5.071	14,1	24,6	43,3	11,5	1,1	5,4	0,1
Santa Catarina do Fogo	1.111	10,8	26,2	43,8	11,7	1,1	6,3	0,1
Brava	1.584	14,4	18,3	40,6	21,5	1,5	3,6	0,2
SEXO DO REPRESENTANTE								
Masculino	61.041	20,3	27,5	44,3	5,3	1,0	1,5	0,3
Feminino	55.832	30,5	13,6	32,0	12,6	1,5	9,5	0,2

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

NACIONALIDADE

A grande maioria dos representantes de agregados (92%) são de nacionalidade cabo-verdiana. No entanto, cerca de 4,6% possuem nacionalidade estrangeira e 2,8% dupla nacionalidade³. Os agregados familiares representados por pessoas de nacionalidade estrangeira residem na sua grande maioria nos centros urbanos, em particular na Cidade da Praia que acolhe cerca de 43% dos representantes com nacionalidade estrangeira. Seguem-se Sal e Boa Vista que acolhem 16% e 10%, respectivamente, dos agregados representados por estrangeiros. Observa, ainda que, a grande maioria dos representantes de nacionalidade estrangeira são do sexo masculino⁴.

Tabela 11 - Agregados familiares segundo o sexo do representante por meio de residência e nacionalidade do representante, Cabo Verde, 2010

NACIONALIDADE	CABO VERDE		Sexo do representante			
			Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%
CABO VERDE						
Cabo-verdiana	108.037	92,4	54.459	89,2	53.578	96,0
Dupla nacionalidade	3.309	2,8	2.087	3,4	1.222	2,2
Estrangeira	5.332	4,6	4.381	7,2	951	1,7
Apátrida	21	0,0	16	0,0	5	0,0
ND	174	0,1	98	0,2	76	0,1
Total	116.873	100,0	61.041	100,0	55.832	100,0
URBANO						
Cabo-verdiana	69.288	89,9	35.336	85,7	33.952	94,6
Dupla nacionalidade	2.744	3,6	1.707	4,1	1.037	2,9
Estrangeira	4.939	6,4	4.112	10,0	827	2,3
Apátrida	11	0,0	9	0,0	2	0,0
ND	133	0,2	78	0,2	55	0,2
Total	77.115	100,0	41.242	100,0	35.873	100,0
RURAL						
Cabo-verdiana	38.749	97,5	19.123	96,6	19.626	98,3
Dupla nacionalidade	565	1,4	380	1,9	185	0,9
Estrangeira	393	1,0	269	1,4	124	0,6
Apátrida	10	0,0	7	0,0	3	0,0
ND	41	0,1	20	0,1	21	0,1
Total	39.758	100,0	19.799	100,0	19.959	100,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

³ Considera-se dupla nacionalidade quando o indivíduo, para além da nacionalidade caboverdeana, possui uma outra nacionalidade estrangeira.

⁴ Para mais informações sobre a população estrangeira pode consultar o tema de análise **Migrações** do Censo 2010.

Tabela 12 - Agregados familiares segundo a nacionalidade dos representantes, por meio de residência e Concelhos (%), Cabo Verde, 2010

	Nacionalidade dos representantes					
	Total	Cabo-verdeana	Dupla nacionalidade	Estrangeira	Apátrida	ND
CABO VERDE	116.873	92,4	2,8	4,6	0,0	0,1
MEIO DE RESIDÊNCIA						
Urbano	77.115	89,9	3,6	6,4	0,0	0,2
Rural	39.758	97,5	1,4	1,0	0,0	0,1
CONCELHOS						
Ribeira Grande	4.553	97,2	1,3	1,4	0,0	0,0
Paul	1.628	98,1	1,2	0,6	0,0	0,1
Porto Novo	3.904	96,5	1,8	1,6	0,0	0,1
S. Vicente	19.801	93,7	3,7	2,4	0,0	0,2
Ribeira Brava	2.043	94,1	4,1	1,8	0,0	0,0
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	93,3	2,5	4,1	0,0	0,2
Sal	6.765	84,8	2,7	12,4	0,0	0,1
Boa Vista	2.570	76,3	2,0	21,2	0,0	0,6
Maio	1.883	93,9	2,0	3,9	0,1	0,1
Tarrafal	4.262	95,1	2,2	2,5	0,0	0,2
Santa Catarina	8.585	92,9	2,0	4,9	0,1	0,1
Santa Cruz	5.650	96,5	1,3	2,0	0,1	0,0
Praia	32.967	88,9	4,0	6,9	0,0	0,2
S. Domingos	2.687	98,7	0,5	0,7	0,0	0,0
Calheta de S. Miguel	3.520	97,8	1,3	0,6	0,1	0,2
S. Salvador do Mundo	1.692	97,7	1,7	0,4	0,0	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	96,5	2,8	0,7	0,0	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	96,7	1,9	1,3	0,0	0,2
Mosteiros	2.193	96,0	2,2	1,6	0,0	0,1
S. Filipe	5.071	95,9	2,0	2,1	0,0	0,0
Santa Catarina do Fogo	1.111	97,7	1,4	0,8	0,0	0,1
Brava	1.584	94,5	3,4	2,0	0,0	0,1
SEXO DO REPRESENTANTE						
Masculino	61.041	89,2	3,4	7,2	0,0	0,2
Feminino	55.832	96,0	2,2	1,7	0,0	0,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

EDUCAÇÃO

A educação e a formação constituem um capital importante não apenas em termos individuais como sociais. De facto, permitem aos seus detentores uma maior competitividade no mercado de trabalho e emprego, mais fácil acesso à informação e ao poder, possibilitando-lhes, enfim, dispor de melhores padrões de vida comparativamente aos não detentores desse capital. Para a sociedade, particularmente no caso cabo-verdiano em que se considera o Homem como o principal e maior recurso do país, a educação e a formação constituem factores imprescindíveis na Tabela da política de inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial, a condição da melhoria dos indicadores de saúde, de uma maior participação na vida pública, na implementação de uma política de população, ou seja da sustentabilidade do desenvolvimento.

As dificuldades de acesso ao emprego e ao mercado de trabalho, em grande medida, são consequência do baixo nível de instrução e escolarização e/ou da inadequação da formação às necessidades do mercado.

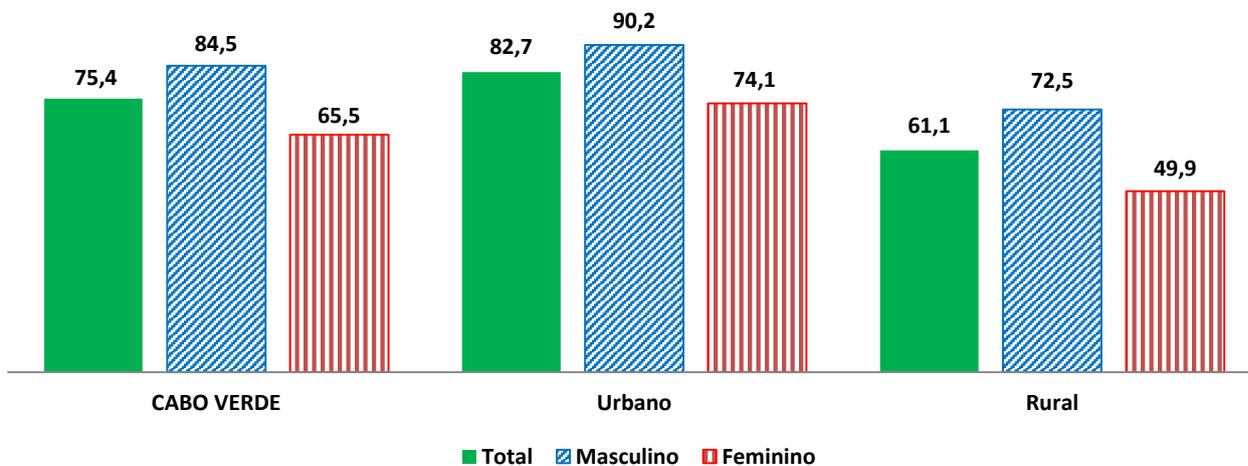
Estudos realizados mostram que o analfabetismo constitui uma das principais causas da pobreza. A alfabetização de carácter profissionalizante voltada para a actividade produtiva, constitui um factor importante da capacitação das população e em particular dos representantes dos agregados, e da sua integração no mercado do trabalho.

Alfabetização dos representantes

No que diz respeito à taxa de alfabetização, uma primeira observação, é de que a taxa de alfabetização entre os representantes dos agregados familiares é inferior à taxa registada a nível nacional na população total. Ou seja, enquanto a nível da população de 15 anos e mais a taxa de alfabetização é de 82,8%, entre os representantes é de 75,4%.

Constata-se diferenças significativas quer entre os sexos, com os representantes homens a apresentarem taxas de alfabetismo mais elevadas do que entre as mulheres, 84,5% e 65,5%, respectivamente, quer a nível do meio de residência, (82,7% no meio urbano e 61,1% no meio rural).

Gráfico 14 - Taxa de alfabetização (%) dos representantes dos agregados familiares por sexo, Cabo Verde, 2010

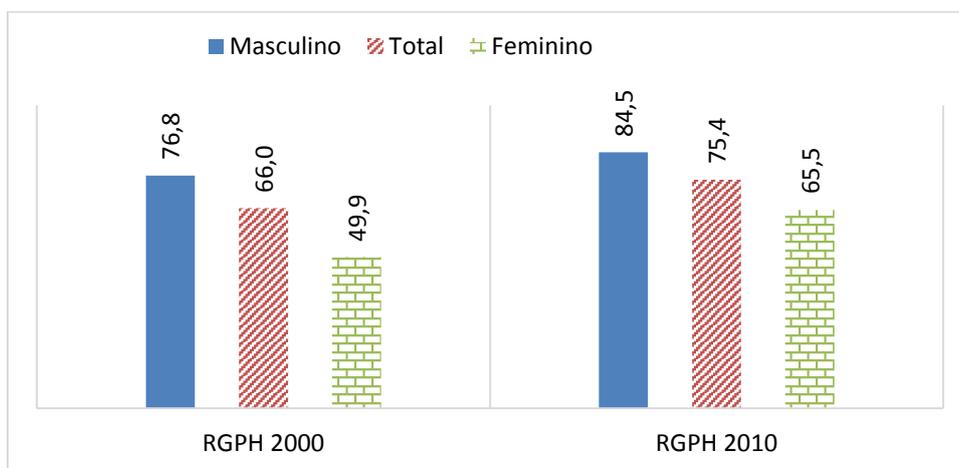


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Observa-se igualmente que, entre as representantes mulheres, as do meio urbano são mais alfabetizadas (74%,1) do que as do meio rural, onde somente cerca da metade são alfabetizadas.

Comparativamente ao Censo de 2000, verifica-se um aumento significativo da taxa de alfabetização dos representantes, sendo o aumento mais significativo entre as mulheres, cuja taxa aumentou de 49,9% em 2000 para 65,5% em 2010.

Gráfico 15 - Evolução da taxa de alfabetização (%) dos representantes por sexo, Cabo Verde, 2000, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2000 e 2010

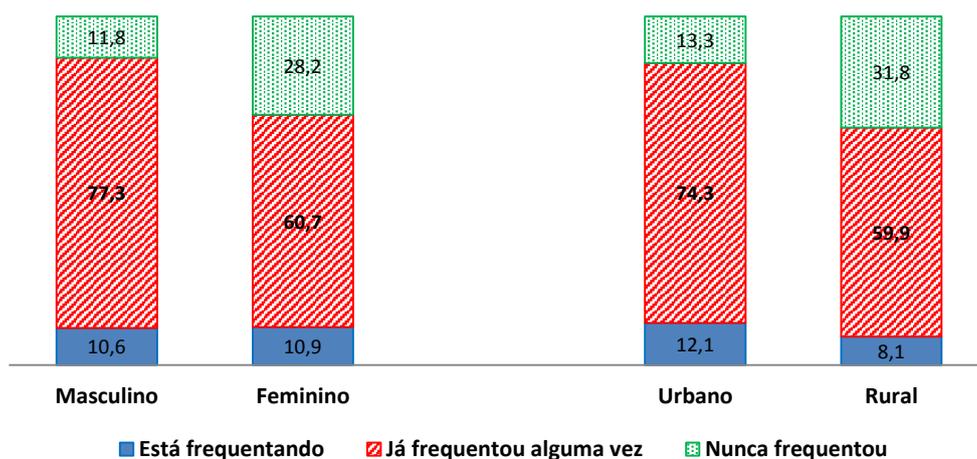
Frequência escolar dos representantes

A nível nacional cerca de 20% dos representantes nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Dos que alguma vez frequentou, 10,7% estava a frequentar no momento censitário. No meio rural 31,8% dos representantes nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, enquanto no meio urbano esta percentagem é de 13,3%.

Da análise por sexo, constata-se que entre as mulheres a percentagem de nunca ter frequentado um estabelecimento de ensino é mais do dobro da verificada entre os homens, ou seja, enquanto entre as mulheres cerca de 28% nunca frequentou um estabelecimento de ensino, entre os homens a percentagem é de 11,8%.

No entanto, não se verifica diferenças entre os que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino.

Gráfico 16 - Agregados familiares segundo a frequência escolar do representante (%), por sexo do representante por meio de residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nível de instrução dos representantes

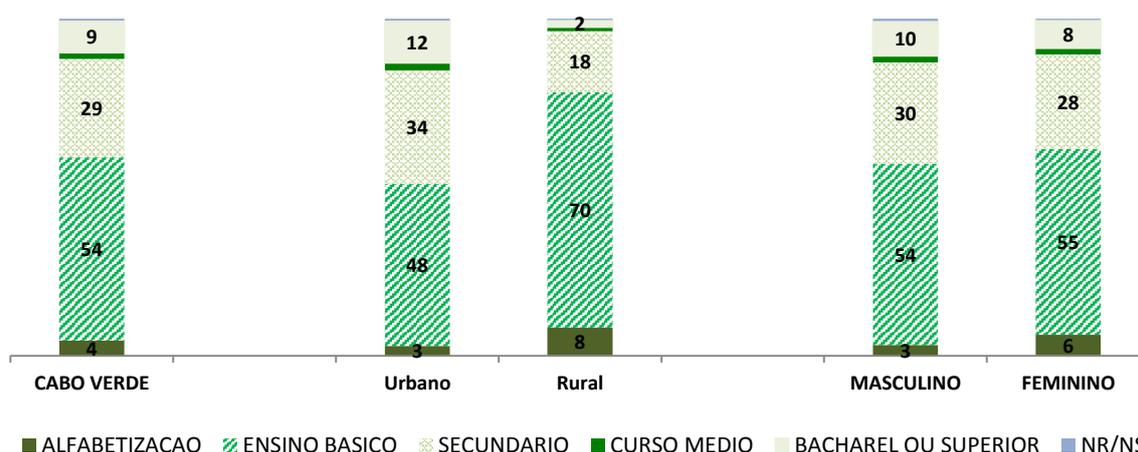
De acordo com os dados cerca de 80% dos representantes dos agregados familiares já frequentaram alguma vez um estabelecimento de ensino e em média possuem 7,1 anos de estudo, equivalente ao 7º ano de escolaridade, 1º ano do ensino secundário.

De acordo com o Gráfico 17, observa-se que mais de metade, 54% dos representantes, possui o nível básico, 29% o nível secundário e cerca de 9% um nível pós-secundário, bacharel ou superior.

Pese embora exista, as diferenças de género não são muito acentuadas e nem ultrapassam dois pontos percentuais, com os homens a apresentarem maior nível de instrução do que as mulheres e com um número de anos de estudos superior às das mulheres, 7,3 anos e 6,8 anos, respectivamente.

Mas da análise por meio de residência as diferenças são significativas, com os representantes do meio urbano a possuírem 2,5 anos de estudo a mais do que os representantes do meio rural. Com efeito, no meio rural a grande maioria, 70% tem o nível básico. Cerca de 18% tem o nível secundário e 2% o nível pós-secundário. No meio urbano, 48% possui nível básico, 34% o nível secundário e cerca de 12% o nível superior.

Gráfico 17 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante (%) por meio residência e sexo do representante, Cabo Verde, 2010

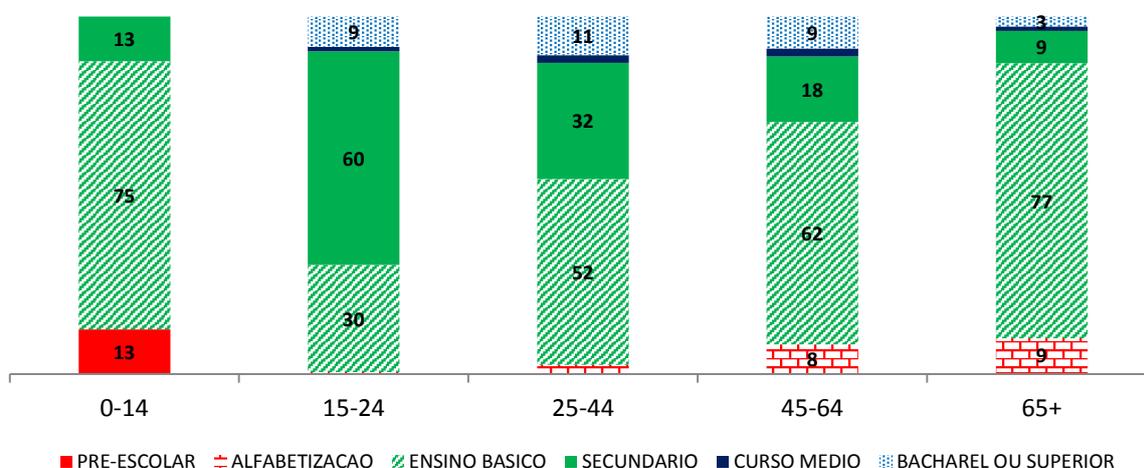


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

É visível nas análises do nível de instrução o factor geração quando se analisa por grupos etários, com as gerações mais novas a possuírem maior nível de instrução e conseqüentemente maior número de anos de estudo. Enquanto, a geração mais velha, representantes com 65 anos ou mais possui, em média, não mais do que 4,4 anos de estudo, equivalente à antiga 4ª classe, nos grupos etários mais jovens, os com idade entre os 15-24 anos, o número médio de anos de estudo é de 8,7 anos, equivalente ao 8º-9º ano do nível secundário.

Com nível superior verifica-se que o grupo etário 25-44 apresenta maior proporção de representantes com este nível, 10,9%, enquanto que, os grupos, anterior e posterior, apresentam proporções na ordem dos 9%.

Gráfico 18 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante(%) por grupo etário do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 13- Agregados familiares que alguma vez frequentaram um estabelecimento de ensino (%) segundo o nível de instrução, e o número médio de estudos por grupos etários, Cabo Verde, 2010

GRUPO ETÁRIO (anos)	NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS QUE ALGUMA VEZ FREQUENTARAM UM ESTABELECIMENTO ENSINO						Número médio de estudo (anos)
	Pré-escolar	Alfabetização	Ensino básico	Ensino secundário	Curso médio	Bacharel ou superior	
0-14	12,5	0,0	75,0	12,5	0,0	0,0	4,9
15-24	0,0	0,6	30,0	59,7	1,2	8,6	8,7
25-44	0,1	2,5	52,0	32,5	2,1	10,9	7,6
45-64	0,2	8,1	62,2	18,3	2,3	8,9	6,2
65+	0,5	9,5	76,9	9,0	1,3	2,8	4,4

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

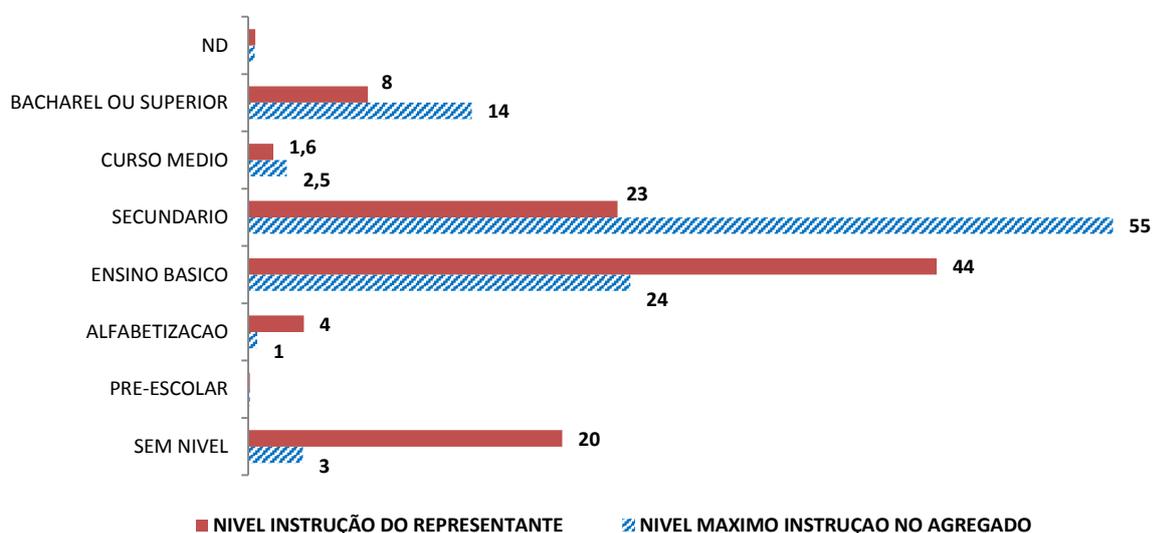
Nível de instrução mais elevado no agregado familiar

O nível de instrução dos representantes é considerado como uma variável determinante para aferir sobre o agregado nos vários domínios sócio-económico, em particular a exposição á pobreza. No entanto, a partir da análise do maior nível instrução no agregado podemos concluir que, hoje em dia, na sua grande maioria, existe sempre algum membro do agregado com nível de instrução igual ou superior ao do representante, indivíduos esses que poderão em certa medida influenciar os comportamentos do agregado como um todo.

Assim, pode-se observar no Gráfico 14 de que somente 3% dos agregados possuem no seu seio algum indivíduo que nunca frequentou um estabelecimento escolar, independentemente de ser representante ou não, ou seja, um indivíduo sem nível de instrução, pese embora, 20% dos representantes não possuir nenhum nível de instrução.

Observa-se igualmente que a grande maioria dos agregados familiares possui pelo menos uma pessoa com nível secundário (55%) e cerca de 14% possui pelo menos um membro com nível superior.

Tabela 14 - Agregados familiares segundo o nível de instrução do representante (%) e o nível máximo no agregado, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 15 - Agregados familiares segundo a frequência ou não de um estabelecimento de ensino (%), nível de instrução dos que frequentaram e número médio de anos de estudo, por meio de residência, Concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010

	REPRESENTANTES QUE ALGUMA VEZ FREQUENTARAM UM ESTABELECIMENTO ENSINO										
	TOTAL	NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS QUE FREQUENTARAM							Número médio de anos de estudo	NUNCA FREQUENTOU	NS/NR
		Pré-escolar	Alfabetização	Ensino básico	Ensino secundário	Curso médio	Bacharel ou superior	NR			
CABO VERDE	80,1	0,1	4,4	54,3	29,2	2,0	9,5	0,6	7,1	19,6	0,2
MEIO DE RESIDÊNCIA											
Urbano	86,4	0,1	2,9	48,0	33,6	2,3	12,5	0,6	7,8	13,3	0,3
Rural	68,0	0,2	8,1	69,9	18,1	1,2	2,1	0,4	5,3	31,8	0,2
CONCELHOS											
Ribeira Grande	68,6	0,1	8,9	64,1	19,0	2,8	5,1	0,2	5,9	31,3	0,1
Paul	70,2	0,0	16,2	61,2	14,3	4,9	3,1	0,3	5,4	29,7	0,1
Porto Novo	69,1	0,0	14,1	55,3	22,5	2,7	5,2	0,3	6,1	30,6	0,3
S. Vicente	84,1	0,1	3,0	53,4	29,6	2,3	10,8	0,7	7,2	15,5	0,4
Ribeira Brava	81,3	0,0	5,1	72,7	17,1	1,3	3,5	0,4	5,5	18,0	0,7
Tarrafal de S. Nicolau	73,2	0,2	5,0	69,1	18,8	3,0	3,2	0,6	5,8	25,7	1,1
Sal	94,1	0,2	2,4	47,9	40,7	1,9	6,7	0,1	7,5	5,7	0,2
Boa Vista	91,2	0,0	2,6	52,4	37,2	1,4	6,1	0,2	7,1	8,1	0,7
Maio	82,6	0,0	9,7	63,8	20,1	1,0	5,1	0,3	5,9	17,2	0,2
Tarrafal	71,9	0,3	7,5	60,4	26,4	0,7	4,1	0,6	5,9	28,0	0,1
Santa Catarina	67,9	0,2	3,4	58,1	28,1	2,0	7,6	0,6	6,6	31,9	0,2
Santa Cruz	71,9	0,3	3,5	64,3	24,7	1,7	4,4	1,1	6,2	28,1	0,0
Praia	88,6	0,1	2,2	43,5	35,3	2,1	16,2	0,7	8,3	11,2	0,2
S. Domingos	74,3	0,2	7,0	67,6	20,8	1,2	3,1	0,1	5,6	25,6	0,0
Calheta de S. Miguel	64,6	0,0	11,1	61,8	19,8	2,6	4,4	0,2	6,1	35,2	0,2
S. Salvador do Mundo	60,4	0,3	4,2	74,4	17,6	1,3	1,8	0,5	5,1	39,4	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	73,1	0,1	5,0	70,4	18,5	0,8	4,7	0,5	5,7	26,8	0,1
Ribeira Grande de Santiago	58,4	0,2	2,7	76,6	16,5	1,1	2,1	0,8	5,2	41,3	0,3
Mosteiros	76,7	0,1	10,5	62,2	23,4	1,1	2,4	0,4	5,7	23,2	0,1
S. Filipe	76,8	0,2	5,7	66,4	22,0	1,2	3,8	0,8	5,9	23,1	0,1
Santa Catarina do Fogo	73,6	0,4	12,1	66,6	18,0	0,2	2,2	0,5	5,4	26,3	0,1
Brava	81,3	0,2	3,5	72,2	18,0	2,6	3,3	0,2	5,7	18,6	0,1
SEXO DO REPRESENTANTE											
Masculino	87,9	0,1	3,1	53,8	30,0	2,0	10,3	0,7	7,3	11,8	0,3
Feminino	71,6	0,2	6,1	55,1	28,0	1,9	8,3	0,4	6,8	28,2	0,2

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 16 - Agregados familiares segundo o nível de instrução máximo dos membros (%), por meio de residência, Concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010

	NÍVEL DE INSTRUÇÃO MÁXIMA NO SEIO DO AGREGADO								
	Total	Sem nível	Pré-escolar	Alfabetização	Ensino básico	Ensino secundário	Curso médio	Bacharel ou superior	NR
CABO VERDE	116.873	3,5	0,1	0,6	24,2	54,7	2,5	14,1	0,4
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	2,5	0,1	0,4	20,6	54,1	2,7	19,2	0,4
Rural	39.758	5,2	0,2	0,9	31,2	55,9	1,9	4,4	0,4
CONCELHOS									
Ribeira Grande	4.553	8,0	0,1	1,4	27,4	52,8	3,1	7,0	0,2
Paul	1.628	5,7	0,1	3,4	28,4	51,6	5,4	4,9	0,6
Porto Novo	3.904	6,0	0,1	1,6	26,9	54,3	3,1	6,6	1,4
S. Vicente	19.801	3,5	0,0	0,5	23,1	50,3	2,8	19,3	0,5
Ribeira Brava	2.043	2,1	0,0	0,6	40,2	45,7	2,2	5,2	4,1
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	5,6	0,1	0,6	35,0	50,0	2,9	5,0	0,8
Sal	6.765	1,1	0,1	0,4	24,5	60,9	2,6	10,1	0,2
Boa Vista	2.570	2,5	0,0	0,9	28,8	55,4	2,2	10,0	0,4
Maio	1.883	4,4	0,1	1,4	32,3	53,6	1,6	6,5	0,2
Tarrafal	4.262	4,1	0,2	0,7	24,5	62,4	1,3	6,3	0,4
Santa Catarina	8.585	3,9	0,2	0,2	22,0	58,6	2,4	12,6	0,1
Santa Cruz	5.650	4,7	0,3	0,4	27,5	56,7	2,4	7,9	0,1
Praia	32.967	1,9	0,1	0,3	18,2	53,1	2,4	23,8	0,3
S. Domingos	2.687	3,2	0,1	0,4	25,7	61,4	3,0	6,3	0,0
Calheta de S. Miguel	3.520	5,3	0,2	0,7	28,2	55,2	2,8	7,4	0,2
S. Salvador do Mundo	1.692	3,5	0,1	0,1	22,8	65,8	2,2	5,0	0,5
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	2,9	0,1	0,6	20,6	62,8	1,9	11,2	0,0
Ribeira Grande de Santiago	1.676	4,8	0,2	0,1	30,8	56,7	2,0	5,2	0,2
Mosteiros	2.193	4,4	0,0	1,6	31,1	59,1	1,0	2,7	0,0
S. Filipe	5.071	4,7	0,2	0,8	31,2	56,1	1,6	4,9	0,5
Santa Catarina do Fogo	1.111	4,3	0,3	1,0	37,4	54,2	0,5	2,3	0,1
Brava	1.584	4,5	0,0	0,6	36,9	50,1	3,3	4,5	0,2
SEXO DO REPRESENTANTE									
Masculino	61.041	3,0	0,1	0,7	25,8	52,1	2,6	15,4	0,4
Feminino	55.832	4,0	0,1	0,5	22,4	57,6	2,3	12,7	0,4

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS

Da relação entre o agregado e a actividade económica dos seus representantes ou dos seus membros podem resultar situações de precariedade económica e social, como a pobreza e a exclusão social, que se associam muitas vezes a alguns tipos de composição familiar, como sejam, agregados numerosos com um elevado índice de dependência de jovens (0-14 anos) e agregados monoparentais onde em média o número de activos é menor.

Assim, saber se o representante do agregado é ou não activo economicamente ou se está no desemprego pode contribuir para melhor caracterizar os agregados familiares segundo a abordagem sócio-económica.

Principal meio de vida nos últimos 12 meses

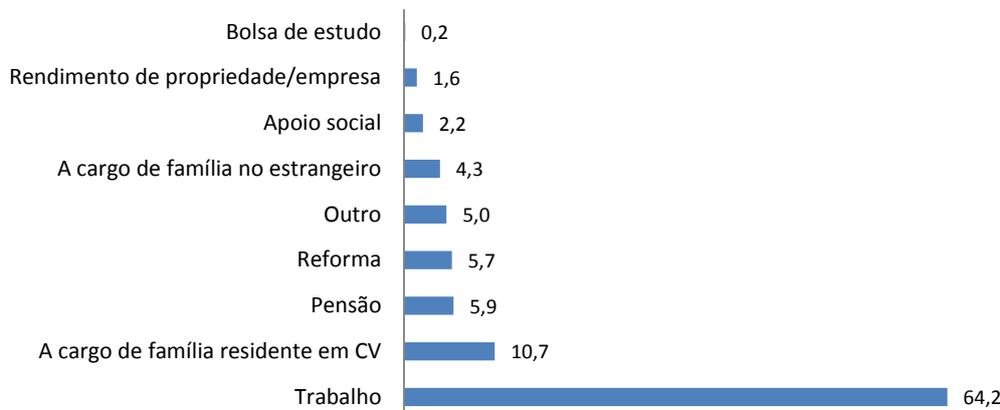
Independentemente de estarem ou não a trabalhar no período censitário de observação da situação perante o emprego a grande maioria dos representantes (64,2%) o principal meio de vida provem do trabalho. Cerca de 11% afirma que vive a cargo da família residente em Cabo Verde.

O trabalho é o principal meio de vida em qualquer dos meios de residência, pese embora no meio urbano o peso seja superior ao do meio rural, 69,7% e 53,5%, respectivamente.

As remessas de emigrantes, podem ser consideradas como principal meio de vida da população rural, tendo em conta que 5,8% dos representantes dos agregados que vivem nesse meio assume que vivem principalmente a cargo de famílias residentes no estrangeiro, enquanto que no meio urbano esta percentagem é de 3,5%.

As pensões e os apoios sociais são meio característicos dos representantes do meio rural, tendo em conta as diferenças do peso entre o rural e o urbano (Tabela 17).

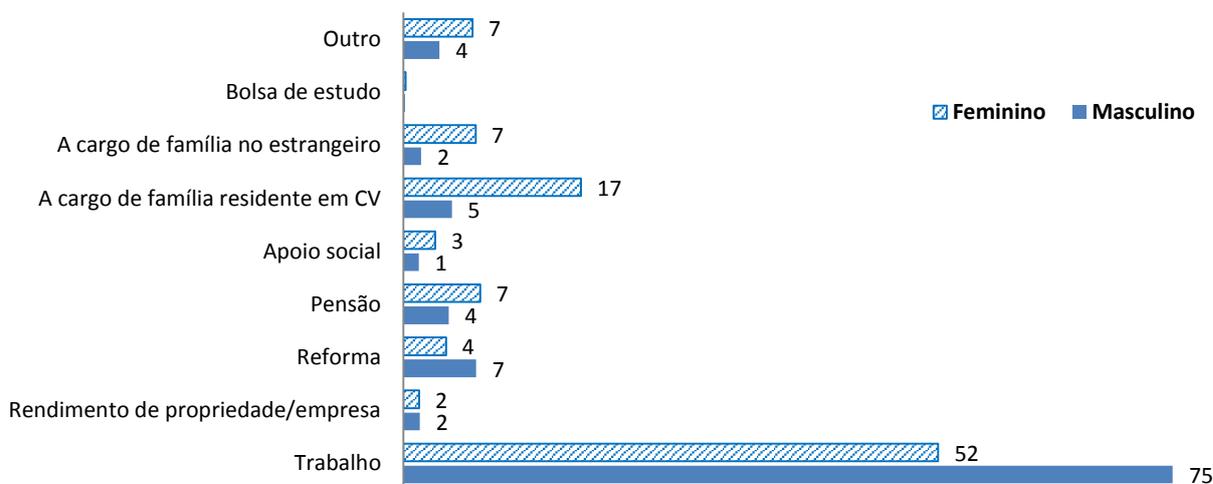
Gráfico 19 - Agregados familiares segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses dos representantes (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise por sexo é importante realçar o facto as diferenças de meio de vida entre as representantes mulheres e os representantes homens. Enquanto que 75% dos homens declararam o trabalho como principal meio de vida nos últimos 12 meses somente pouco mais de metade das mulheres o declararam (52,2%). As mulheres vivem muito dependentes do apoio de familiares, sendo 17% de famílias residentes em Cabo Verde e 7% de famílias residentes no estrangeiro.

Gráfico 20 - Representantes dos agregados familiares segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses segundo o sexo do representante (%). INE, Cabo Verde 2010



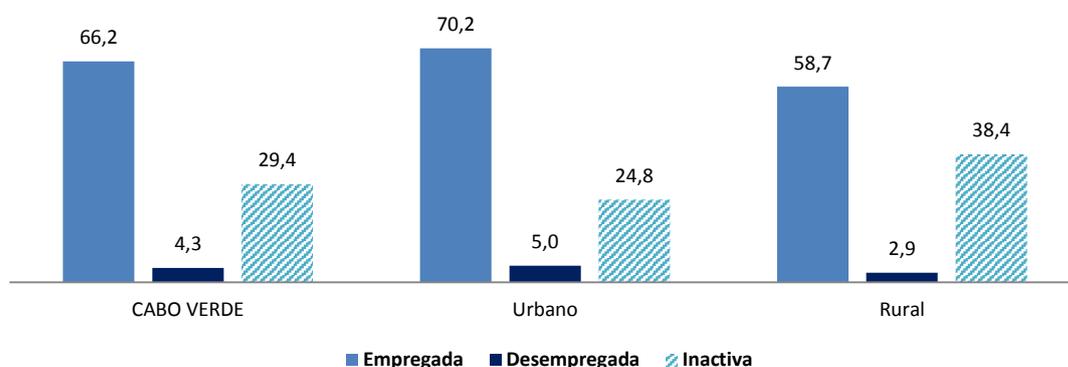
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Situação perante a actividade económica

De acordo com os resultados do RGPH 2010, na semana de 9 a 15 de Junho, 70,5% dos representantes foram considerados activos, em que 66,2% estavam empregados e 4,3% desempregados, e 29,4% foram considerados inactivos.

Por meio de residência observa-se que enquanto no meio urbano 70% dos representantes são activos e estavam empregados, no meio rural somente 58,7% estavam a trabalhar e 38,4% foram considerados como inactivos.

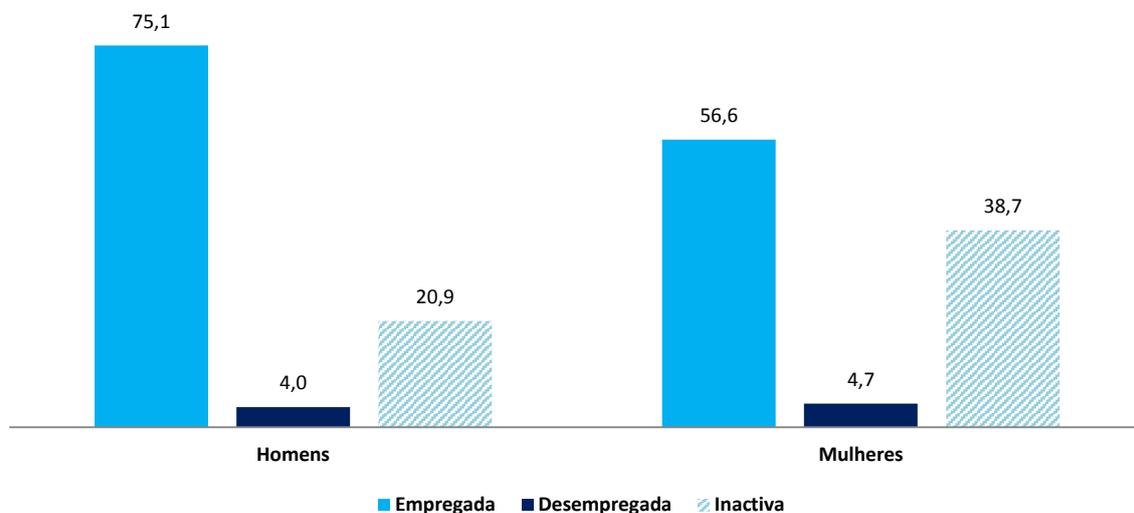
Gráfico 21 - Representantes dos agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica (%) por meio de residência. INE, RGPH 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Segundo o sexo do representante, diferenças significativas também são observadas. Enquanto três quartos (75,1%) dos homens estavam empregados, somente 56,6% das mulheres estavam. Cerca de 39% das mulheres representantes de agregados são inactivas.

Gráfico 22 - Representantes dos agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica (%) por sexo, Cabo Verde, 2010

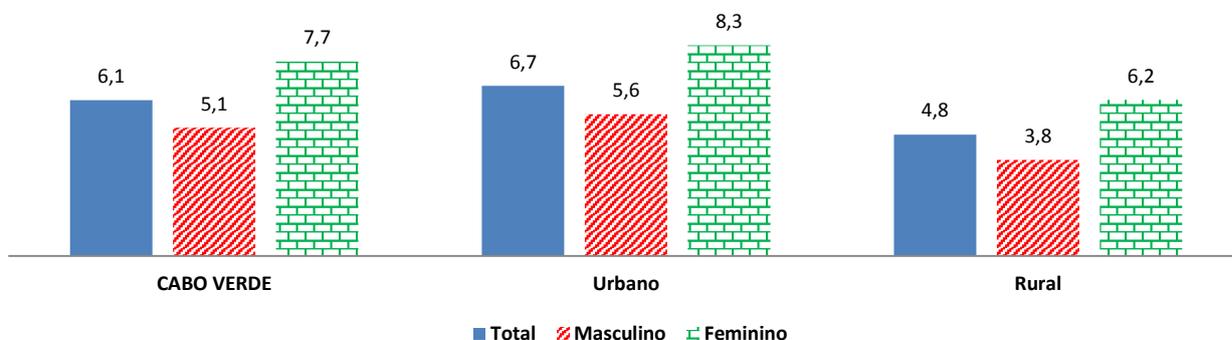


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Emprego / desemprego

A taxa de desemprego entre os representantes de agregado (6,1%) é menor do que a verificada a nível da população total (10,7%), sendo de 6,7% no meio urbano e de 4,8% no meio rural. Assim como a nível da população existem diferenças significativas quando a taxa de desemprego é analisada por sexo, com a taxa de desemprego entre as representantes mulheres maior do que a dos homens, 7,7% e 5,1%, respectivamente.

Gráfico 23 - Taxa de desemprego dos representantes dos agregados familiares por sexo, segundo meio residência. Cabo verde, 2010

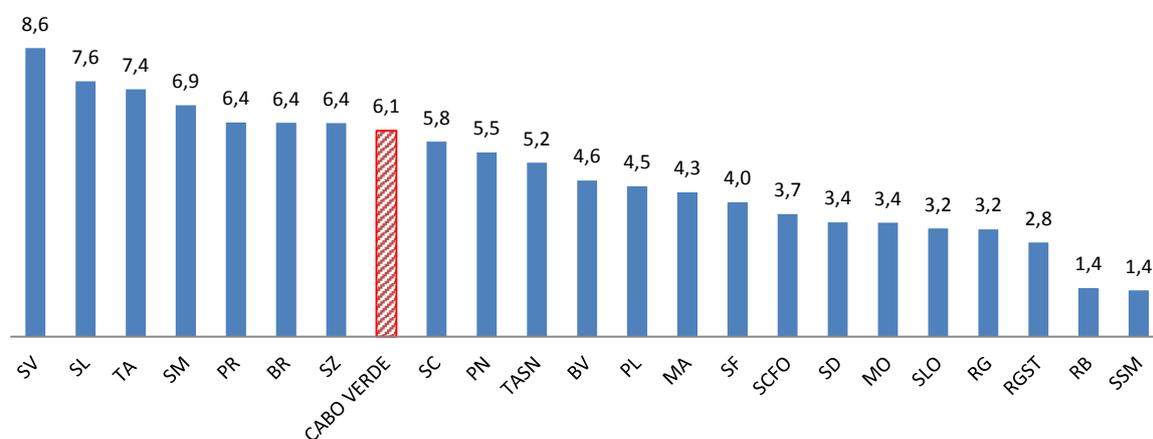


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A nível de Concelhos, a grande maioria dos concelhos apresentam taxas de desemprego entre os representantes de agregados menor da que a verificada a nível nacional, em particular os Concelhos de Ribeira Brava e São Salvador do Mundo com taxas de desemprego de 1,4% e o Concelho de Ribeira Grande de Santiago com uma taxa de 2,8% .

São Vicente apresenta a maior taxa de desemprego, 8,6%, seguindo os Concelhos do Sal e Tarrafal de Santiago com 7,6% e 7,4%, respectivamente.

Gráfico 24 - Taxa de desemprego dos representantes dos agregados familiares (%) por sexo, segundo os Concelhos. Cabo Verde 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Ocupação principal – profissão

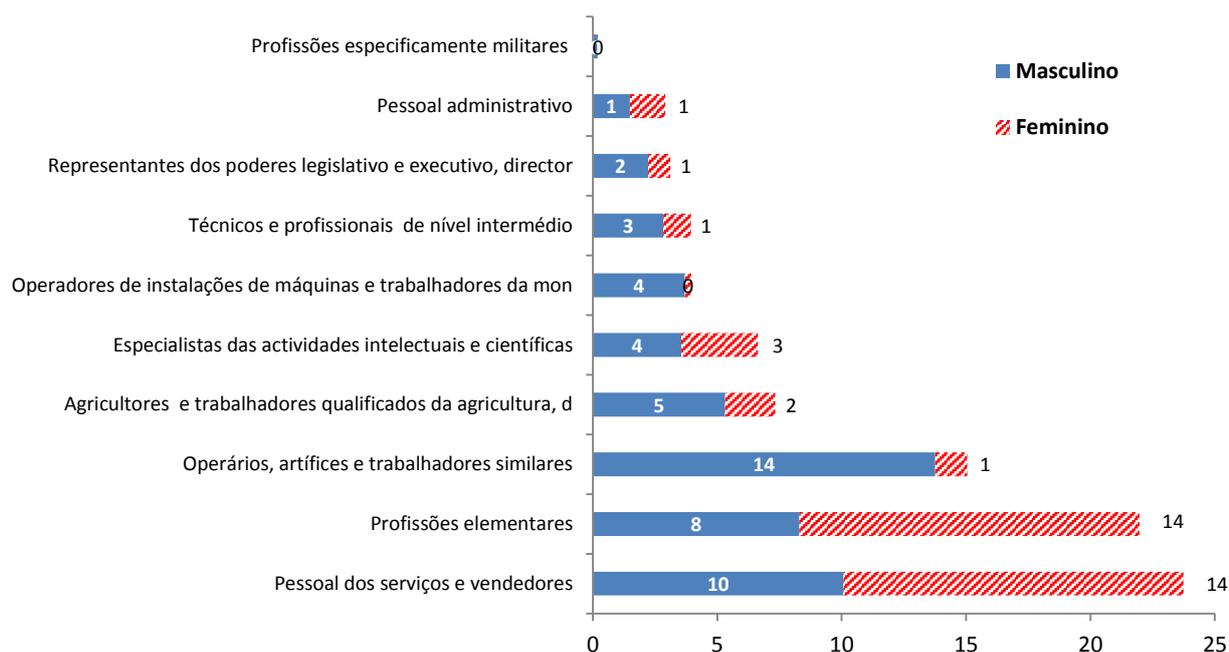
De acordo com o observado anteriormente 77.418 representantes encontravam-se a trabalhar na semana de referência do Censo 2010.

Do gráfico 25, abaixo, pode-se constatar que a grande maioria dos empregados trabalhavam como pessoal dos serviços e vendedores (24%) ou em profissões elementares sem nenhuma qualificação (22%) e a grande maioria dos que exercem estas profissões são as mulheres. Segue-se a profissão de operários, artífices e trabalhadores similares com 15%, exercida quase a 100% pelos homens.

O maior nível de instrução registado entre os homens reflecte nas profissões exercidas por estes, com maior expressão em profissões que exigem maior qualificação, como são os casos

dos especialistas das actividades intelectuais e científicas e representantes dos poderes legislativos e executivo, directores e similares, profissões exercidas na sua maioria pelos homens.

Gráfico 25 - Representantes dos agregados empregados (%) segundo a ocupação principal, a profissão, por sexo representante, Cabo Verde, 2010

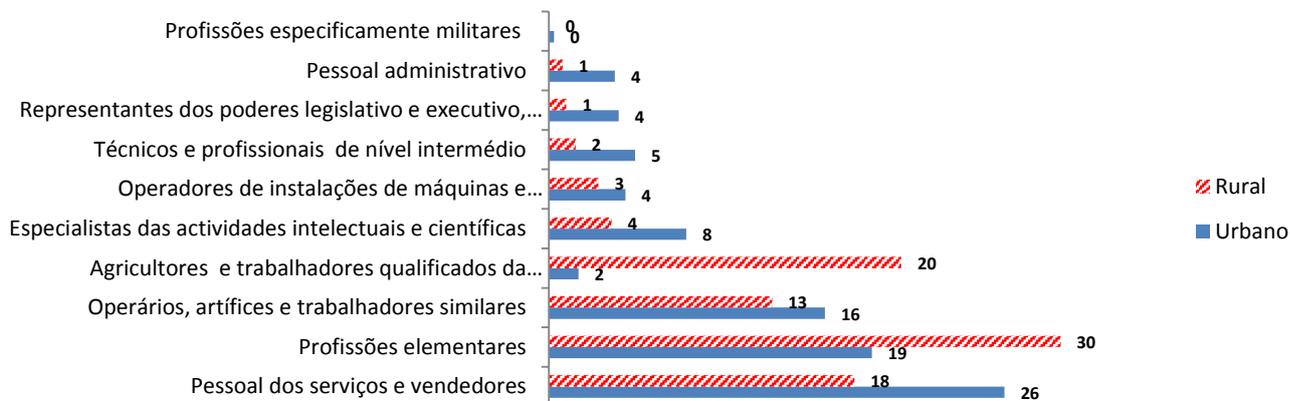


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise por meio de residência pode-se constatar que o meio rural apresenta uma estrutura de profissões exercidas muito diferente da estrutura do meio urbano, que é idêntica ao da estrutura a nível nacional.

No meio rural, cerca de 30% exerce profissões elementares e sem qualificação e 20% exercem profissões relacionadas com a agricultura.

Gráfico 26 - Representantes dos agregados empregados (%) segundo a ocupação principal, a profissão, por meio de residência, Cabo Verde, 2010

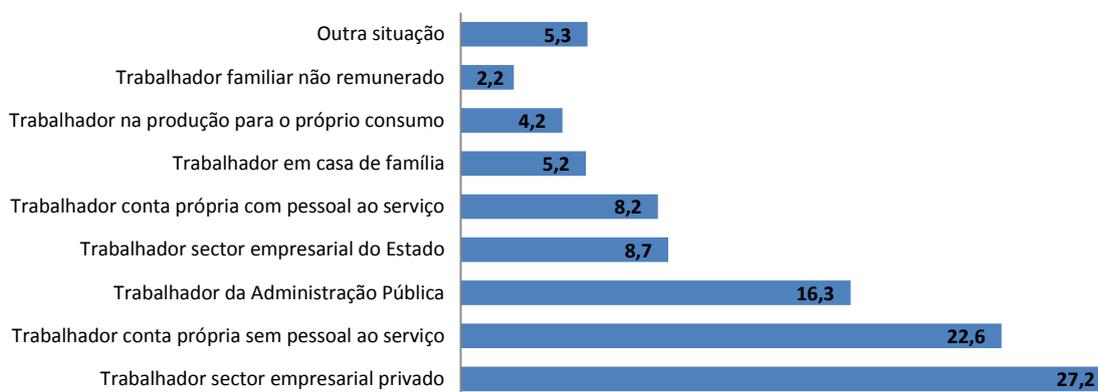


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Situação perante a profissão – para quem trabalha

O sector empresarial privado absorve a grande maioria dos representantes que se encontravam a trabalhar no momento censitário. Cerca de 27% dos representantes trabalhavam por conta de outrem no sector empresarial privado e 23% como trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço. Somente 16% trabalhavam para a administração pública.

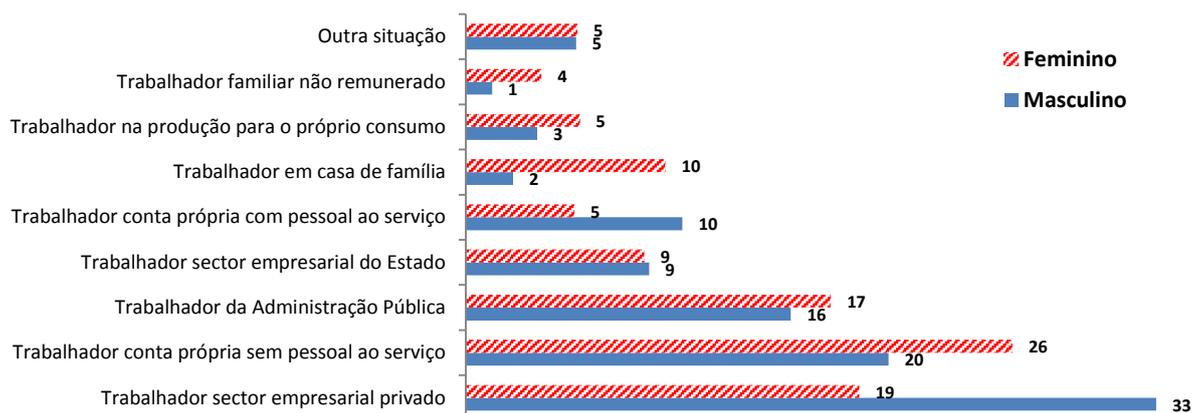
Gráfico 27 - Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo a situação perante a profissão, ou para quem trabalhavam, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Analisando a situação segundo o sexo do representante, constata-se que enquanto os homens trabalham mais por conta de outrem no sector empresarial privado (33%) as mulheres trabalham mais por conta própria sem pessoal em serviço (26%).

Gráfico 28 - Representantes dos agregados familiares (%), segundo a situação perante a profissão (para quem trabalham) por sexo do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Ramo de actividade

O comércio e a construção são os ramos de actividade que mais empregam, com cerca de 15% e 12% dos representantes a trabalharem nestes ramos de actividade, respectivamente. Seguem-se a administração pública e a agricultura, ambos com cerca de 10%.

Da análise por meio de residência constata-se que no meio urbano a estrutura e o peso dos ramos de actividade assemelha-se à estrutura nacional, com o comércio, construção e administração pública a liderar. No meio rural a estrutura é diferente e a agricultura assume-se como principal ramo de actividade dos representantes familiares, com 26,1%. Segue a construção com 12,6% e o comércio e administração pública com cerca de 10%, respectivamente.

Da análise por sexo, constata-se igualmente diferenças significativas. Entre as mulheres, cerca de 22% labora no ramo do comércio, 10% na administração pública e 9% trabalham em actividades relacionadas com as famílias empregadoras. Entre os homens o ramo da construção assume como o principal ramo de actividade (18%) seguido da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (12%) e administração pública (11%). Observa-se também que os ramos

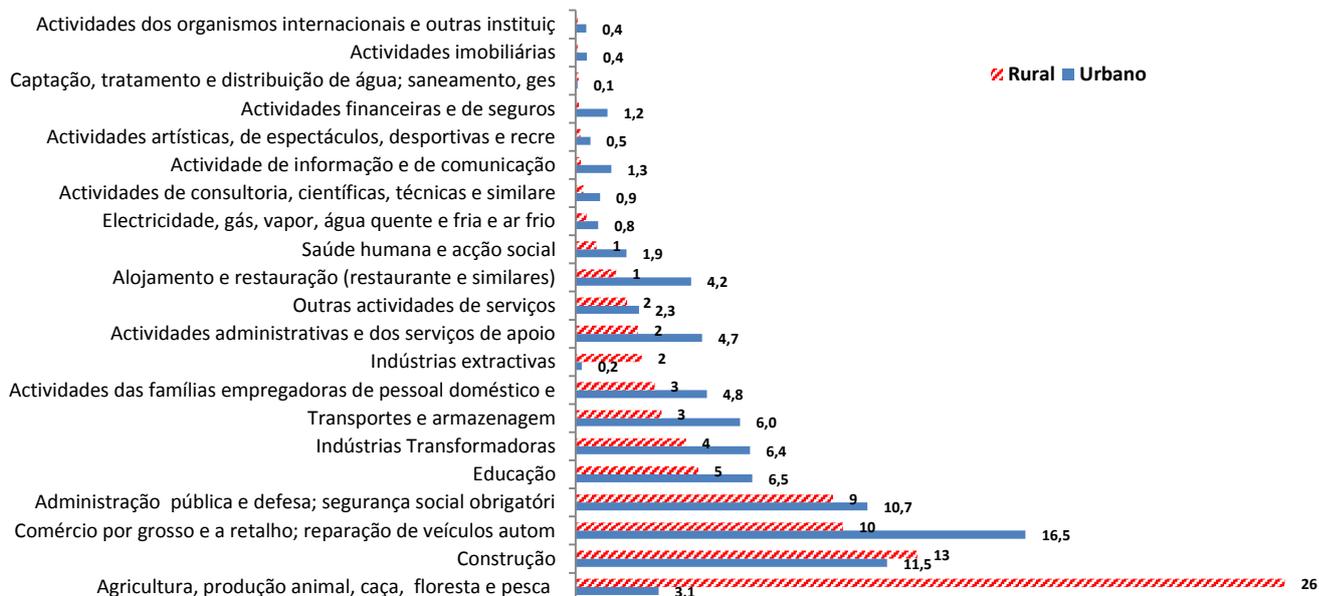
de transporte e armazenamento e industria transformadora têm um peso significativo entre o representantes homens com 8% e 7%, respectivamente.

Gráfico 29 – Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade, Cabo Verde, 2010



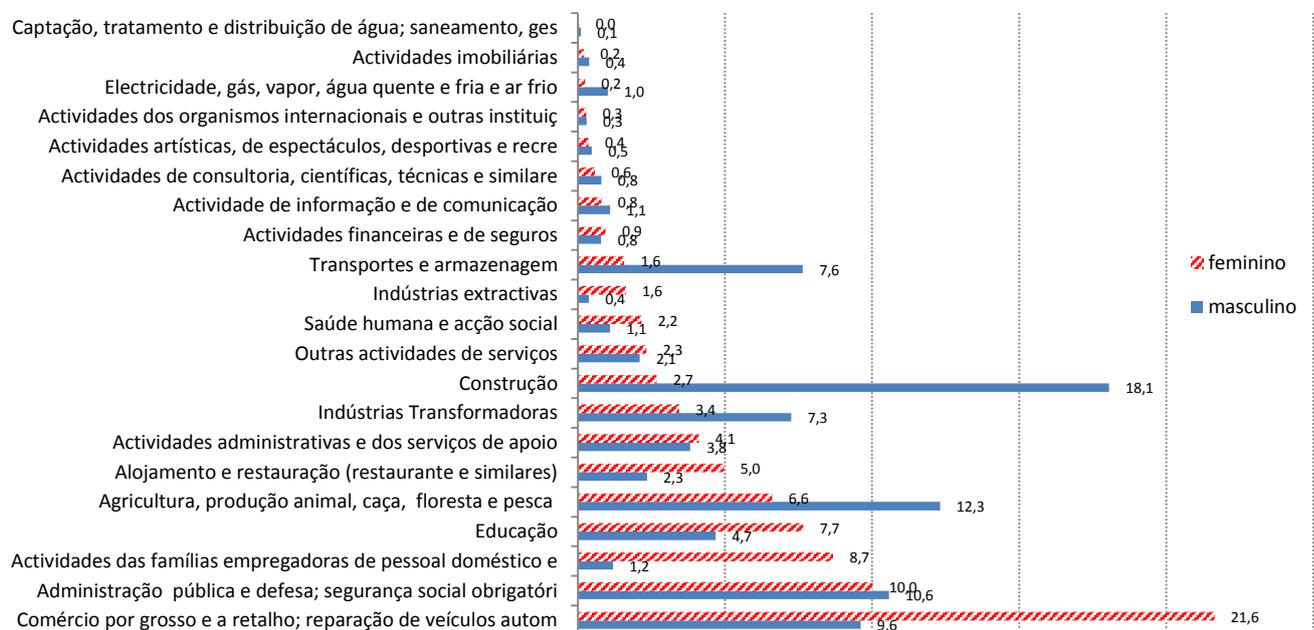
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 30 – Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade económica por meio de residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 31 - Representantes dos agregados familiares empregados (%) segundo o ramo de actividade por sexo do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 17 – Representantes dos agregados familiares (%), segundo o principal meio de vida nos últimos 12 meses, por meio de residência, concelhos e sexo do representante, Cabo Verde, 2010

	PRINCIPAL MEIO DE VIDA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										
	Total	Trabalho	Rendimento de propriedade/empresa	Reforma	Pensão	Apoio social	A cargo de família residente em CV	A cargo de família no estrangeiro	Bolsa de estudo	Outro	ND
CABO VERDE	116.873	64,2	1,6	5,7	5,9	2,2	10,7	4,3	0,2	5,0	0,3
MEIO DE RESIDÊNCIA											
Urbano	77.115	69,7	1,3	5,0	3,9	1,4	10,8	3,5	0,2	3,9	0,3
Rural	39.758	53,5	2,0	6,9	9,8	3,9	10,7	5,8	0,1	7,3	0,2
CONCELHOS											
Ribeira Grande	4.553	57,3	4,1	7,1	12,9	5,6	7,2	3,8	0,0	1,8	0,2
Paul	1.628	60,1	2,0	6,7	19,8	0,6	7,6	0,8	0,1	2,3	0,1
Porto Novo	3.904	59,2	1,3	5,3	11,9	3,2	10,5	2,7	0,1	5,6	0,3
S. Vicente	19.801	62,5	1,9	7,1	4,0	2,0	12,8	4,8	0,4	4,1	0,5
Ribeira Brava	2.043	54,8	1,8	10,2	9,2	2,4	8,5	8,9	0,0	3,4	0,7
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	55,7	1,1	8,1	5,5	3,8	11,5	10,3	0,0	3,1	1,0
Sal	6.765	81,2	1,0	3,9	1,0	0,2	8,3	0,8	0,0	3,3	0,2
Boa Vista	2.570	79,7	0,5	2,9	3,7	0,7	8,1	1,2	0,0	2,5	0,7
Maio	1.883	65,6	1,8	4,1	4,9	5,3	7,8	8,3	0,0	1,9	0,3
Tarrafal	4.262	54,3	1,3	9,5	6,0	1,5	10,5	8,0	0,0	8,6	0,2
Santa Catarina	8.585	56,3	2,7	9,5	4,9	1,6	9,7	6,4	0,3	8,3	0,2
Santa Cruz	5.650	54,4	1,3	4,3	7,0	2,1	14,7	3,9	0,1	12,1	0,0
Praia	32.967	73,0	1,1	4,0	3,1	0,8	10,9	2,3	0,3	4,4	0,2
S. Domingos	2.687	58,1	1,9	3,6	8,9	8,2	12,7	1,8	0,1	4,7	0,0
Calheta de S. Miguel	3.520	49,5	0,8	11,3	8,0	1,8	8,9	8,4	0,0	11,1	0,2
S. Salvador do Mundo	1.692	53,3	2,2	10,5	11,3	2,8	11,9	6,2	0,0	1,4	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	51,7	0,9	7,8	19,4	2,8	10,0	1,9	0,0	5,4	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	58,1	0,6	5,7	12,8	1,4	11,9	3,8	0,0	5,5	0,3
Mosteiros	2.193	62,5	1,0	0,8	3,9	11,9	7,8	8,5	0,0	3,6	0,1
S. Filipe	5.071	58,9	2,0	2,5	10,0	3,8	12,0	7,2	0,0	3,6	0,1
Santa Catarina do Fogo	1.111	61,3	0,4	1,4	5,0	15,7	7,3	6,7	0,0	2,3	0,1
Brava	1.584	53,2	0,7	2,9	16,2	0,4	9,6	9,4	0,0	7,5	0,1
SEXO DO REPRESENTANTE											
Masculino	61.041	75,1	1,6	7,1	4,4	1,5	4,7	1,7	0,1	3,5	0,3
Feminino	55.832	52,2	1,5	4,2	7,5	3,1	17,3	7,0	0,2	6,7	0,2

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 18 - Agregados familiares segundo a situação perante a actividade económica dos representantes, taxa de actividade, taxa de desemprego e taxa de inatividade, por meio de residência, concelho e sexo do representante. Cabo Verde, 2010

	TOTAL	SITUAÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA						Taxa actividade (%)	Taxa desemprego (%)	Taxa inatividade (%)
		Empregada		Desempregada		Inactiva				
		N	%	N	%	N	%			
CABO VERDE	116.873	77.418	66,2	5.060	4,3	34.395	29,4	70,6	6,1	29,4
MEIO DE RESIDÊNCIA										
Urbano	77.115	54.098	70,2	3.888	5,0	19.129	24,8	75,2	6,7	24,8
Rural	39.758	23.320	58,7	1.172	2,9	15.266	38,4	61,6	4,8	38,4
CONCELHOS										
Ribeira Grande	4.553	2.602	57,1	86	1,9	1.865	41,0	59,0	3,2	41,0
Paul	1.628	1.024	62,9	48	2,9	556	34,2	65,8	4,5	34,2
Porto Novo	3.904	2.394	61,3	139	3,6	1.371	35,1	64,9	5,5	35,1
S. Vicente	19.801	12.300	62,1	1.156	5,8	6.345	32,0	68,0	8,6	32,0
Ribeira Brava	2.043	1.160	56,8	17	0,8	866	42,4	57,6	1,4	42,4
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	732	57,4	40	3,1	503	39,5	60,5	5,2	39,5
Sal	6.765	5.405	79,9	445	6,6	915	13,5	86,5	7,6	13,5
Boa Vista	2.570	2.010	78,2	98	3,8	462	18,0	82,0	4,6	18,0
Maio	1.883	1.360	72,2	61	3,2	462	24,5	75,5	4,3	24,5
Tarrafal	4.262	2.704	63,4	215	5,0	1.343	31,5	68,5	7,4	31,5
Santa Catarina	8.585	5.031	58,6	310	3,6	3.244	37,8	62,2	5,8	37,8
Santa Cruz	5.650	3.534	62,5	240	4,2	1.876	33,2	66,8	6,4	33,2
Praia	32.967	24.289	73,7	1.656	5,0	7.022	21,3	78,7	6,4	21,3
S. Domingos	2.687	1.761	65,5	62	2,3	864	32,2	67,8	3,4	32,2
Calheta de S. Miguel	3.520	1.864	53,0	138	3,9	1.518	43,1	56,9	6,9	43,1
S. Salvador do Mundo	1.692	1.002	59,2	14	0,8	676	40,0	60,0	1,4	40,0
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	871	59,9	29	2,0	553	38,1	61,9	3,2	38,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	1.040	62,1	30	1,8	606	36,2	63,8	2,8	36,2
Mosteiros	2.193	1.451	66,2	51	2,3	691	31,5	68,5	3,4	31,5
S. Filipe	5.071	3.286	64,8	137	2,7	1.648	32,5	67,5	4,0	32,5
Santa Catarina do Fogo	1.111	686	61,7	26	2,3	399	35,9	64,1	3,7	35,9
Brava	1.584	912	57,6	62	3,9	610	38,5	61,5	6,4	38,5
SEXO DO REPRESENTANTE										
Masculino	61.041	45.834	75,1	2.442	4,0	12.765	20,9	79,1	5,1	20,9
Feminino	55.832	31.584	56,6	2.618	4,7	21.630	38,7	61,3	7,7	38,7

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 19 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ocupação principal - profissão, Cabo Verde, 2010

OCUPAÇÃO PRINCIPAL - PROFISSÃO	CABO VERDE	Meio de residência		Sexo do Representante	
		Urbano	Rural	Masculino	Feminino
Pessoal dos serviços e vendedores	23,7	26,3	17,7	17,0	33,5
Profissões elementares	22,0	18,7	29,6	14,0	33,5
Operários, artífices e trabalhadores similares	15,0	16,0	12,9	23,2	3,2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	7,3	1,7	20,4	9,0	5,0
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	6,6	7,9	3,6	6,0	7,6
Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	4,0	4,4	2,9	6,2	0,6
Técnicos e profissionais de nível intermédio	3,9	5,0	1,5	4,8	2,7
Representantes dos poderes legislativo e executivo, Director	3,1	4,0	1,0	3,8	2,2
Pessoal administrativo	2,9	3,8	0,8	2,5	3,5
Profissões especificamente militares	0,2	0,3	0,0	0,3	0,0
ND	11,2	11,8	9,6	13,2	8,3

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 20 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ocupação principal - profissão, Cabo Verde, 2010

SITUAÇÃO PERANTE A OCUPAÇÃO PRINCIPAL	CABO VERDE	Meio de residência		Sexo do Representante	
		Urbano	Rural	Masculino	Feminino
Trabalhador da Administração Pública	16,3	17,1	14,3	15,5	17,4
Trabalhador sector empresarial do Estado	8,7	9,0	7,8	8,8	8,5
Trabalhador sector empresarial privado	27,2	32,6	14,6	33,0	18,8
Militar / Forças Armadas	0,1	0,2	0,0	0,2	0,0
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	22,6	21,1	26,1	20,2	26,1
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	8,2	8,3	8,1	10,3	5,2
Trabalhador familiar não remunerado	2,2	0,9	5,3	1,3	3,6
Trabalhador em casa de família	5,2	5,2	5,2	2,3	9,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,2	1,3	11,2	3,4	5,5
Trabalhador em cooperativas / Ass. Comunitárias	0,9	0,3	2,3	0,9	0,9
Trabalhadores em Organizações internacionais	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Trabalhadores em ONG's	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3
Aprendiz ou estagiário	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Outra situação	3,6	3,2	4,7	3,6	3,7
Não sabe / Não respondeu	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
ND	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 21 - Representantes dos agregados familiares (%) segundo o meio de residência e sexo, por ramo de actividade, Cabo Verde, 2010

RAMO DE ACTIVIDADE	CABO VERDE	Meio de residência		Sexo do Representante	
		Urbano	Rural	Masculino	Feminino
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	10,0	3,1	26,1	9,6	21,6
Administração pública e defesa; segurança social obrigatório	0,9	0,2	2,4	10,6	10,0
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e Educação	5,7	6,4	4,1	1,2	8,7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,7	0,8	0,4	4,7	7,7
Alojamento e restauração (restaurante e similares)	0,1	0,1	0,1	12,3	6,6
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	11,8	11,5	12,6	2,3	5,0
Indústrias Transformadoras	14,5	16,5	9,8	3,8	4,1
Construção	5,2	6,0	3,2	7,3	3,4
Outras actividades de serviços	3,4	4,2	1,5	18,1	2,7
Saúde humana e acção social	1,0	1,3	0,2	2,1	2,3
Indústrias extrativas	0,9	1,2	0,1	1,1	2,2
Transportes e armazenagem	0,3	0,4	0,1	0,4	1,6
Actividades financeiras e de seguros	0,7	0,9	0,3	7,6	1,6
Actividade de informação e de comunicação	3,9	4,7	2,3	0,8	0,9
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	10,4	10,7	9,5	1,1	0,8
Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5,9	6,5	4,5	0,8	0,6
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições	1,5	1,9	0,8	0,5	0,4
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,4	0,5	0,2	0,3	0,3
Actividades imobiliárias	2,2	2,3	1,9	1,0	0,2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão	4,2	4,8	2,9	0,4	0,2
ND	0,3	0,4	0,1	0,1	0,0
	16,0	15,5	17,1	13,9	19,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO IV – DIMENSÃO, TIPOLOGIA E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

No período de tempo que medearam os dois últimos recenseamentos de população (RGPH 2000 e 2010), assistiu-se a um aumento do número de agregados familiares residentes em Cabo Verde, o que se relaciona com o acréscimo da população residente, para além da influência de outras variáveis sócio demográficas, onde se incluem, por exemplo, as alterações nos padrões de nupcialidade e da fecundidade⁵, o aumento da esperança de vida⁶, fenómenos que ajudam a compreender as alterações a nível das estruturas familiares, como sejam o crescimento considerável do número de famílias unipessoais ou das famílias monoparentais, núcleos familiares constituídos por “pai com filho(s)” ou “mãe com filho(s)”, que de certa forma influenciam quer a nível da dimensão, da composição e da tipologia.

Com efeito, este capítulo tem por objetivo analisar as mudanças verificadas a nível da dimensão, tipologia e composição dos agregados familiares caboverdianos.

EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Da análise do gráfico 32 pode-se constatar que o número médio de pessoas por agregado familiar tem vindo a diminuir progressivamente. Em 1970 era de 4,8; em 1980 aumenta para 5,2; em 1990 baixa para 4,9; em 2000 chega aos 4,6 e no último censo de 2010 a dimensão média fixa-se em 4,2 pessoas por agregado familiar.

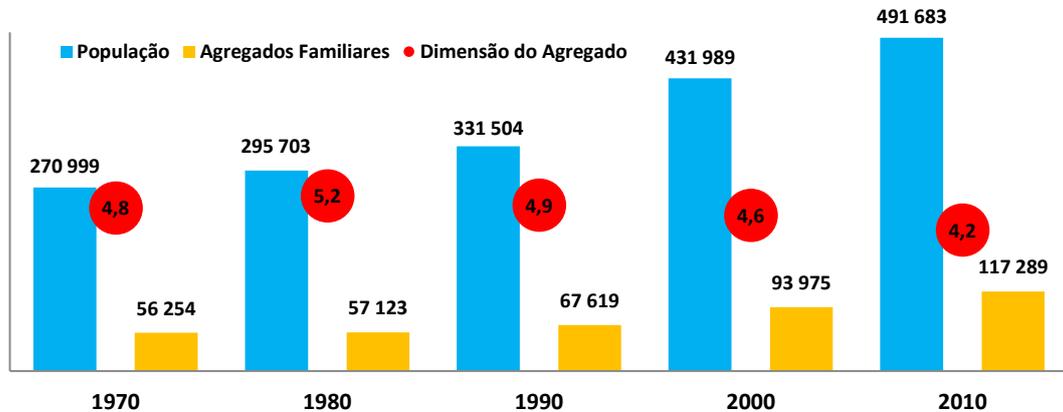
As causas poderão ser várias, mas pode-se avançar como hipótese a tendência para a diminuição da natalidade e da fertilidade e da própria evolução na sociedade que opta cada vez mais para famílias não alargadas.

Em termos de dimensão, observa-se igualmente diferenças quando se analisa por meio de residência e por Concelho. No meio urbano a dimensão média é de 3,9 pessoas e no meio rural é de 4,7, quase uma pessoa a mais.

⁵ Consultar análise temática Fecundidade do Censo 2010.

⁶ Consultar análise temática Mortalidade do Censo 2010.

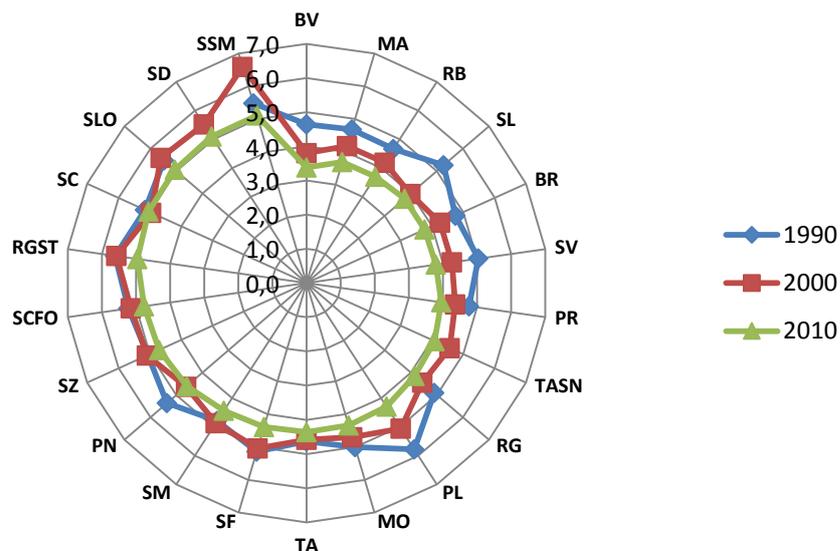
Gráfico 32 - Evolução da população, agregados familiares e dimensão média dos agregados familiares segundo os Censos 1970 a 2010. INE, RGPH 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A nível dos Concelhos, as discrepâncias são maiores. Boa Vista é o Concelho onde as famílias tem uma dimensão média menor: 3,4 pessoas. Seguem-se os Concelhos do Maio e Ribeira Brava com 3,7, e Sal, Brava e São Vicente com 3,8 pessoas por agregado. Os Concelhos com agregados numerosos são os maioritariamente rurais, Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina com dimensão média de 5 pessoas e São Lourenço dos Órgãos, São Domingos e São Salvador do Mundo com 5,1.

Gráfico 33 - Evolução da dimensão média dos agregados familiares por Concelho. INE, RGPH 1990, 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

TIPOLOGIA DOS AGREGADOS

A tipologia do agregado é uma variável derivada construída a partir das relações de parentesco entre os membros do agregado com o representante do mesmo.

A definição e a metodologia utilizadas são compatíveis e comparáveis com a construída em 2000, pese embora em 2010 ter-se reduzido o número de modalidades.

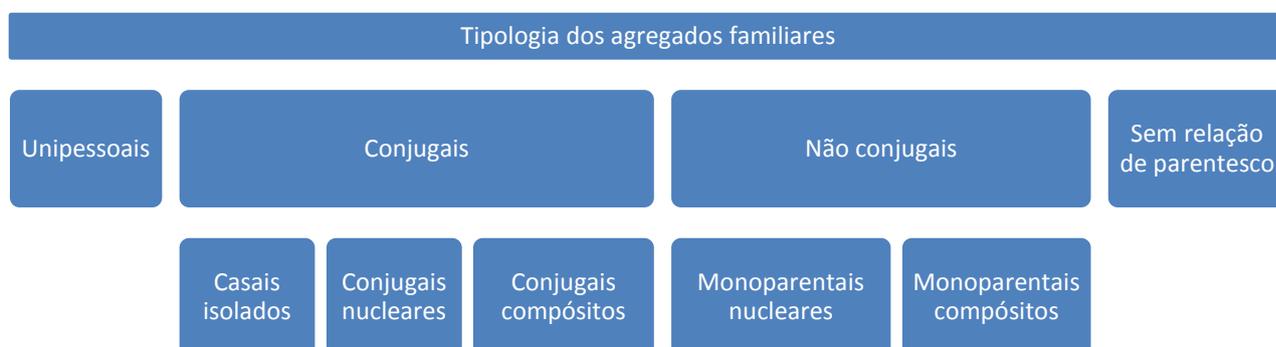
Assim, os agregados familiares foram subdivididos em quatro grandes tipologias: os unipessoais, os conjugais, cuja presença do cônjuge do representantes é obrigatória e os não conjugais, agregados cujos representantes não possuem cônjuge como membro residente no agregado e os agregados sem relação de parentesco.

Entre os agregados conjugais distingue os casais isolados (casais sem filhos presentes no agregado), os conjugais nucleares, constituídos pelo casal e filhos ou enteados, e os conjugais compósitos, agregados que para além do casal e dos filhos, fazem parte outros membros com ou sem relação de parentesco.

Entre os agregados não conjugais, distingue-se os monoparentais nucleares, agregados constituídos apenas pelo representante e os filhos, e os não conjugais ou monoparentais compósitos, agregados constituídos pelo representante e outros membros com ou sem relação de parentesco, com exceção do cônjuge.

Os agregados sem relação de parentesco são constituídos por indivíduos que não possuem qualquer relação de parentesco com o representante.

Ilustração 1- Tipologia dos Agregados Familiares⁷ - RGPH 2010

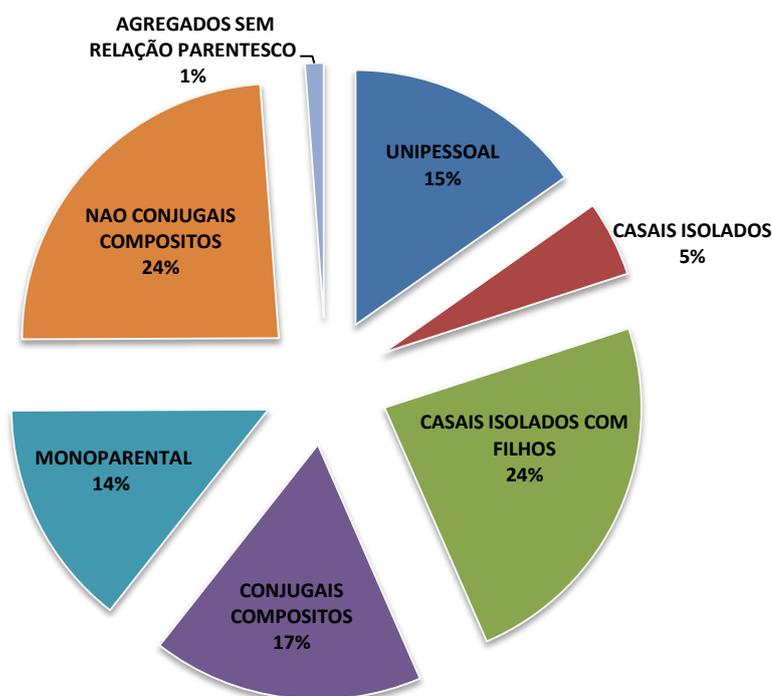


⁷ Ver definições de tipologia de agregado familiar.

De acordo com os resultados do Censo 2010, os agregados familiares são na sua grande maioria do tipo conjugais, em que cerca de 28,3% são do tipo conjugais nucleares (23,5% agregados constituídos pelo casal e filhos, 4,8% do tipo casais isolados) e 17,1% do tipo conjugais compósitos, ou seja, para além do casal e dos filhos, incluem-se indivíduos com ou sem outras relações de parentesco.

Dos 38,1% agregados não conjugais, 14,4% são do tipo monoparental nuclear, agregados constituídos por um dos progenitores (mãe ou pai) e os filhos e 23,9% são do tipo monoparental compósito.

Gráfico 34 - Agregados familiares segundo a tipologia do agregado (%), Cabo Verde, 2010

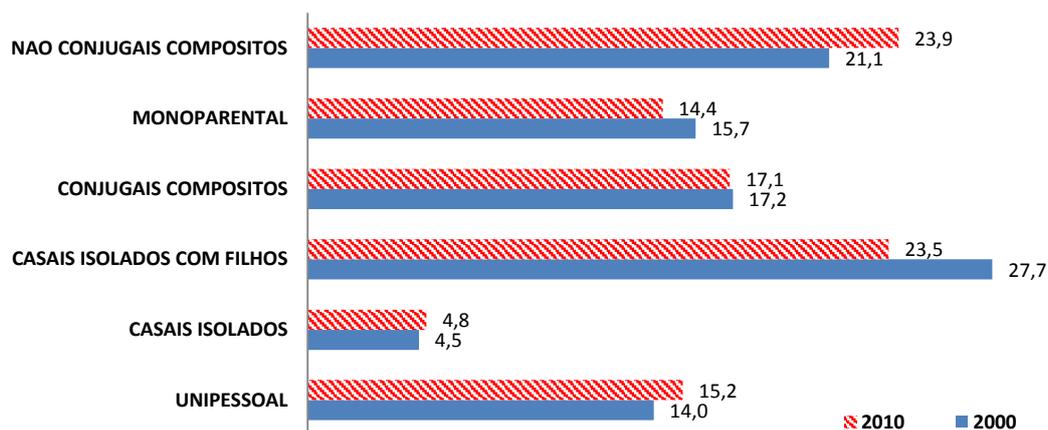


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Não se observam mudanças drásticas na estrutura da tipologia dos agregados nos últimos 10 anos. No entanto, pode-se constatar uma diminuição significativa dos agregados conjugais nucleares com filhos que diminui de 27,7% em 2000 para 23,5% em 2010 e uma ligeira diminuição nos agregados monoparentais (15,7% em 2000 para 14,4% em 2010). Em contrapartida vimos aumentar a proporção de agregados unipessoais, que passa de 14% em 2000 para 15% em 2010, e dos monoparentais compósitos, agregados onde não existe a

presença do cônjuge do representante, filhos deste e mais outras pessoas aparentadas ou não (21,1% em 2000 para 23,9% em 2010).

Gráfico 35 - Evolução da tipologia dos agregados familiares (%) . INE, RGPH 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

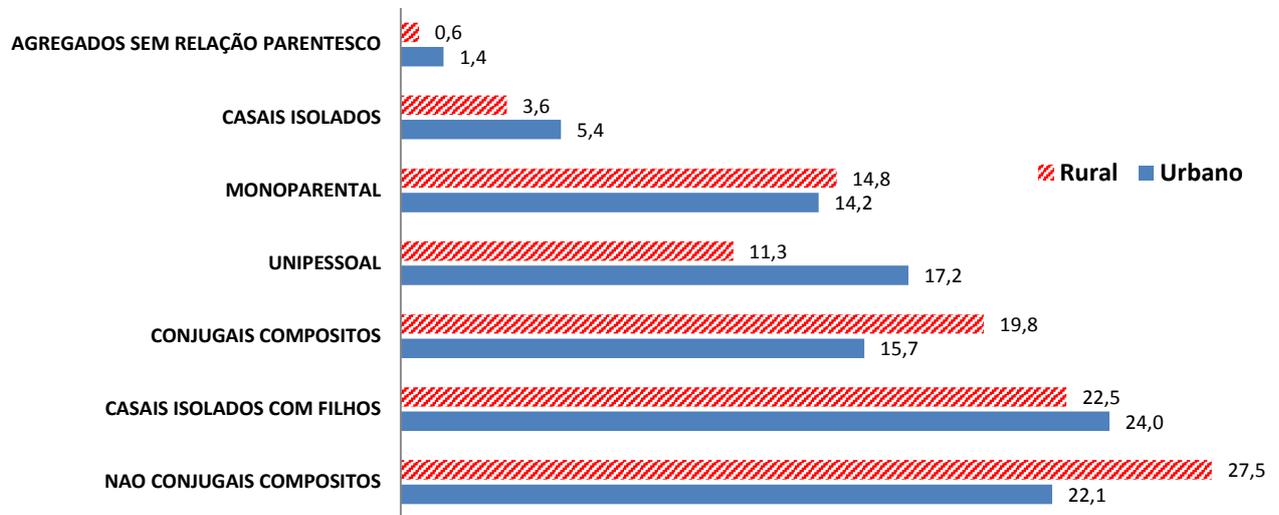
Por meio de residência, observa-se diferenças quanto à tipologia dos agregados. Enquanto no meio urbano a grande maioria dos agregados são do tipo conjugais nucleares, casais com filhos (24%), no meio rural a grande maioria dos agregados são do tipo não conjugais, em particular agregados monoparentais compósitos (27,5%).

Da análise do gráfico 36, observa-se que existem tipologias mais frequentes no meio urbano do que no meio rural, caso dos agregados unipessoais e dos casais isolados.

Os resultados permitem concluir que o sexo do representante influencia a tipologia do agregado. Observa-se que enquanto os agregados representados pelos homens são maioritariamente do tipo conjugais (63,9%) (sendo 33% casais com filhos, 24% conjugais compósitos e 7% casais isolados) ou unipessoais (20%), os representados por mulheres são do tipo não conjugais (63,8%), ou seja, 37,7% são do tipo monoparental compósito e 26,1% do tipo monoparental nuclear.

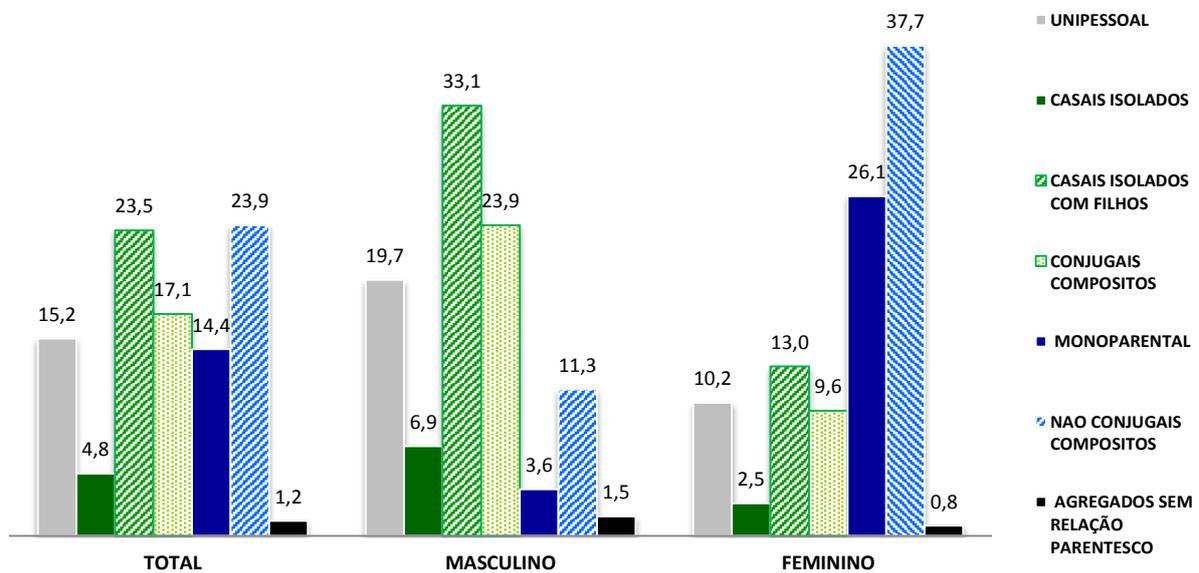
Os agregados unipessoais representam 15% do total dos agregados familiares, e são maioritariamente constituídos por homens (10,3%), contra 4,9% de mulheres.

Gráfico 36 - Agregados familiares segundo a tipologia por meio de residência (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

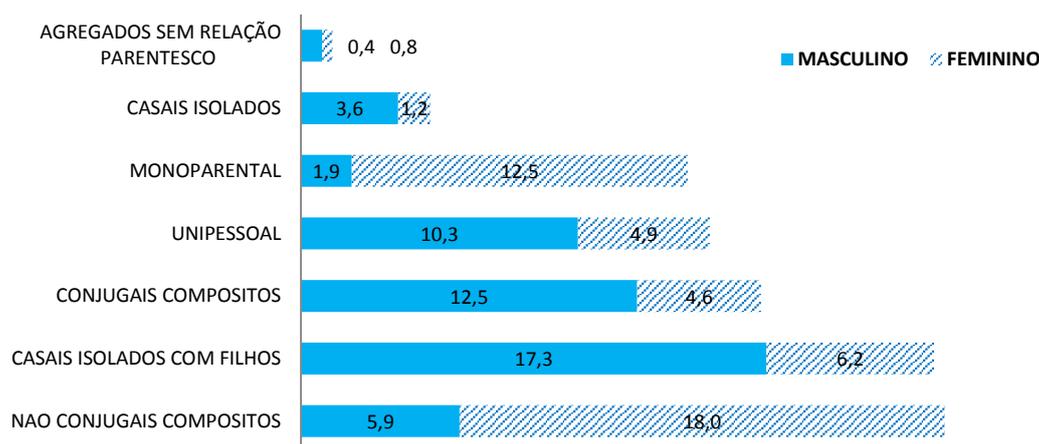
Gráfico 37 - Agregados familiares segundo a tipologia do agregado por sexo (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Observa-se no gráfico 38, que dos 23,4% de agregados conjugais nucleares com filhos 17,3% são representados por homens e 6,2% por mulheres; entre os conjugais compósitos, 12,5% são representados por homens e 4,9% por mulheres e dos casais isolados 3,6% são representados por homens e 1,2% por mulheres. As mulheres são representantes na sua grande maioria em agregados não conjugais, agregados cujo representante não possui cônjuge. Exemplo são os agregados monoparentais, onde de um total 14,3% a nível nacional, 12,5% (cerca de 87% do total dos agregados monoparentais) são representados por mulheres-mães, a viverem sozinhas com os filhos. Igualmente entre os não conjugais compósitos a grande maioria são representados por mulheres.

Gráfico 38 - Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

A composição familiar caracteriza os diferentes ciclos de vida pelos quais passa a família ao longo da sua existência. Cada ciclo apresenta vulnerabilidades específicas a serem objecto de medidas activas de protecção social, em particular, a presença de crianças e idosos (relações de dependência), comprometimento do rendimento familiar (situação de pobreza) e as relações de género.

Em média os agregados familiares possuem uma dimensão de 4,2 indivíduos, distribuídos em média por 1,7 crianças menores de 18 anos, onde 1,0 tem menos de 15 anos e frequenta um

estabelecimento escolar. Este facto demonstra o índice de dependência e responsabilidade dos adultos que assumem a responsabilidade da família e dessas crianças, principalmente no meio rural onde em média cada agregado possui 2,2 crianças menores de 18 anos, sendo que 1,3 tem menos de 15 anos e está a frequentar um estabelecimento de ensino.

Relativamente aos idosos, já foi constatado que cerca de 15% dos agregados são representados por um idoso, ou seja, por um indivíduo com 65 anos ou mais, no entanto, em termos médios existem 0,3 idosos de 65 anos ou mais em cada agregado familiar, com maior incidência no meio rural, onde em cada 2 agregados 1 possui um idoso.

No que diz respeito ao número de ativos ocupados, pessoas que trabalham e que contribuem financeiramente para a sustentabilidade da família, em média em cada família existe 1,5 pessoas com 15 anos ou mais, ativas e ocupadas, independentemente de ser ou não representante do agregado familiar.

Pese embora a dimensão média dos agregados familiares ser de 4,2 pessoas, constata-se que, mais de metade da população vive em agregados com mais de 5 pessoas, principalmente em agregados compósitos. Ou seja, cerca de 30% da população vive em agregados do tipo não conjugais compósitos cuja dimensão média é de 5,2 pessoas e 27,4% em agregados monoparentais compósitos, agregados com dimensão média de 6,7 pessoas.

Tabela 22 - Agregados familiares (%) segundo a tipologia, por meio de residência, Concelho, sexo do representante e população, Cabo Verde, 2010

	TOTAL	UNIPESSOAL	CASAIS ISOLADOS	CASAIS ISOLADOS COM FILHOS	CONJUGAIS COMPOSITOS	MONOPARENTAL	NÃO CONJUGAIS COMPOSITOS	AGREGADOS SEM RELAÇÃO DE PARENTESCO	ND
CABO VERDE	116.873	15,1	4,8	23,4	17,0	14,3	23,8	1,2	0,4
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	17,1	5,4	23,9	15,6	14,1	22,0	1,4	0,4
Rural	39.758	11,2	3,6	22,5	19,7	14,7	27,4	0,6	0,3
CONCELHOS									
Ribeira Grande	4.553	16,9	4,9	21,5	20,2	12,3	23,1	1,0	0,1
Paul	1.628	16,5	3,4	24,7	20,3	11,8	22,3	0,7	0,4
Porto Novo	3.904	16,5	3,8	20,8	23,5	10,6	23,5	0,9	0,3
S. Vicente	19.801	18,4	4,9	22,5	16,1	13,6	22,7	1,1	0,6
Ribeira Brava	2.043	22,6	5,1	18,8	17,1	11,4	22,9	1,3	0,9
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	19,7	6,4	20,8	18,4	11,4	22,3	0,9	0,1
Sal	6.765	19,2	7,7	26,7	14,9	9,3	18,9	3,1	0,2
Boa Vista	2.570	22,5	9,8	19,1	13,7	7,4	22,4	4,0	1,0
Maio	1.883	15,9	5,4	25,9	13,9	16,8	20,1	1,1	0,9
Tarrafal	4.262	10,9	4,2	19,7	15,1	19,7	28,9	0,9	0,5
Santa Catarina	8.585	10,2	3,5	17,1	19,2	15,1	33,6	1,3	0,0
Santa Cruz	5.650	11,0	3,3	25,1	17,4	17,3	25,3	0,3	0,2
Praia	32.967	16,3	5,2	25,6	15,5	15,2	20,8	1,1	0,2
S. Domingos	2.687	8,3	3,3	27,5	21,2	12,8	26,5	0,3	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	8,2	3,4	21,3	16,5	19,9	29,7	0,4	0,6
S. Salvador do Mundo	1.692	7,1	2,4	18,0	20,4	17,2	33,7	0,7	0,5
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	8,8	2,0	23,7	23,7	14,0	27,5	0,2	0,0
Ribeira Grande de Santiago	1.676	9,0	2,9	17,4	19,3	13,8	36,1	1,2	0,4
Mosteiros	2.193	12,2	4,3	28,0	17,4	13,9	22,5	0,5	1,2
S. Filipe	5.071	11,7	4,0	27,8	18,3	14,7	22,1	0,8	0,4
Santa Catarina do Fogo	1.111	9,8	4,4	27,8	19,1	14,0	24,1	0,4	0,4
Brava	1.584	15,4	5,1	23,7	15,6	14,6	24,7	0,8	0,2
SEXO DO REPRESENTANTE									
Masculino	61.041	19,7	6,9	33,1	23,9	3,6	11,3	1,5	19,7
Feminino	55.833	10,2	2,5	13,0	9,6	26,1	37,7	0,8	10,2
POPULAÇÃO RESIDENTE (N)	488.040	17.738	11.226	120.364	133.622	54.750	146.276	3.999	65
(Distribuição da população residente nos agregados em %)	100,0	3,6	2,3	24,7	27,4	11,2	30,0	0,8	0,0
DIMENSÃO MÉDIA (membros)	4,2	1,0	2,0	4,4	6,7	3,3	5,2	2,9	----

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 23 - Agregados familiares segundo a composição do agregado em termos de número médio de crianças, idosos e activos, por meio residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

	Número médio de crianças 0-5 anos	Número médio de crianças menores 15 anos	Número médio média de crianças menores 15 anos a frequentar escola	Número médio de crianças menores 18 anos	Número médio de idosos 60 anos ou mais	Número médio de idosos 65 anos ou mais	Número médio de activos (15 anos ou mais)	Número médio de activos ocupados (15 anos ou mais)
CABO VERDE	0,52	1,43	1,02	1,74	0,32	0,27	1,64	1,51
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	0,48	1,26	0,89	1,52	0,25	0,20	1,70	1,52
Rural	0,59	1,76	1,27	2,15	0,46	0,40	1,54	1,48
CONCELHOS								
Ribeira Grande	0,44	1,30	0,95	1,64	0,57	0,51	1,41	1,36
Paul	0,45	1,35	0,97	1,71	0,49	0,42	1,70	1,59
Porto Novo	0,55	1,55	1,12	1,90	0,46	0,42	1,64	1,52
S. Vicente	0,39	1,10	0,79	1,35	0,34	0,28	1,60	1,39
Ribeira Brava	0,40	1,16	0,84	1,42	0,55	0,46	1,36	1,35
Tarrafal de S. Nicolau	0,49	1,40	1,05	1,68	0,45	0,37	1,51	1,42
Sal	0,51	1,16	0,75	1,36	0,14	0,11	2,08	1,87
Boa Vista	0,38	0,86	0,55	1,00	0,23	0,19	1,96	1,87
Maio	0,43	1,22	0,92	1,48	0,35	0,29	1,60	1,55
Tarrafal	0,56	1,71	1,28	2,06	0,36	0,32	1,57	1,47
Santa Catarina	0,64	1,89	1,38	2,30	0,42	0,36	1,67	1,57
Santa Cruz	0,66	1,89	1,38	2,34	0,31	0,27	1,53	1,42
Praia	0,51	1,34	0,92	1,60	0,18	0,14	1,74	1,56
S. Domingos	0,67	1,96	1,44	2,38	0,40	0,33	1,70	1,61
Calheta de S. Miguel	0,53	1,78	1,37	2,18	0,39	0,33	1,17	1,09
S. Salvador do Mundo	0,62	2,00	1,47	2,47	0,52	0,47	1,52	1,55
S. Lourenço dos Órgãos	0,59	1,85	1,38	2,36	0,55	0,48	1,47	1,40
Ribeira Grande de Santiago	0,63	1,89	1,31	2,30	0,39	0,34	1,62	1,55
Mosteiros	0,62	1,65	1,12	1,95	0,38	0,31	1,49	1,46
S. Filipe	0,56	1,60	1,14	1,93	0,38	0,30	1,52	1,44
Santa Catarina do Fogo	0,72	1,92	1,35	2,28	0,40	0,34	1,54	1,49
Brava	0,48	1,32	0,93	1,54	0,36	0,30	1,33	1,23

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO V – CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS

O conhecimento das características dos alojamentos em que habitam as famílias cabo-verdianas, a disponibilidade e o acesso aos serviços básicos, tais como: água, electricidade, instalações sanitárias, aos meios de informação e comunicação, entre outros, contribuirá para a adopção de políticas e programas de reabilitação e infraestruturização dos alojamentos e políticas e programas ambientais e de saúde, entre outros. Com efeito este capítulo tem como objectivo descrever as características físicas dos alojamentos, desde os materiais utilizados na sua construção às condições de habitabilidade, ou seja, verificar a existência das condições de habitabilidade: número de divisões disponíveis, acesso à electricidade, à água e ao saneamento. Será observada igualmente a posse de bens de equipamento que contribuem para o bem estar das populações que compõe estas famílias.

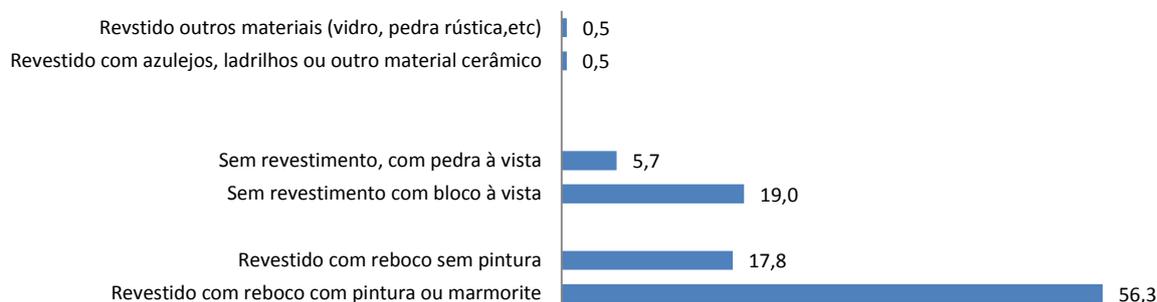
MATERIAIS UTILIZADOS NA SUA CONSTRUÇÃO

O material de eleição utilizado na construção em Cabo Verde é o cimento. É o mais utilizado quer nas paredes externas, quer na cobertura ou quer no pavimento.

A grande maioria dos edifícios são rebocadas, sendo que 56,3% as fachadas principais estão pintadas e 17,8% são rebocadas, mas sem pintura, e 5,7% o revestimento da fachada principal não possui revestimento e com pedras ou blocos a vista, contribuindo para o aspeto cinzento de vários bairros periféricos, principalmente os que crescem na cintura dos maiores centros urbanos.

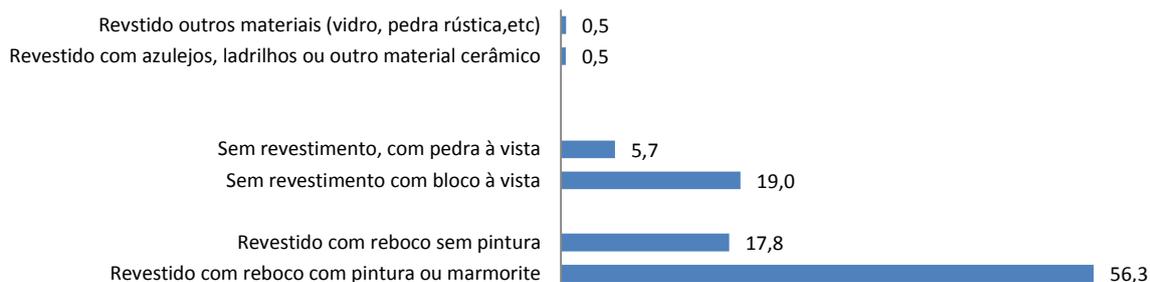
Quanto à cobertura a grande maioria dos edifícios possui coberturas em terraço feita de betão armado (65%). 30,7% possui coberturas inclinadas sendo a sua grande maioria revestidas com telhas de fibrocimento ou metálicas (14,7%) ou de betão (13,9%). O revestimento a palha ou bidão hoje em dia não tem expressão.

Gráfico 39 - Agregados familiares segundo o revestimento do edifício em que habitam (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 40 - Agregados familiares segundo o revestimento do edifício em que habitam (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 41 - Agregados familiares segundo o tipo de cobertura do edifício em que habitam e o material utilizado (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 24 - Agregados familiares segundo o tipo de revestimento da fachada principal do edifício que habitam (%), Cabo Verde, 2010

TIPO DE REVESTIMENTO DA FACHADA PRINCIPAL DO EDIFÍCIO

	TOTAL	Revestido com reboco sem pintura	Revestido com reboco com pintura ou mármore	Revestido com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico	Revestido outros materiais (vidro, pedra rústica, etc)	Sem revestimento, com pedra à vista	Sem revestimento com bloco à vista	ND
CABO VERDE	116.873	17,8	56,3	0,5	0,5	5,7	19,0	0,0
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	77.115	16,4	61,3	0,7	0,4	2,1	19,1	0,0
Rural	39.758	20,5	46,9	0,1	0,9	12,7	18,8	0,1
CONCELHOS								
Ribeira Grande	4.553	18,3	37,4	0,0	1,3	18,8	24,2	0,0
Paul	1.628	20,1	37,8	0,2	0,4	21,6	20,1	0,0
Porto Novo	3.904	14,3	37,2	0,1	0,5	13,1	34,7	0,0
S. Vicente	19.801	15,0	55,0	0,5	0,3	2,2	26,9	0,1
Ribeira Brava	2.043	21,3	55,4	0,0	0,3	6,6	15,9	0,4
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	27,3	40,1	0,0	0,6	7,9	23,6	0,3
Sal	6.765	13,2	77,6	0,1	1,0	3,2	4,9	0,0
Boa Vista	2.570	14,0	56,3	0,2	1,8	1,6	26,0	0,0
Maio	1.883	31,1	58,9	0,5	0,7	0,4	8,4	0,1
Tarrafal	4.262	21,7	55,1	0,3	0,1	5,7	17,1	0,0
Santa Catarina	8.585	19,3	59,0	1,9	0,5	5,3	14,0	0,1
Santa Cruz	5.650	22,4	51,0	0,4	0,9	7,9	17,5	0,0
Praia	32.967	16,1	61,6	0,7	0,4	1,5	19,7	0,0
S. Domingos	2.687	24,0	56,0	0,1	1,2	6,2	12,4	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	16,8	49,1	0,3	0,9	12,3	20,5	0,0
S. Salvador do Mundo	1.692	18,0	57,8	0,1	0,0	10,3	13,8	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	21,4	55,4	0,0	0,0	11,4	11,8	0,0
Ribeira Grande de Santiago	1.676	12,5	60,7	0,4	0,2	11,5	14,6	0,1
Mosteiros	2.193	22,8	43,5	0,9	2,6	12,8	17,5	0,0
S. Filipe	5.071	23,8	53,7	0,0	0,1	11,2	11,1	0,1
Santa Catarina do Fogo	1.111	14,9	48,5	0,0	0,2	17,3	19,1	0,1
Brava	1.584	21,9	59,0	0,1	0,8	12,4	5,7	0,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 25 - Agregados familiares segundo o tipo de cobertura e material utilizado dos edifícios onde habitam (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	TIPO DE COBERTURA E MATERIAL UTILIZADO							ND
		Inclinada, revestida a telhas (fibrocimento, metálicas, etc.)	Inclinada, revestida em betão	Inclinada, revestida a palha	Inclinada, revestida com bidão	Inclinada, revestida com outro material (madeira)	Em terraço (betão armado)	Misto (inclinada e em terraço)	
CABO VERDE	116.873	14,7	13,9	0,8	0,8	0,4	65,1	4,2	0,1
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	11,0	13,6	0,3	0,9	0,6	69,4	4,3	0,1
Rural	39.758	21,7	14,6	1,9	0,7	0,2	56,9	3,9	0,1
CONCELHOS									
Ribeira Grande	4.553	9,9	3,0	6,3	0,0	0,0	73,4	7,3	0,0
Paul	1.628	7,9	0,0	16,1	0,1	0,0	73,4	2,5	0,0
Porto Novo	3.904	4,8	0,2	4,1	0,7	0,1	86,2	3,8	0,1
S. Vicente	19.801	8,3	1,3	0,0	0,6	0,3	83,8	5,7	0,1
Ribeira Brava	2.043	31,1	2,6	1,7	0,2	0,1	46,5	17,4	0,4
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	18,5	5,0	1,1	0,0	0,1	69,7	5,3	0,3
Sal	6.765	17,2	2,5	0,1	1,1	0,5	66,9	11,7	0,1
Boa Vista	2.570	20,9	4,0	4,7	3,0	11,0	50,5	6,0	0,0
Maio	1.883	19,2	5,6	0,0	0,0	0,2	74,6	0,4	0,1
Tarrafal	4.262	27,4	19,6	0,1	0,3	0,1	47,8	4,6	0,1
Santa Catarina	8.585	18,3	21,4	0,3	0,6	0,1	54,3	4,9	0,1
Santa Cruz	5.650	21,1	6,4	0,5	0,1	0,4	69,8	1,7	0,0
Praia	32.967	9,3	24,7	0,0	1,1	0,2	62,5	2,1	0,0
S. Domingos	2.687	10,1	87,8	0,1	0,8	0,0	0,6	0,6	0,0
Calheta de S. Miguel	3.520	32,8	11,3	0,1	0,0	0,0	53,0	2,7	0,0
S. Salvador do Mundo	1.692	19,6	8,9	0,1	0,1	0,5	69,9	1,1	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	27,0	0,2	0,1	0,1	0,1	70,8	1,6	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	21,0	10,5	0,4	4,0	0,1	62,4	1,6	0,1
Mosteiros	2.193	16,2	15,7	0,3	1,0	0,1	66,5	0,2	0,0
S. Filipe	5.071	21,2	8,9	0,2	1,5	0,1	63,5	4,5	0,1
Santa Catarina do Fogo	1.111	11,2	14,5	0,2	0,2	0,3	73,1	0,5	0,1
Brava	1.584	44,4	2,8	0,0	0,4	0,1	50,0	2,3	0,1

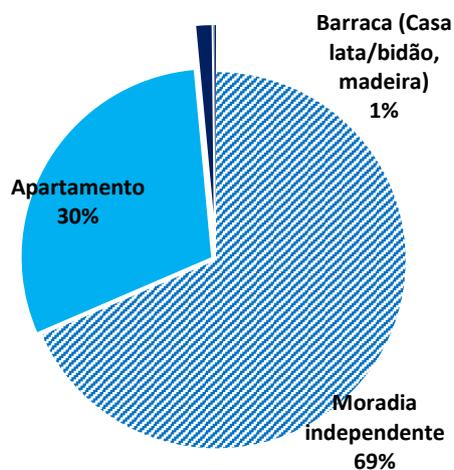
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

TIPOLOGIA DOS ALOJAMENTOS

A grande maioria dos agregados familiares habitam em alojamentos do tipo clássico, moradias independentes (69%) ou apartamentos (30%), na sua grande maioria habitações concluídas (65,9%), não apresentando indícios de construção nem em altura nem na horizontal, e cerca de 33% habitam edifícios ainda inacabados.

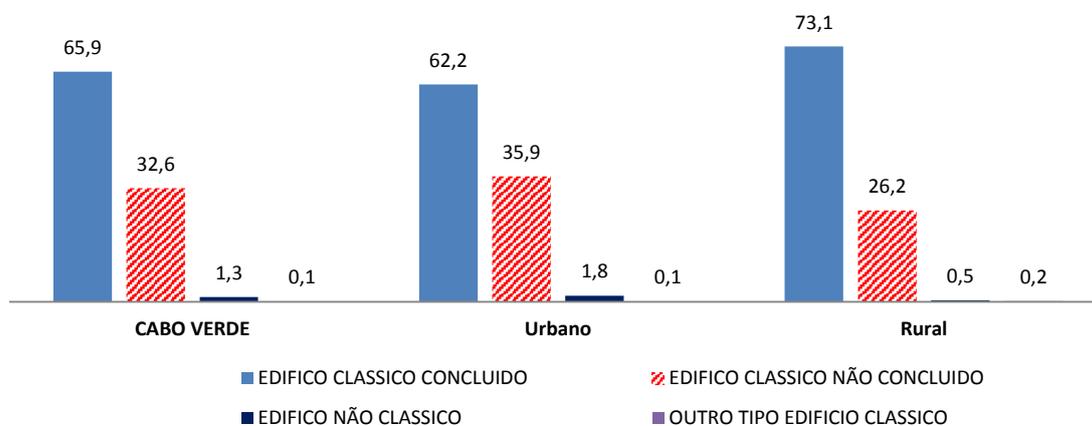
Cerca de 1.600 agregados familiares (5.528 pessoas) habitam em alojamentos não clássicos, sendo que 1.521 famílias (5.009 pessoas) habitam as ditas “barracas”, casas construídas com lata/latão/tambor e resto de material de obras de construção e que representam 1,3% do total dos edifícios/alojamentos. As barracas são mais visíveis e têm maior expressão no meio urbano (1,8%), em particular em S. Vicente onde 915 das famílias habitam casas precárias. Seguem-se os Concelhos do Sal e da Praia com cerca de 300 e 200 famílias, respectivamente, a viverem em condições de habitabilidade precária.

Gráfico 42 - Agregados familiares segundo tipologia do alojamento em que habitam (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 43 - Agregados familiares segundo a tipologia e estado de conclusão do edifício em que habitam (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 26 - Agregados familiares segundo a tipologia dos alojamentos que habitam (%), por meio de residência, Concelhos, sexo do representante e os efectivos da população, Cabo Verde, 2010

	TIPOLOGIA DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES								CABO VERDE
	Moradia independente	Apartamento	Barraca (Casa lata/bidão, madeira)	Contentor	Improvisto em edifício (garagem, outro local habitado)	Agregado familiar num alojamento	ND		
CABO VERDE	68,5	30,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	55,1	43,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
Rural	94,4	4,9	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	100,0
CONCELHOS									
Ribeira Grande	86,3	13,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
Paul	84,0	13,7	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Porto Novo	84,3	15,5	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Vicente	62,3	33,0	4,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Ribeira Brava	86,9	12,9	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	86,3	13,6	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Sal	33,3	62,1	4,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Boa Vista	53,7	42,4	0,9	0,2	0,0	0,0	2,7	0,0	100,0
Maio	78,9	20,9	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	100,0
Tarrafal	88,2	11,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Santa Catarina	78,4	21,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
Santa Cruz	91,7	7,9	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	100,0
Praia	48,3	51,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Domingos	94,8	5,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Calheta de S. Miguel	94,9	3,5	1,4	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	100,0
S. Salvador do Mundo	98,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	94,7	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	97,6	1,7	0,2	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	100,0
Mosteiros	93,1	6,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
S. Filipe	87,3	12,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Santa Catarina do Fogo	93,3	6,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	100,0
Brava	90,8	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
SEXO DO REPRESENTANTE									
Masculino	65,9	32,3	1,6	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
Feminino	71,3	27,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0
TOTAL POPULAÇÃO	73,8	25,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100,0

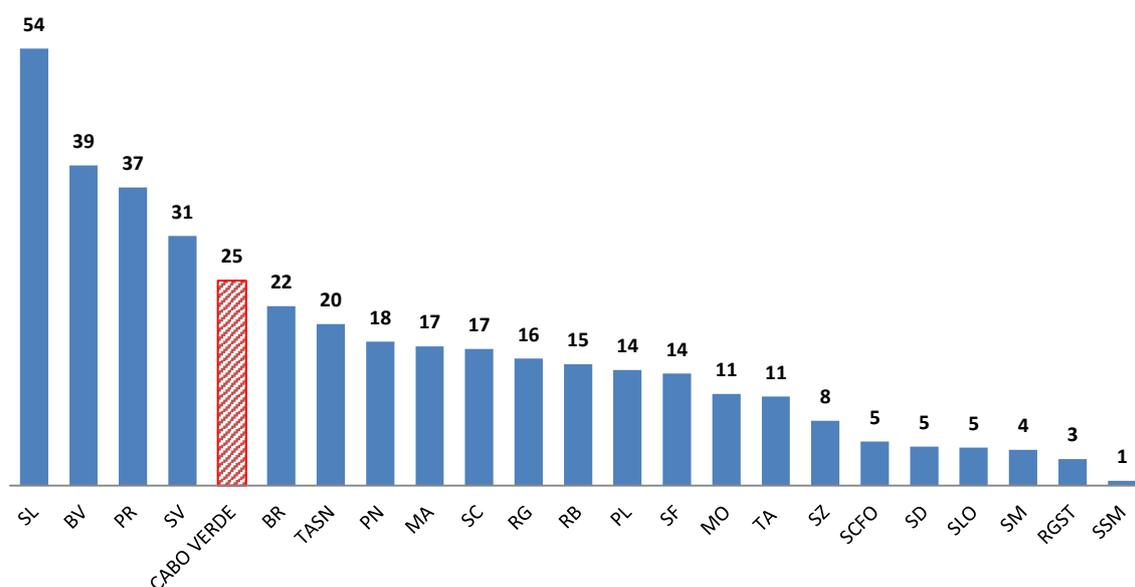
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

A grande maioria (65%) das famílias cabo-verdianas habitam em casas próprias, principalmente no meio rural (82,4%). Cerca de um quarto 25% habita alojamentos em regime de arrendamento e 8,8% alojamentos cedidos, sendo 2,7% cedido pelo empregador e 6,1% cedido de outra forma.

O regime de arrendamento é mais expressivo no meio urbano (35%), em particular nos Concelhos do Sal (53,6%), da Boa Vista (39,3%), da Praia (36,6%) e de São Vicente (30,6%). Nos Concelhos do Sal e da Boa Vista estes valores podem ser justificados pelo crescimento populacional expressivo nas últimas décadas, consequência da forte imigração à procura de emprego principalmente no sector turístico que influencia a procura de habitação, enquanto que Praia e São Vicente por serem os dois maiores centros urbanos do País.

Gráfico 44 - Agregados familiares que habitam alojamentos em regime de arrendamentos por Concelho (%). Cabo Verde 2010



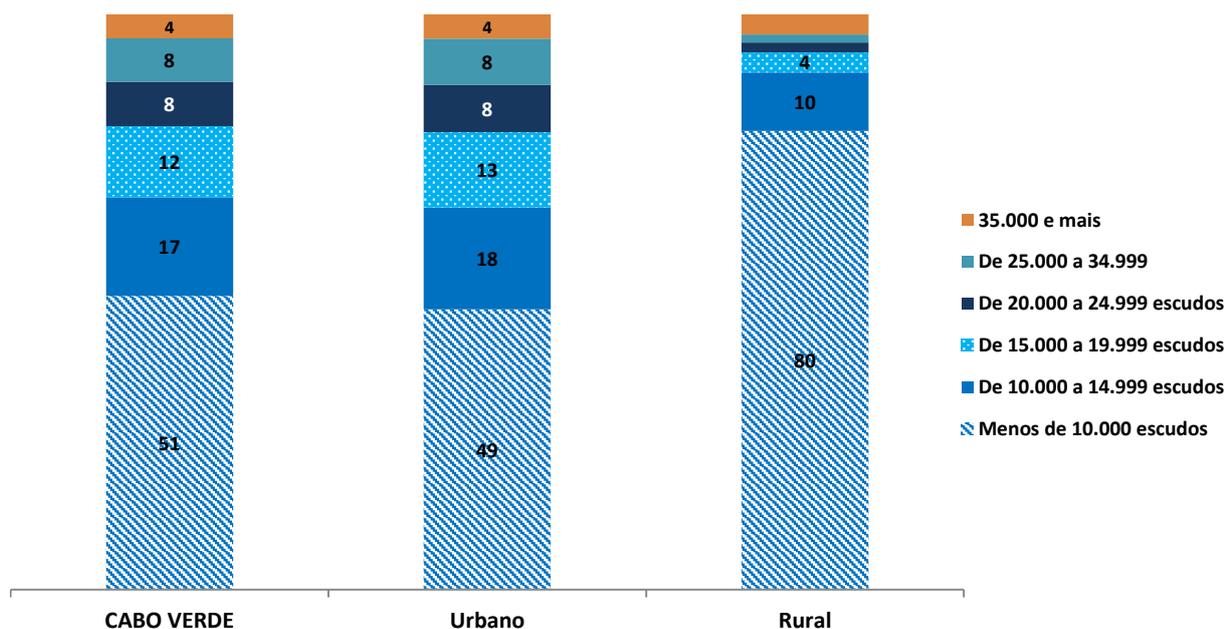
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

RENDA DO ALOJAMENTOS

Como se referiu anteriormente cerca de um quarto das famílias cabo-verdianas vivem em alojamentos sob o regime de arrendamento. O Censo 2010 pela primeira vez recolhe informações sobre o montante pago pelo arrendamento.

Na sua grande maioria as famílias pagam menos de 10.000\$00 (dez mil escudos ECV) de renda de casa, com maior expressão no meio rural (80%). No meio urbano pouco menos de metade (49%) paga menos de 10.000\$00, 18% paga entre 10.000 a 14.999\$00; 13% paga entre 15.000 a 19.999\$00, e 19% paga rendas mensais igual ou superiores a 20.000\$00, o que nos leva a concluir que o arrendamento para além de ser mais frequente no meio urbano é mais caro.

Gráfico 45 - Agregados familiares que ocupam o alojamento em regime de arrendamento (%) segundo o escalão da renda paga mensalmente, por meio de residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

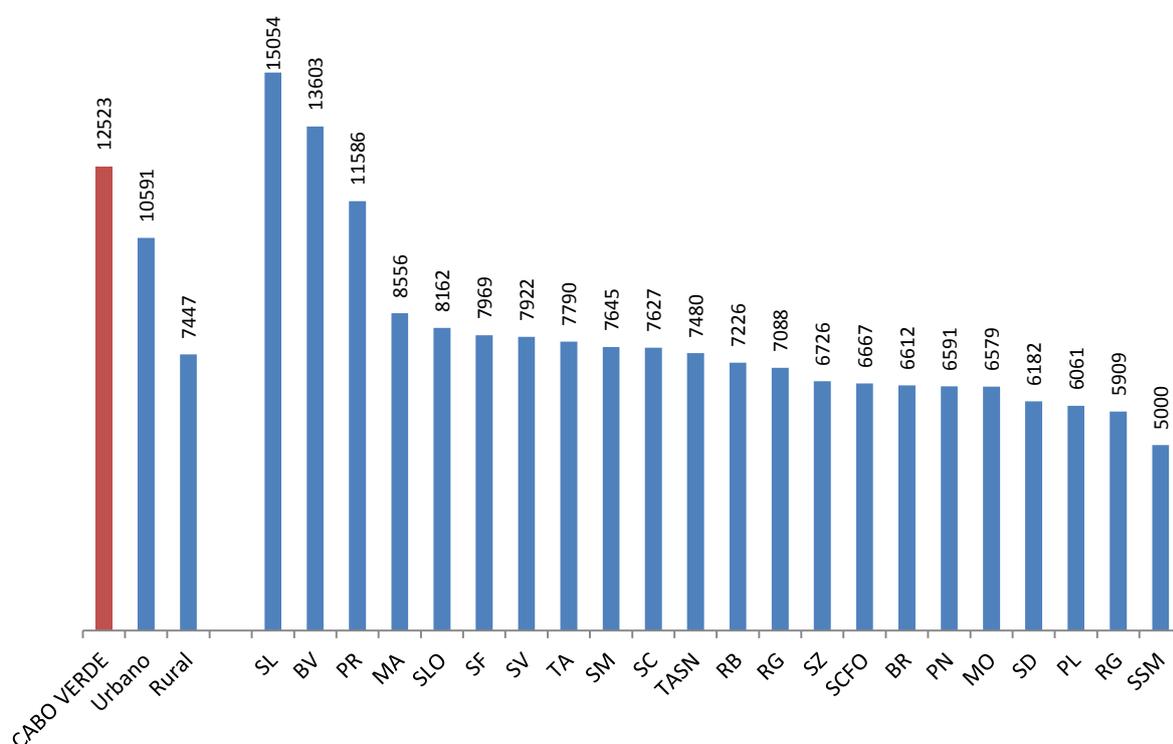
Em termos médios os agregados que habitam alojamentos em regime de arrendamento pagam 12.523\$00, sendo que no meio urbano a renda média é de 10.591\$00 e no meio rural de 7.447\$00.

Os Concelhos com maior percentagem de agregados a viverem em regime de arrendamento são aqueles cujos valores das rendas são as maiores. São os casos do Sal e Boa Vista com

rendas muito superiores á media nacional, 15.054\$00 e 13.603\$00, respectivamente. Segue-se o Concelho da Praia com um valor médio de renda de 11.586\$00. S. Vicente, pese embora seja o segundo maior centro urbano, e com cerca de 30% dos agregados na condição de arrendatários, apresenta renda média muito inferior à media nacional, cerca de 9.000\$00.

É no Concelho de São Salvador do Mundo que em média se paga menos pelo arrendamento de um alojamento.

Gráfico 46 – Renda média (em escudos CVE) segundo meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 27- Agregados familiares segundo o regime de ocupação dos alojamentos (%) , por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

	TOTAL	REGIME DE OCUPAÇÃO					ND
		Proprietário/ Co-proprietário	Arrendatário ou subarrendatário	Cedido pelo empregador	Cedido de outra forma	Outra condição	
CABO VERDE	116.873	65,1	25,2	2,7	6,1	0,8	0,2
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	77.115	56,1	35,3	2,4	5,4	0,7	0,2
Rural	39.758	82,4	5,6	3,3	7,5	1,0	0,2
CONCELHOS							
Ribeira Grande	4.553	75,6	15,6	1,8	5,5	1,3	0,1
Paul	1.628	73,8	14,2	5,0	6,4	0,6	0,1
Porto Novo	3.904	71,2	17,7	1,3	9,4	0,2	0,2
S. Vicente	19.801	60,5	30,6	1,5	6,7	0,6	0,2
Ribeira Brava	2.043	70,7	14,9	0,6	12,5	0,9	0,3
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	70,2	19,8	0,9	8,6	0,4	0,1
Sal	6.765	36,0	53,6	3,8	5,4	1,0	0,2
Boa Vista	2.570	51,9	39,3	4,6	3,0	0,9	0,2
Maio	1.883	74,5	17,1	3,7	4,1	0,5	0,1
Tarrafal	4.262	76,9	11,0	4,5	6,5	1,1	0,1
Santa Catarina	8.585	73,5	16,8	1,8	6,0	1,6	0,3
Santa Cruz	5.650	82,2	7,9	4,2	4,1	1,3	0,2
Praia	32.967	55,4	36,6	2,5	4,8	0,5	0,2
S. Domingos	2.687	91,8	4,8	0,9	1,8	0,6	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	84,4	4,4	3,0	6,8	1,1	0,2
S. Salvador do Mundo	1.692	95,6	0,6	1,9	1,4	0,4	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	89,2	4,7	1,0	4,3	0,7	0,2
Ribeira Grande de Santiago	1.676	84,4	3,3	2,7	8,9	0,7	0,0
Mosteiros	2.193	75,6	11,3	6,6	5,3	1,3	0,0
S. Filipe	5.071	69,9	13,8	5,9	9,5	0,7	0,2
Santa Catarina do Fogo	1.111	84,3	5,4	2,9	6,3	1,0	0,1
Brava	1.584	47,3	22,0	2,2	27,1	1,3	0,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 28 - Agregados familiares que ocupam alojamento em regime de arrendamento (%) segundo o escalão da renda mensal, e renda média, por meio de residência e Concelhos, Cabo Verde, 2010

	Total agregados arrendatários	ESCALÃO DE RENDA							Renda média (escudo CVE)
		Menos de 10.000	De 10.000 a 14.999	De 15.000 a 19.999	De 20.000 a 24.999	De 25.000 a 34.999	35.000 e mais	ND	
CABO VERDE	29.407	51,0	17,1	12,4	7,7	7,6	4,1	0,1	12.523
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	27.198	48,7	17,7	13,1	8,2	8,1	4,2	0,1	10.591
Rural	2.209	79,7	10,1	3,5	1,7	1,4	3,5	0,1	7.447
CONCELHOS									
Ribeira Grande	710	73,5	12,3	7,2	4,2	2,0	0,8	0,0	7.088
Paul	231	80,5	13,4	4,8	0,4	0,9	0,0	0,0	6.061
Porto Novo	690	69,4	16,8	9,9	2,5	1,2	0,3	0,0	6.591
S. Vicente	6.064	55,5	19,6	14,6	6,4	2,5	1,3	0,1	7.922
Ribeira Brava	304	58,2	20,7	13,5	4,3	2,3	0,0	1,0	7.226
Tarrafal de S. Nicolau	253	50,2	21,3	20,2	5,1	1,2	2,0	0,0	7.480
Sal	3.627	23,7	25,6	14,7	12,5	15,1	8,3	0,2	15.054
Boa Vista	1.010	48,1	14,9	9,2	5,1	8,6	14,0	0,1	13.603
Maio	322	60,2	18,3	10,6	3,4	5,0	2,5	0,0	8.556
Tarrafal	467	69,0	17,1	7,3	1,1	1,3	3,9	0,4	7.790
Santa Catarina	1.441	57,1	16,0	15,9	7,1	2,8	0,8	0,3	7.627
Santa Cruz	449	75,7	17,4	4,2	1,3	0,7	0,7	0,0	6.726
Praia	12.068	49,0	13,9	11,9	9,3	10,8	5,2	0,0	11.586
S. Domingos	129	77,5	7,8	9,3	3,9	1,6	0,0	0,0	6.182
Calheta de S. Miguel	155	60,6	20,0	11,6	4,5	1,9	1,3	0,0	7.645
S. Salvador do Mundo	10	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.000
S. Lourenço dos Órgãos	68	58,8	17,6	11,8	8,8	1,5	1,5	0,0	8.162
Ribeira Grande de Santiago	55	94,5	3,6	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	5.909
Mosteiros	247	74,9	13,4	7,3	2,8	1,2	0,4	0,0	6.579
S. Filipe	698	57,7	20,3	12,5	5,3	3,2	1,0	0,0	7.969
Santa Catarina do Fogo	60	81,7	8,3	5,0	1,7	1,7	1,7	0,0	6.667
Brava	349	79,4	15,5	2,9	0,9	0,6	0,9	0,0	6.612

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

COABITAÇÃO E DENSIDADE HABITACIONAL

De modo geral cada agregado ocupa um alojamento. Contudo, em 2010, registaram-se 8,9% de agregados que vivem em regime de coabitação, ou seja, que dividem um alojamento com um ou mais agregados.

O fenómeno de coabitação é mais frequente no meio urbano (12%) do que no meio rural (2,3%), em particular no Concelho Sal onde encontramos 22% de agregados a viver em regime de coabitação. Seguem-se os Concelhos da Praia e de Santa Catarina com 12% e 10%, respectivamente.

Em termos de densidade habitacional, medida pelo número médio de pessoas por divisão do alojamento podemos concluir que, quer a nível nacional, quer a nível dos meios de residência a densidade habitacional é de 1,5 pessoa por divisão.

No entanto este indicador varia entre 1,2 e 1,8, com o concelho da Boa Vista a liderar com 1,8 pessoas por divisão, e Maio e Ribeira Brava a apresentarem os menores índices de densidade habitacional (1,2 pessoas por divisão).

Tabela 29 - Agregados familiares segundo a coabitação nos alojamentos (%) e número de agregados por alojamento, e densidade habitacional. Cabo Verde, 2010

	AF QUE COABITA M	AF QUE NÃO COABITA M	AGREGADOS FAMILIARES QUE COABITAM			TOTAL	DENSIDADE HABITACIONAL
			2	3	4+		
CABO VERDE	8,8	91,2	4,9	2,1	1,7	100,0	1,5
MEIO RESIDÊNCIA							
Urbano	11,9	88,1	6,3	3,0	2,5	100,0	1,5
Rural	2,8	97,2	2,3	0,3	0,2	100,0	1,5
CONCELHOS							
Ribeira Grande	2,8	97,2	2,2	0,3	0,3	100,0	1,5
Paul	2,7	97,3	2,7	0,0	0,0	100,0	1,7
Porto Novo	6,8	93,2	4,6	1,2	1,1	100,0	1,7
S. Vicente	8,9	91,1	5,2	2,0	1,7	100,0	1,4
Ribeira Brava	4	96	2,4	1,0	0,5	100,0	1,2
Tarrafal de S. Nicolau	4,2	95,8	1,3	1,6	1,3	100,0	1,4
Sal	22,9	77,1	9,2	6,5	7,2	100,0	1,6
Boa Vista	8,8	91,2	4,9	2,2	1,6	100,0	1,8
Maio	1,5	98,5	1,5	0,0	0	100,0	1,2
Tarrafal	5,7	94,3	3,9	1,2	0,7	100,0	1,3
Santa Catarina	10,3	89,7	5,2	2,8	2,2	100,0	1,4
Santa Cruz	6,7	93,3	4,2	1,6	0,9	100,0	1,5
Praia	12,2	87,8	6,6	3,1	2,6	100,0	1,6
S. Domingos	3,3	96,7	3,0	0,2	0,1	100,0	1,6
Calheta de S. Miguel	2,4	97,6	1,9	0,5	0,0	100,0	1,3
S. Salvador do Mundo	1,4	98,6	1,4	0,0	0,0	100,0	1,5
S. Lourenço dos Órgãos	1,7	98,3	1,7	0,0	0,0	100,0	1,6
Ribeira Grande de Santiago	3,2	96,8	2,5	0,4	0,3	100,0	1,7
Mosteiros	2,1	97,9	1,8	0,1	0,2	100,0	1,4
S. Filipe	4,7	95,3	3,9	0,8	0,1	100,0	1,4
Santa Catarina do Fogo	2,3	97,7	1,8	0,5	0,0	100,0	1,7
Brava	2,9	97,1	2,5	0,4	0,0	100,0	1,3

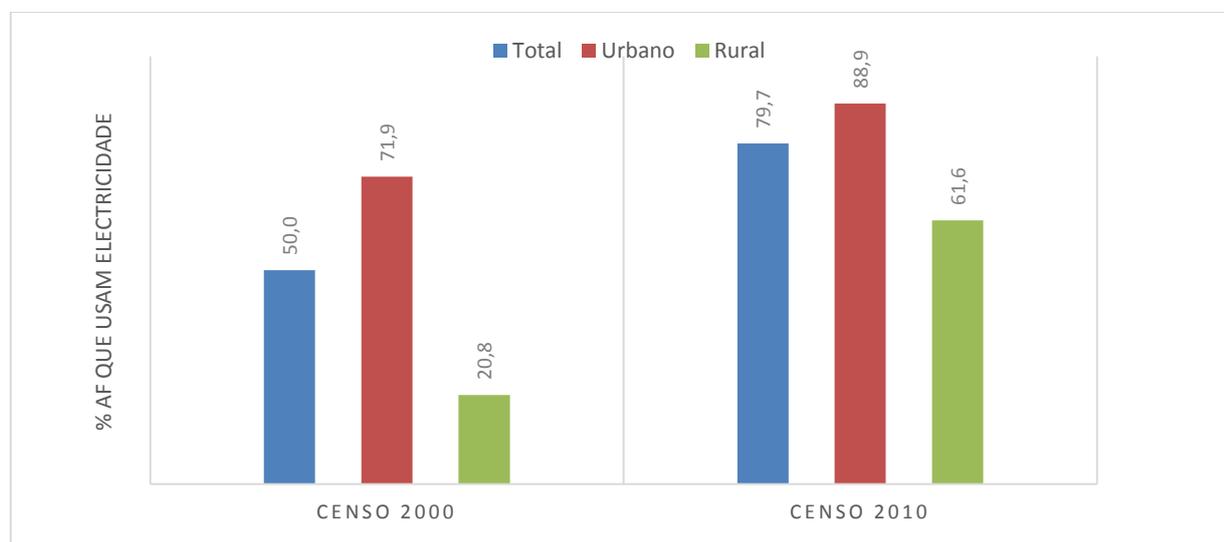
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

ACESSO À ELECTRICIDADE E A PRINCIPAL ENERGIA UTILIZADA PARA A ILUMINAÇÃO

Cabo Verde, tem vindo a crescer em matéria de acesso à electricidade, e já apresenta uma expressiva cobertura eléctrica a nível nacional (80%), principalmente nos meios urbanos, onde cerca de 89,6% dos agregados familiares habitam alojamentos com electricidade. No meio rural, embora ainda em menor percentagem que o meio urbano, é visível o resultado da eletrificação nas últimas décadas.

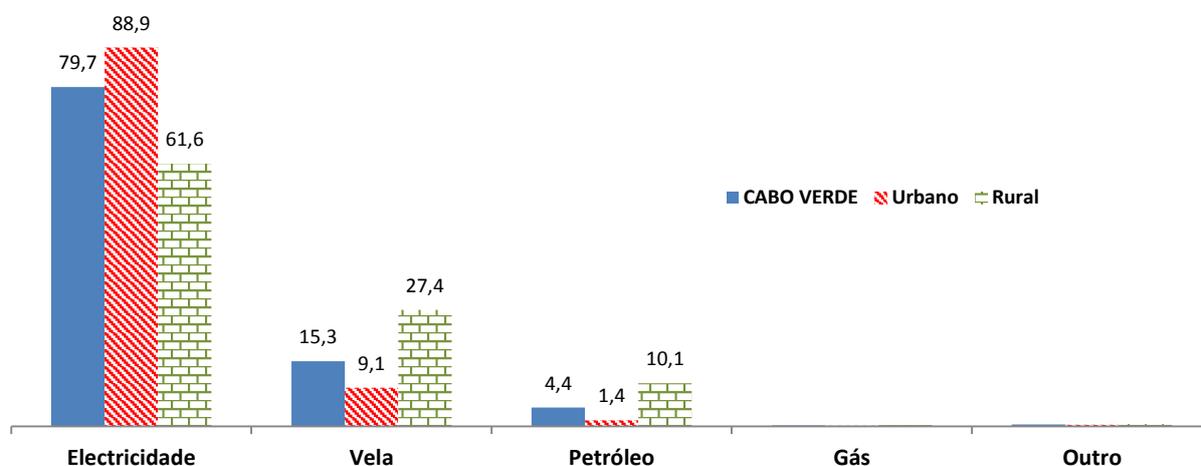
Por forma, comparar com o Censo 2000, analisamos a principal energia utilizada para iluminação. Os resultados permitem aferir sobre os resultados do investimento na eletrificação do País, que aumenta em quase 30 pontos percentuais a proporção de famílias com acesso à electricidade, em particular no meio rural onde o aumento é mais expressivo, passando de 20,8% de famílias com acesso a electricidade, em 2000, para 61,6% em 2010, um aumento de 40 pontos percentuais.

Gráfico 47 - Evolução da percentagem de agregados que usam a electricidade como fonte de energia para iluminação, por meio de residência. INE, RGPH 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

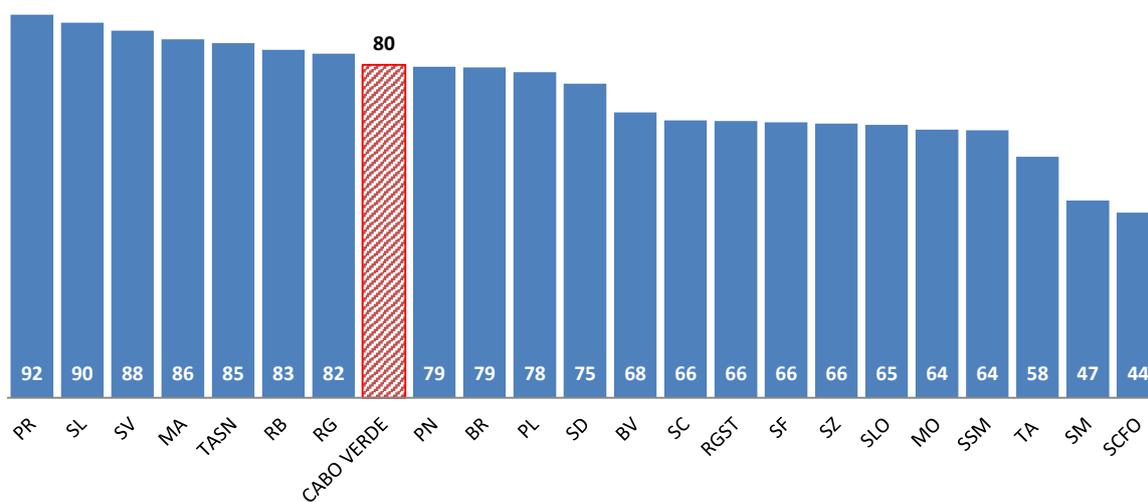
Como fonte de energia para iluminação alternativa as famílias que não têm acesso à electricidade recorrem principalmente às velas, 15%, e ao petróleo, sendo este último em menor percentagem, 4%.

Gráfico 48 - Agregados familiares segundo a principal fonte utilizada para iluminação (%) por meio de residência, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Contudo ainda a nível dos Concelhos o acesso à electricidade apresenta algumas discrepâncias significativas, sendo em alguns Concelhos o acesso está praticamente generalizado a todas as famílias e em outros o acesso está muito abaixo da média nacional, como em São Miguel e Santa Catarina do Fogo em que nem metade da população tem acesso à electricidade.

Gráfico 49 - Agregados familiares com acesso à electricidade (%) segundo os Concelhos, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 30 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia utilizada para iluminação (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA UTILIZADA PARA ILUMINAÇÃO						% AF com acesso electricidade em 2000
		Electricidade	Vela	Petróleo	Gás	Outro	ND	
CABO VERDE	116.873	79,7	15,3	4,4	0,2	0,4	0,0	50,0
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	77.115	88,9	9,1	1,4	0,1	0,4	0,0	71,9
Rural	39.758	61,6	27,4	10,1	0,3	0,5	0,1	20,8
CONCELHO								
Ribeira Grande	4.553	82,3	10,3	6,9	0,3	0,1	0,0	55,1
Paul	1.628	77,9	8,0	13,5	0,1	0,5	0,0	55,7
Porto Novo	3.904	79,1	10,0	10,2	0,3	0,2	0,0	47,1
S. Vicente	19.801	87,8	8,6	2,9	0,2	0,4	0,0	73,2
Ribeira Brava	2.043	83,3	7,1	8,5	0,1	0,8	0,2	56,0
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	84,9	7,5	6,5	0,2	0,9	0,0	59,8
Sal	6.765	89,7	8,7	0,8	0,1	0,6	0,0	71,7
Boa Vista	2.570	68,3	29,1	1,3	0,0	1,2	0,1	74,4
Maio	1.883	85,7	6,2	7,5	0,1	0,4	0,1	53,0
Tarrafal	4.262	57,6	35,6	6,1	0,2	0,5	0,0	31,8
Santa Catarina	8.585	66,4	30,6	2,6	0,1	0,2	0,1	24,8
Santa Cruz	5.650	65,6	29,9	3,9	0,0	0,5	0,0	27,2
Praia	32.967	91,6	7,4	0,5	0,1	0,4	0,0	67,0
S. Domingos	2.687	75,1	22,4	1,7	0,1	0,7	0,0	28,0
Calheta de S. Miguel	3.520	47,2	43,3	8,7	0,3	0,5	0,1	19,6
S. Salvador do Mundo	1.692	63,9	33,6	2,1	0,2	0,1	0,0	6,9
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	65,2	31,0	3,2	0,3	0,1	0,1	20,8
Ribeira Grande de Santiago	1.676	66,2	32,6	1,0	0,0	0,3	0,0	13,0
Mosteiros	2.193	64,1	16,1	18,8	0,4	0,6	0,0	25,1
S. Filipe	5.071	65,9	14,3	18,8	0,6	0,5	0,0	31,6
Santa Catarina do Fogo	1.111	44,3	29,5	23,7	1,6	0,8	0,1	10,0
Brava	1.584	79,0	6,9	13,3	0,2	0,6	0,0	45,5
SEXO DO REPRESENTANTE								
Masculino	61.041	80,4	14,5	4,3	0,2	0,6	0,0	52,8
Feminino	55.832	78,8	16,2	4,5	0,2	0,2	0,1	45,8
POPULAÇÃO	488.040	79,9	15,0	4,5	0,2	0,3	0,0	

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

ACESSO À ÁGUA E AO SANEAMENTO

O sétimo objetivo de Desenvolvimento do Milénio é de garantir a sustentabilidade ambiental. Por forma efetivar esse objetivo os países que assinaram a Cimeira do Milénio comprometeram-se em reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável, água proveniente de fontes melhoradas.

O acesso ao saneamento é um dos factores ambientais chaves para a qualidade de vida humana.

Para a OMS o saneamento abarca os factores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre sua saúde, em particular, o acesso à água potável, a sistemas próprios de evacuação de águas residuais, evacuação dos resíduos sólidos, ou seja, do lixo. Outras actividades relacionadas com o saneamento são o controlo de animais e insetos, saneamento de alimentos, escolas, locais de trabalho e de lazer e habitações.

A existência de casa de banho com instalações sanitárias (sanitas com ou sem autoclismo) e instalações de banho ou duche (banheira com chuveiro), assim como, o modo de evacuação das águas residuais são variáveis que podem determinar as condições de higiene de um agregado familiar, assim como o nível de saneamento em que vivem. Igualmente contribuem grandemente para o conforto da família, para a qualidade do ambiente, em especial do ar que se respira, assim como, para a redução da exposição da população ao risco das doenças infecto-contagiosas.

Em termos de análise restringimos à análise do acesso ao abastecimento de água, ao acesso a sistemas de evacuação de águas residuais, acesso a instalações sanitárias e modo de evacuação dos resíduos sólidos (lixos caseiros).

Acesso à rede pública de distribuição de água e a principal fonte de abastecimento de água

Em Cabo Verde, o acesso à água potável tem vindo a ser uma das principais prioridades das políticas públicas, tentando garantir à comunidade água em qualidade e quantidade suficiente para as suas necessidades.

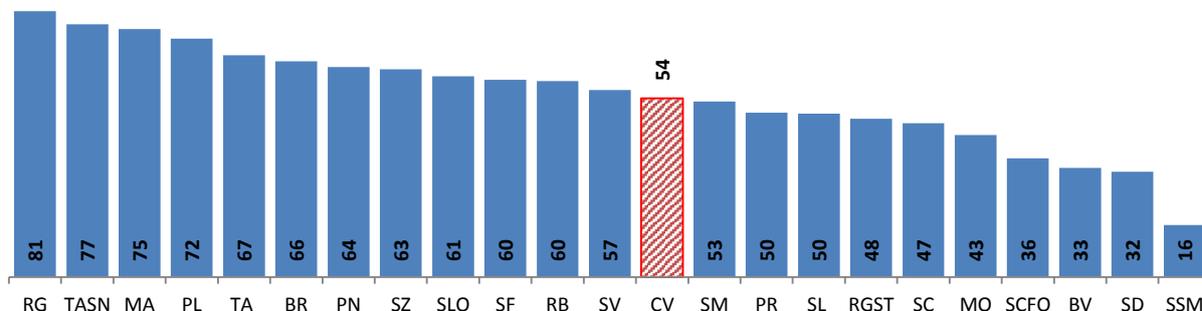
Segundo as definições internacionais define-se como água potável toda a água própria para o consumo humano. Para que possa ser considerada como tal deve obedecer a padrões de potabilidade. Na ausência de testes que confirmem a qualidade e potabilidade da água recorre-se a análise deste indicador com base nas fontes de água, considerando as que são convencionalmente mais próprias, caso da rede pública, dos chafarizes e fontenários.

Uma das inovações do Censo 2010 foi medir o acesso à rede pública de distribuição de água, ou seja, a percentagem de famílias que residem em alojamentos com ligação à rede pública de água, independentemente desta ser ou não a principal fonte de abastecimento de água por parte do agregado familiar. Este indicador complementa o indicador de principal fonte de abastecimento de água.

De acordo com os resultados, 54,3% dos agregados familiares residem em alojamentos com ligação à rede pública de água. Observa-se que este fenómeno é mais expressivo no meio urbano com uma taxa de acesso de 60,4% enquanto meio rural é de somente 42,6%. Constatase, igualmente, que enquanto no meio urbano as ligações são maioritariamente no interior do alojamento (53,4, contra 7% que são no exterior), no meio rural, metade são no interior (21,5%) e metade (21,1%) no exterior do alojamento, ou seja, são ligações que não chegam nem às casas de banho nem às cozinhas.

Da análise por concelho observa-se que existem grandes discrepâncias. Por um lado temos os Concelhos com mais de 70% de famílias com ligação à rede pública distribuição de água (Ribeira Grande: 81%; Tarrafal de São Nicolau: 77%; Maio: 75% e Paul: 72%), por outro temos os com percentagens pouco mais do que 30% (Santa Catarina do Fogo: 36%, Boa Vista: 33%; São Domingos: 32%) e um caso extremo do Município de São Salvador do Mundo onde somente 16% das famílias habita alojamento com ligação à rede pública de distribuição de água.

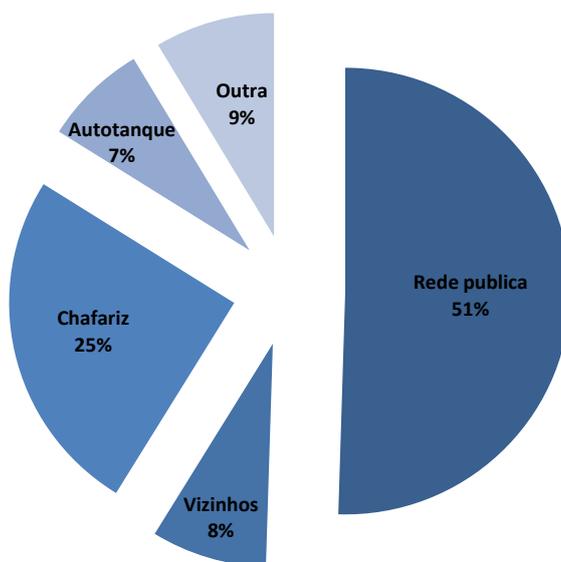
Gráfico 50 - Agregados familiares que residem em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água (%) por Concelho, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Questionados sobre a principal fonte de abastecimento de água para uso doméstico, 51% declararam que abastecem principalmente da rede pública o que nos leva a concluir que o facto de estar ligado à rede pública de abastecimento de água, não faz desta a principal fonte de abastecimento de água das famílias, que por algum motivo têm que recorrer com maior frequência a outra fonte de abastecimento de água.

Gráfico 51 - Agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água (%), Cabo Verde, 2010



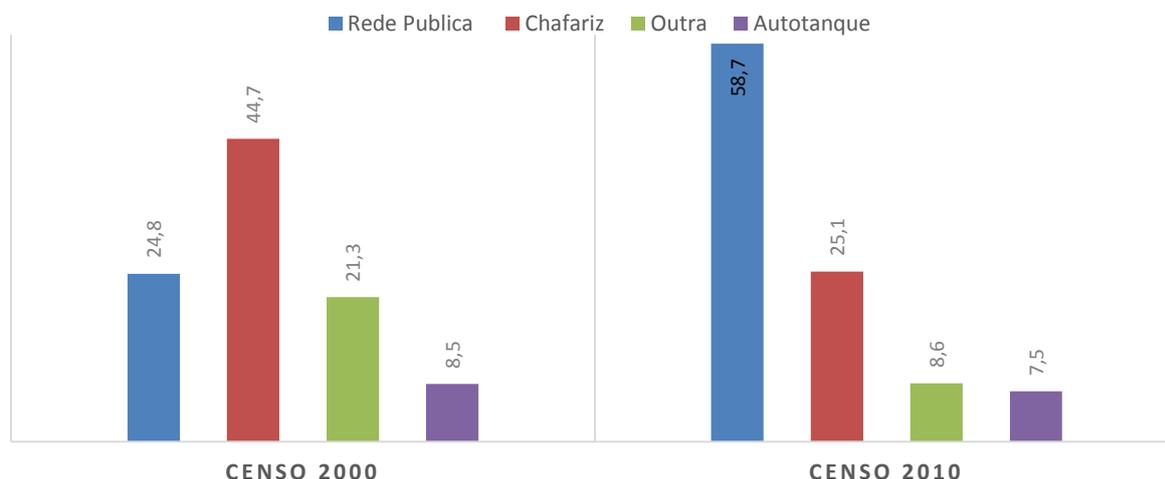
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Com efeito, 51% dos agregados (50% da população) tem a rede pública como principal fonte de abastecimento de água para uso doméstico, 25% recorre aos chafarizes, 8% recorre aos vizinhos, mas cuja água é proveniente da rede pública, 7% aos autotanques e 9% abastece em fontes como poços, levada, nascentes, entre outros.

Se se considerar as fontes: rede pública e chafarizes como fontes de água potável, de acordo com definições internacionais, a nível nacional, a percentagem de famílias que consomem água potável já atinge os 83,8%⁸, correspondendo a um aumento de 14 pontos percentuais relativamente 2000 (69,4%). Com efeito, de acordo com o gráfico abaixo, conclui-se que o abastecimento através da rede pública tem vindo a aumentar significativamente e a percentagem de agregados que abastecem em fontes não consideradas como fontes não potáveis têm vindo a diminuir tendo mesmo reduzido de metade as famílias que se abastecem principalmente por meio de poços, nascentes, levadas e outras fontes, pese embora a percentagem dos que recorrem aos autotanques não ter sofrido alterações significativas.

Conclui-se assim que neste domínio Cabo Verde atingiu os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. No entanto, quando analisamos por meio de residência e por Concelhos persistem grandes assimetrias.

Gráfico 52 - Agregados familiares segundo principal fonte de abastecimento de água nos RGPH 2000 e 2010. INE, RGPH 2000 e 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

⁸ Inclui-se os agregados que declararam abastecer na casa dos vizinhos, cuja água provem da rede pública.

Enquanto no meio urbano, praticamente todos os agregados consomem essencialmente água proveniente da rede pública (66,7%) ou das chafarizes (23,9%), no meio rural somente pouco mais de três quartos dos agregados consomem proveniente destas fontes (43,3% abastece principalmente da rede pública e 27,3% dos chafarizes).

A nível nacional a percentagem de agregados com acesso a água provenientes de fontes melhoradas, rede pública ou chafarizes ou autotanque, é de 91%, com a maioria dos concelhos com níveis de acesso a água potável superiores a 80%. Contudo, observa-se alguma disparidade entre concelhos, com os concelhos de São Salvador do Mundo, Mosteiros e Santa Catarina no Fogo a apresentarem as percentagens mais baixas de acesso, 53%, 64% e 68%, respectivamente.

Tabela 31 - Agregados familiares segundo a existência de ligação à rede pública de distribuição de água no alojamento onde habita e população beneficiada (%), Cabo Verde, 2010

	LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA						POPULAÇÃO QUE RESIDE EM ALOJAMENTOS COM LIGAÇÃO A REDE PÚBLICA DE ÁGUA
	TOTAL	COM LIGAÇÃO			SEM LIGAÇÃO	ND	
		Total	No interior do alojamento	No exterior do alojamento			
CABO VERDE	116.873	54,3	42,5	11,8	45,4	0,3	53,8
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	77.115	60,4	53,4	7,0	39,3	0,3	60,9
Rural	39.758	42,6	21,5	21,1	57,2	0,2	42,5
CONCELHO							
Ribeira Grande	4.553	80,8	56,1	24,8	18,9	0,3	81,4
Paul	1.628	72,4	48,8	23,6	27,3	0,3	76,8
Porto Novo	3.904	63,9	46,1	17,8	35,8	0,3	61,8
S. Vicente	19.801	56,8	53,9	2,9	42,8	0,4	56,6
Ribeira Brava	2.043	59,6	31,4	28,1	40,2	0,2	58,5
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	76,9	47,0	29,9	22,9	0,2	76,3
Sal	6.765	49,7	47,7	2,0	50,0	0,3	48,2
Boa Vista	2.570	33,2	28,2	5,0	66,7	0,2	34,2
Maio	1.883	75,4	39,5	35,9	24,4	0,2	78,3
Tarrafal	4.262	67,4	37,5	29,9	32,4	0,2	69,0
Santa Catarina	8.585	46,8	35,0	11,8	52,9	0,3	46,4
Santa Cruz	5.650	63,1	33,3	29,8	36,6	0,2	63,7
Praia	32.967	49,9	47,0	2,9	49,9	0,2	48,5
S. Domingos	2.687	32,0	15,8	16,2	67,7	0,3	32,1
Calheta de S. Miguel	3.520	53,4	27,2	26,2	46,4	0,2	54,7
S. Salvador do Mundo	1.692	15,8	11,1	4,8	84,0	0,2	15,5
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	61,0	35,9	25,1	38,8	0,2	63,2
Ribeira Grande de Santiago	1.676	48,2	26,2	22,0	51,7	0,2	50,0
Mosteiros	2.193	43,1	27,1	16,1	56,8	0,0	41,5
S. Filipe	5.071	59,9	40,5	19,4	39,9	0,1	59,6
Santa Catarina do Fogo	1.111	36,1	28,0	8,1	63,5	0,5	35,7
Brava	1.584	65,6	30,9	34,7	34,3	0,1	67,8
SEXO DO REPRESENTANTE							
Masculino	61.041	54,5	44,1	10,5	45,2	0,2	
Feminino	55.832	54,0	40,8	13,2	45,7	0,3	

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 32 - Agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água em 2010 e 2000, por meio de residência, Concelhos e sexo do representante (%). INE, RGPH 2000 e 2010

	TOTAL 2010	PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RGPH 2010						PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RGPH 2000			
		Rede pública	Vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outra	ND	Rede pública	Chafariz	Auto tanque	OUTRA
CABO VERDE	116.873	50,4	8,3	25,1	7,5	8,6	0,1	24,8	44,7	8,5	22,0
MEIO DE RESIDÊNCIA											
Urbano	77.115	56,7	10,0	23,9	7,8	1,4	0,1	38,0	37,9	11,2	13,0
Rural	39.758	38,3	5,0	27,3	6,7	22,6	0,2	7,1	53,8	5,0	34,1
CONCELHO											
Ribeira Grande	4.553	78,6	3,4	11,0	0,9	6,0	0,1	30,9	54,5	1,7	12,9
Paul	1.628	71,0	9,6	7,3	0,5	11,5	0,1	22,2	54,0	1,8	22,1
Porto Novo	3.904	61,0	4,8	24,1	2,7	7,2	0,2	9,3	57,0	17,7	16,0
S. Vicente	19.801	54,6	12,9	18,8	11,4	2,2	0,1	44,6	12,8	15,0	27,6
Ribeira Brava	2.043	56,3	1,5	35,0	1,8	5,0	0,3	27,9	61,2	2,0	9,0
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	75,5	1,5	18,2	0,8	4,0	0,1	34,9	46,2	1,9	17,0
Sal	6.765	46,8	1,2	37,7	13,5	0,6	0,2	47,1	42,5	4,6	5,7
Boa Vista	2.570	28,6	1,1	49,9	18,4	1,9	0,2	25,2	49,8	2,9	22,2
Maio	1.883	70,2	8,3	15,8	4,4	1,1	0,2	53,5	37,3	0,4	8,9
Tarrafal	4.262	60,7	7,9	18,8	7,6	4,9	0,0	22,6	56,4	5,0	16,0
Santa Catarina	8.585	39,5	7,4	23,2	8,1	21,4	0,3	16,9	42,2	4,8	36,1
Santa Cruz	5.650	56,9	12,7	7,7	4,4	18,0	0,2	9,9	62,8	3,1	24,1
Praia	32.967	45,3	10,6	34,8	7,5	1,6	0,1	23,6	55,0	12,6	8,8
S. Domingos	2.687	29,6	1,7	53,7	3,5	11,5	0,1	0,3	57,2	18,7	23,8
Calheta de S. Miguel	3.520	52,1	6,1	6,8	7,7	27,2	0,1	13,1	42,7	2,1	42,1
S. Salvador do Mundo	1.692	5,7	1,4	30,8	15,5	46,5	0,1	3,0	24,8	17,2	55,0
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	56,4	7,8	13,2	2,1	20,4	0,1	1,1	55,7	5,4	37,8
Ribeira Grande de Santiago	1.676	46,4	4,5	15,9	7,6	25,5	0,0	1,7	43,1	4,5	50,8
Mosteiros	2.193	40,7	2,4	20,3	0,4	36,2	0,0	17,1	36,6	2,5	43,7
S. Filipe	5.071	58,1	7,9	12,9	1,6	19,3	0,2	22,1	48,8	1,8	27,2
Santa Catarina do Fogo	1.111	34,0	3,6	18,1	11,9	32,3	0,1	9,4	43,4	2,4	44,8
Brava	1.584	63,3	9,7	17,9	2,0	7,1	0,1	19,3	59,1	0,2	21,4

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Acesso a instalações sanitárias e instalações de banho ou duche

A análise do acesso a instalações sanitária e instalações de banho ou duche permite-nos informar sobre a posse de instalações e dispositivos adequados para a eliminação de excrementos e para a higiene pessoal.

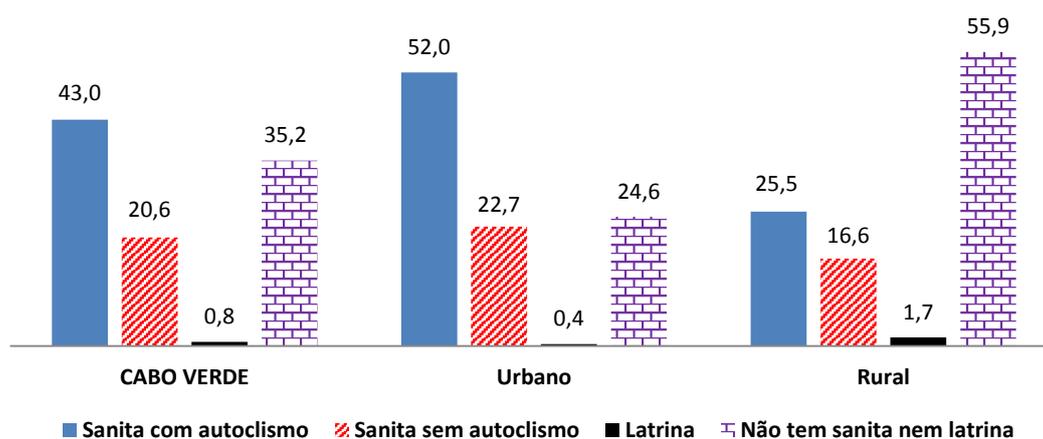
Com base no gráfico 52 pode-se constatar que quase dois terços dos agregados caboverdianos (63,6%), correspondente a 62,3% da população residente nos agregados familiares, habitam em alojamentos com instalações sanitárias, sendo que 43% com sanitas com autoclismos e 20,6% com sanitas sem autoclismo.

Apesar de não constituírem formas convencionais de evacuação dos excrementos e de não serem os mais adequados para a higiene pessoal, ainda uma pequena proporção dos agregados possuem latrinas (0,8%).

Em suma, podemos concluir que ainda cerca de 35% dos agregados familiares usam sanitários públicos ou então o ar livre, pois não possuem nem casa de banho, nem retrete, nem latrina.

Analisando por meio de residência, observa-se que enquanto 74,7% dos agregados nos centros urbanos habitam em alojamentos com sanitas, somente 42,2% dos agregados no meio rural habitam em alojamentos com esta comodidade.

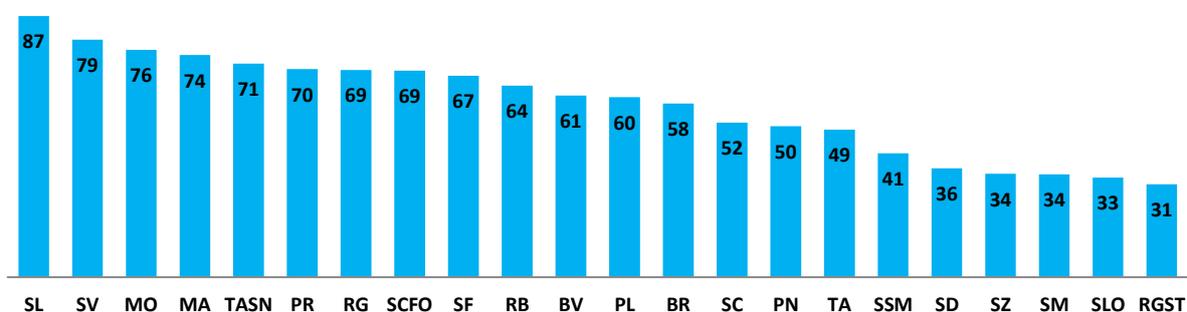
Gráfico 53 - Agregados familiares segundo a existência de instalações sanitárias nos alojamentos por meio de residência (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise por Concelhos pode-se constatar que existem diferenças notáveis entre os mesmos, com Sal e S. Vicente a liderarem os Concelhos com maior proporção de agregados com acesso a instalações sanitárias, 87,2% e 79,3%, respectivamente. São Domingos com 36,3%, Santa Cruz (34,5%), São Miguel (34,3%), São Lourenço dos Órgãos (33,3%), e Ribeira Grande de Santiago (31%) são os Concelhos com menores índices de acesso da população a instalações sanitárias.

Gráfico 54 - Agregados familiares com acesso a instalações sanitárias no alojamento (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

No que diz respeito a existência de instalações de banho ou duche no alojamento o Censo 2010 revela que menos de metade das famílias cabo-verdianas (43,8%) habitam alojamentos com instalações de banho ou duche.

É no meio urbano onde se encontra a maior percentagem de agregados a terem acesso a instalações de banho ou duche (53,6%), com maior incidência nos Concelhos do Sal (69,3%) e de S. Vicente (57,3%). No meio rural somente cerca de um quarto dos agregados (24,8%) habitam alojamentos com banheiras ou duchas.

Tabela 33 - Agregados em alojamentos com instalações sanitárias, com instalações de banho ou duche e população com acesso a instalações sanitárias (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL AGREGADOS	Agregados com acesso a instalações sanitárias						População com acesso a instalações sanitárias	Agregados com acesso a instalações de banho ou duche
		COM SANITA			Latrina	Não tem sanita nem latrina	ND		
		Total	Sanita com autoclismo	Sanita sem autoclismo					
CABO VERDE	116.873	63,6	43,0	20,6	0,8	35,2	0,3	62,8	43,8
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	74,7	52,0	22,7	0,4	24,6	0,3	75,6	53,6
Rural	39.758	42,2	25,5	16,6	1,7	55,9	0,2	42,2	24,8
CONCELHOS									
Ribeira Grande	4.553	66,5	56,5	10,0	3,0	30,2	0,3	69,2	48,8
Paul	1.628	55,6	44,3	11,3	0,4	43,5	0,5	60,1	30,2
Porto Novo	3.904	52,9	42,4	10,5	2,0	44,7	0,4	50,4	33,4
S. Vicente	19.801	77,6	55,0	22,6	1,0	20,9	0,5	79,3	57,3
Ribeira Brava	2.043	65,6	50,8	14,8	4,6	29,5	0,3	64,0	44,2
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	73,6	48,9	24,7	0,0	26,3	0,2	71,3	47,0
Sal	6.765	85,8	61,9	23,8	0,4	13,4	0,4	87,2	69,3
Boa Vista	2.570	55,8	46,7	9,1	0,2	43,7	0,3	60,7	50,6
Maio	1.883	73,1	45,2	27,9	0,1	26,4	0,5	74,1	38,1
Tarrafal	4.262	50,3	28,3	21,9	0,0	49,5	0,2	49,2	31,2
Santa Catarina	8.585	53,4	31,1	22,3	0,3	46,0	0,3	51,6	41,0
Santa Cruz	5.650	34,8	23,6	11,2	0,1	64,9	0,3	34,5	21,2
Praia	32.967	69,3	45,5	23,8	0,3	30,3	0,2	69,5	46,3
S. Domingos	2.687	35,3	25,3	10,0	0,2	64,1	0,3	36,3	21,0
Calheta de S. Miguel	3.520	34,3	24,3	10,0	0,1	65,2	0,5	34,3	21,6
S. Salvador do Mundo	1.692	33,5	18,2	15,2	0,1	66,2	0,2	33,3	16,7
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	39,1	20,6	18,4	0,1	60,6	0,2	41,4	21,7
Ribeira Grande de Santiago	1.676	30,7	21,6	9,2	0,0	69,0	0,2	31,0	22,2
Mosteiros	2.193	75,8	37,9	37,9	0,5	23,5	0,2	75,9	34,4
S. Filipe	5.071	68,2	38,4	29,8	0,1	31,6	0,1	67,3	42,7
Santa Catarina do Fogo	1.111	67,2	40,8	26,4	2,6	29,8	0,4	68,9	46,5
Brava	1.584	56,8	35,7	21,1	15, 2	27,9	0,1	58,0	33,3

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Acesso a sistemas de evacuação de águas residuais

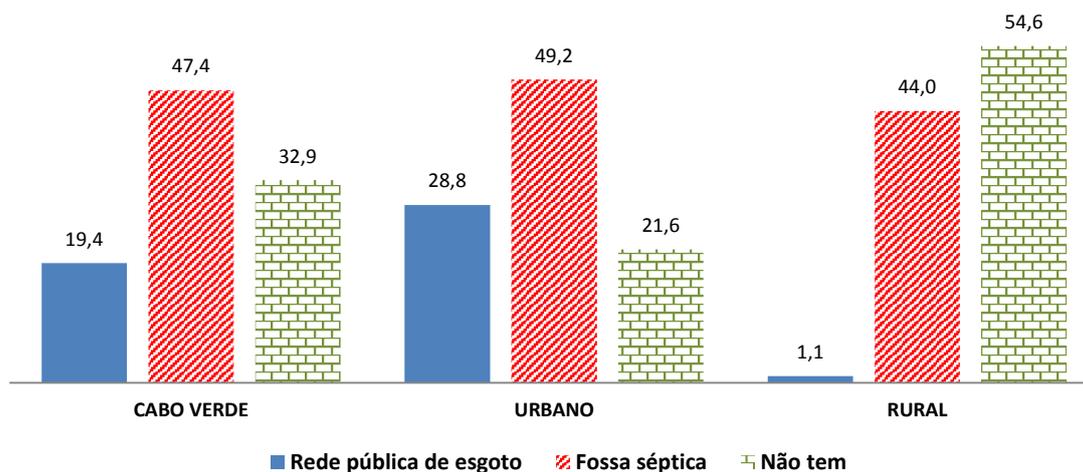
O Censo 2010 permitiu aferir, pela primeira vez, sobre o acesso ao saneamento com base nas percentagens de agregados e da população com acesso a um sistema de evacuação de águas residuais e a casas de banho, assim como, o comportamento das famílias face à problemática de evacuação de águas sujas produzidas.

No que diz respeito ao acesso a sistemas de evacuação de águas residuais constata-se que 66,8% dos agregados familiares (66% da população) residiam em alojamentos ligados a um sistema de evacuação de águas residuais, sendo que, 19% ligados à rede pública de esgotos e 47,4% a uma fossa séptica.

As redes de públicas de esgoto ainda são privilégios da população residente no meio urbano, com 28,8% dos agregados deste meio a residirem em alojamentos ligados a esse sistema de evacuação de águas residuais.

No meio rural mais de metade (54,6%) dos agregados familiares ainda não têm acesso a sistemas de evacuação de águas residuais e as que têm acesso utilizam são as fossas sépticas (44%) tendo em conta que ainda não têm acesso às redes públicas de esgoto.

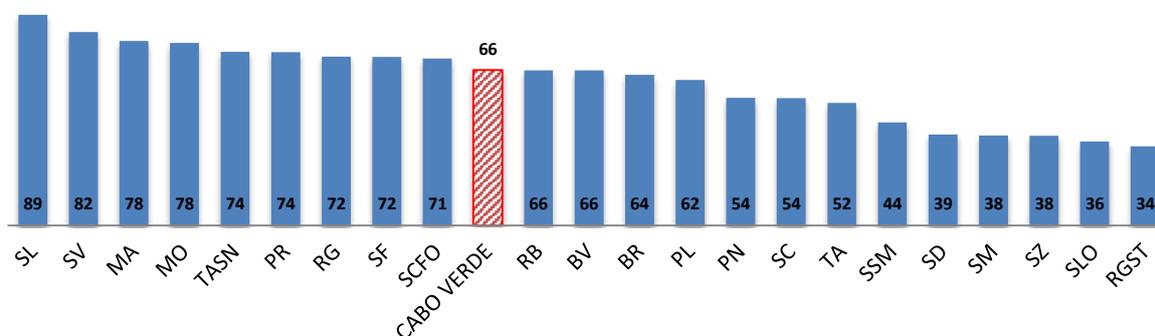
Gráfico 55 - Agregados familiares segundo a existência de ligação a um sistema de evacuação de águas residuais por meio residência (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Sal é o Concelho com a maior percentagem de acesso da população a sistemas de evacuação de águas residuais com 89,4%, Seguem os Concelhos de S. Vicente com 82,2%, Maio com 78%, Mosteiros com 77,5%, Tarrafal de S. Nicolau com 73,7%, Praia com 73,5%. Com menos de 40% da população com acesso a rede pública de esgoto ou a fossa séptica tem-se os Concelhos de S. Domingos, S. Miguel, Santa Cruz, S. Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande de Santiago.

Gráfico 56 - Percentagem da população com acesso a um sistema de evacuação de águas residuais (%), por Concelho, Cabo Verde, 2010



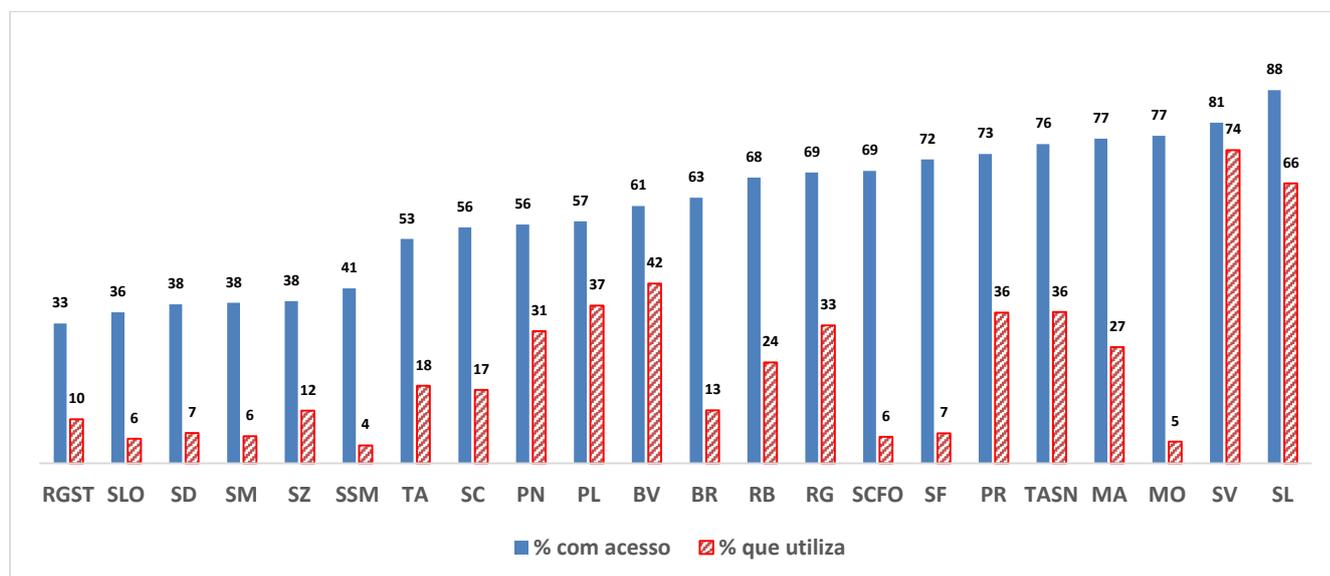
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Questionados sobre o principal modo de evacuação das águas provenientes do banho, da lavagem da loiça, da roupa ou da limpeza doméstica 35,3% dos agregados declaram utilizar os sistemas próprios de evacuação de águas residuais, pese embora 66,8% dos agregados possuam um no seu alojamento. Concluindo assim que quase metade destes (31,5%) têm como hábito evacuar as águas sujas ao redor da casa ou ar livre, a céu aberto.

Este indicador meramente comportamental pode ser um indicativo de como a população tem vindo a contribuir para a poluição do meio ambiente, em especial do ar, e da saúde pública, tendo em conta as consequências nefastas de evacuação de águas sujas ao redor da casa, assim como, da exposição da população em geral, e das crianças em particular, ao risco das doenças infecto-contagiosas e as derivadas da contaminação pelos mosquitos, principalmente em zonas urbanas densamente populosas.

De acordo com o gráfico abaixo pode-se constatar que este hábito é tipicamente das ilhas do Fogo e de Santiago, onde a diferença entre o acesso e a utilização dos sistemas de evacuação de toda e qualquer água suja produzida no alojamento é maior.

Gráfico 57 - Percentagem dos agregados familiares com acesso a um sistema de evacuação de águas residuais e percentagem de agregados que têm o por habito evacuar ao redor da casa por Concelho. Cabo Verde 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 34 - Agregados familiares segundo a existência de sistemas de evacuação de águas residuais no alojamento (%), população com acesso a rede pública de esgoto ou fossa séptica e agregados segundo o principal modo de evacuação de águas sujas (%), por meio de residência, Cabo Verde, 2010

	TOTAL DOS AGREGADOS	AGREGADOS EM ALOJAMENTO COM SISTEMA DE EVACUAÇÃO ÁGUAS RESIDUAIS				População com acesso a rede de esgoto ou a fossa séptica	PRINCIPAL MODO DE EVACUAÇÃO ÁGUAS RESIDUAIS				
		Rede pública esgoto	Fossa séptica	Não tem	ND		Fossa séptica / rede de esgoto	Redor de casa	Natureza (mar, ar livre, céu aberto)	Outro	ND
CABO VERDE	116.873	19,4	47,4	32,9	0,3	66,0	35,3	42,6	20,1	1,8	0,2
MEIO DE RESIDÊNCIA											
Urbano	77.115	28,8	49,2	21,6	0,3	78,9	48,6	36,3	13,6	1,3	0,2
Rural	39.758	1,1	44,0	54,6	0,2	45,2	9,5	54,7	32,8	2,9	0,2
CONCELHOS											
Ribeira Grande	4.553	10,1	58,7	30,9	0,3	71,6	32,6	41,6	24,4	1,3	0,1
Paul	1.628	9,5	47,7	42,2	0,5	61,8	37,3	22,3	39,0	1,0	0,2
Porto Novo	3.904	16,3	40,2	43,2	0,4	54,3	31,3	28,6	39,2	0,7	0,3
S. Vicente	19.801	68,2	12,4	19,0	0,5	82,2	74,1	13,1	11,2	1,4	0,3
Ribeira Brava	2.043	0,0	67,6	32,1	0,3	65,9	23,9	17,2	57,7	0,8	0,4
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	0,0	75,5	24,3	0,2	73,7	35,8	14,8	38,9	10,4	0,1
Sal	6.765	5,2	83,1	11,4	0,4	89,4	66,2	11,3	21,8	0,5	0,2
Boa Vista	2.570	0,0	60,9	38,8	0,3	65,9	42,5	22,2	32,7	2,3	0,3
Maio	1.883	0,0	76,8	22,7	0,5	78,3	27,5	32,9	38,6	0,7	0,3
Tarrafal	4.262	4,9	48,1	46,8	0,2	52,0	18,3	61,5	18,4	1,7	0,0
Santa Catarina	8.585	1,7	54,1	43,9	0,3	54,0	17,4	57,3	22,2	2,8	0,3
Santa Cruz	5.650	7,8	30,5	61,4	0,2	38,0	12,5	53,0	32,0	2,3	0,2
Praia	32.967	20,5	52,7	26,6	0,2	73,5	35,7	51,3	12,1	0,8	0,2
S. Domingos	2.687	0,0	37,6	62,0	0,3	38,6	7,2	69,4	11,5	11,9	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	0,0	38,0	61,6	0,5	38,2	6,4	74,0	16,9	2,4	0,3
S. Salvador do Mundo	1.692	0,0	35,7	64,0	0,2	35,6	5,8	62,3	30,5	1,2	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	0,0	41,4	58,4	0,2	43,7	4,3	91,4	3,5	0,7	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	0,0	33,1	66,6	0,2	33,6	10,5	55,6	31,0	2,7	0,2
Mosteiros	2.193	0,0	77,5	22,4	0,1	77,5	5,1	72,2	14,8	7,8	0,0
S. Filipe	5.071	0,0	71,9	28,0	0,1	71,5	7,1	65,2	25,8	1,8	0,2
Santa Catarina do Fogo	1.111	0,0	69,1	30,4	0,4	70,9	6,3	48,2	44,8	0,6	0,1
Brava	1.584	0,0	62,8	37,1	0,1	64,0	12,5	41,3	44,4	1,6	0,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Evacuação dos resíduos sólidos

Os resíduos sólidos existem no planeta desde o surgimento da vida. No entanto, não constituíam preocupações tendo em conta a reduzida quantidade produzida por animais e plantas que se integravam facilmente no ciclo da vida.

Actualmente, com a evolução das sociedades, das suas necessidades, o volume dos resíduos sólidos tem vindo a aumentar, provocando, em muitos casos, um desequilíbrio entre a biosfera e as actividades humanas. Com efeito a gestão dos resíduos sólidos tem-se revelado nos dias de hoje como um problema dos aglomerados populacionais, principalmente das cidades, de modo a garantir a segurança do ambiente e da saúde das populações.

No âmbito do Censo 2010, dando sequência ao QUIBB 2006 e 2007, questionou-se às famílias sobre o modo como evacuavam o lixo caseiro. Embora seja um indicador comportamental, poderá ser utilizada como proxy do acesso a sistemas de evacuação de resíduos sólidos mais apropriados, que não põem em risco o ambiente e a saúde das populações.

Os resultados vêm confirmar as fragilidades dos municípios, principalmente maioritariamente rurais, de adoptar sistemas de recolha de lixo mais eficazes, principalmente através de carros próprios para a recolha de lixo.

Do gráfico 58, pode-se observar que a grande maioria (56,5%) recorre aos contentores que as Camaras Municipais colocam nas localidades à disposição das famílias para evacuar o lixo caseiro, com maior expressão no meio urbano onde 71% usam-nos para o efeito, enquanto no meio rural somente 28% tem acesso ou optam por evacuar o lixo através de contentores.

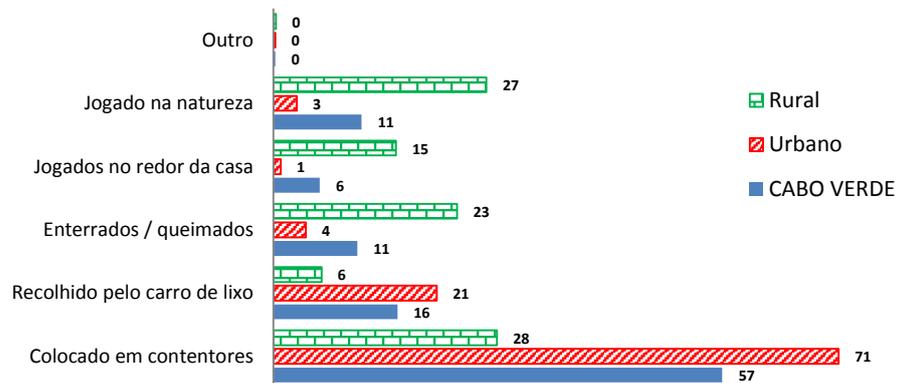
O acesso a carros de lixo ainda é limitado a 15,6% das famílias e predominantemente famílias dos centros urbanos, 20,6%. No meio rural somente 6% têm acesso ao carro para evacuação do lixo.

No meio rural, 42,2% das famílias optam por jogar o lixo ao ar livre ou à natureza, principalmente nas encostas, e lugares ao redor dos povoados, contribuindo para as lixeiras que se criam em redor dos povoados. Destes, 15,4% declararam que têm por habito jogar o lixo mesmo ao redor da casa. Uma outra prática comum no meio rural é enterrar ou queimar o lixo produzido pelas famílias.

Constata-se que S. Nicolau é a ilha onde mais se tem investido na recolha de lixo através de carros apropriados tendo em conta que 90% das famílias do concelho de Tarrafal e 64,3% das famílias de Ribeira Brava usam, habitualmente, os carros para evacuar o lixo caseiro. Segue-se a ilha de São Vicente com 20,8% e a ilha Brava com 20,8% de famílias que usam carros de lixo.

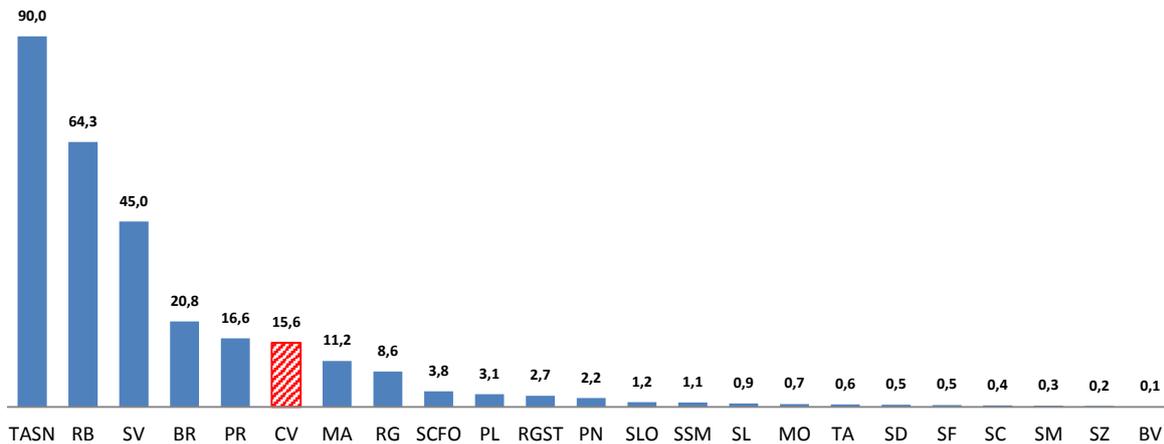
Com exceção do Concelho da Praia, onde 16,6% das famílias recorrem ao carro de lixo, nos outros concelhos de Santiago esta prática é residual.

Gráfico 58 - Agregados familiares segundo a forma de evacuação dos resíduos sólidos (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 59 - Agregados familiares que utilizam carro de lixo para evacuação dos resíduos sólidos (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 35 - Agregados familiares segundo o modo de evacuação dos resíduos sólidos (lixos caseiros-%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010

	TOTAL	MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXOS CASEIROS)						
		Colocado em contentores	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrados / queimados	Jogados no redor da casa	Jogado na natureza	Outro	ND
CABO VERDE	116.873	56,5	15,6	10,5	5,8	11,1	0,3	0,1
MEIO DE RESIDÊNCIA								
Urbano	77.115	71,1	20,6	4,1	0,9	3,0	0,2	0,1
Rural	39.758	28,1	6,0	23,1	15,4	26,8	0,3	0,2
CONCELHOS								
Ribeira Grande	4.553	54,9	8,6	18,7	6,2	11,2	0,2	0,1
Paul	1.628	56,6	3,1	19,0	7,2	13,5	0,5	0,1
Porto Novo	3.904	72,8	2,2	9,0	4,9	10,7	0,2	0,2
S. Vicente	19.801	51,1	45,0	1,5	0,3	1,8	0,2	0,1
Ribeira Brava	2.043	23,0	64,3	11,0	0,6	0,6	0,2	0,3
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	3,6	90,0	3,8	1,6	0,9	0,0	0,1
Sal	6.765	96,4	0,9	1,2	0,1	1,2	0,1	0,2
Boa Vista	2.570	80,6	0,1	6,1	1,5	11,1	0,4	0,2
Maio	1.883	86,6	11,2	0,3	0,4	1,4	0,1	0,1
Tarrafal	4.262	53,7	0,6	5,3	12,4	27,8	0,2	0,0
Santa Catarina	8.585	30,9	0,4	15,2	21,7	31,0	0,5	0,3
Santa Cruz	5.650	41,7	0,2	10,3	15,7	31,5	0,3	0,2
Praia	32.967	70,1	16,6	7,9	1,0	4,0	0,3	0,1
S. Domingos	2.687	45,7	0,5	29,6	10,4	13,5	0,2	0,1
Calheta de S. Miguel	3.520	35,7	0,3	13,6	31,7	18,5	0,1	0,1
S. Salvador do Mundo	1.692	13,9	1,1	15,7	14,7	53,5	0,9	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	39,6	1,2	34,4	20,9	3,7	0,1	0,1
Ribeira Grande de Santiago	1.676	26,3	2,7	5,1	4,6	61,0	0,2	0,0
Mosteiros	2.193	64,3	0,7	26,1	3,7	4,9	0,2	0,0
S. Filipe	5.071	40,5	0,5	37,6	7,0	13,9	0,4	0,2
Santa Catarina do Fogo	1.111	50,9	3,8	28,3	1,6	15,1	0,2	0,1
Brava	1.584	47,2	20,8	23,7	0,9	6,9	0,4	0,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

POSSE DE COZINHA, PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA UTILIZADA PARA PREPARAR OS ALIMENTOS E EXISTÊNCIA DE ALGUNS EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS

Para se ter uma vida saudável e activa é essencial ter uma alimentação apropriada.

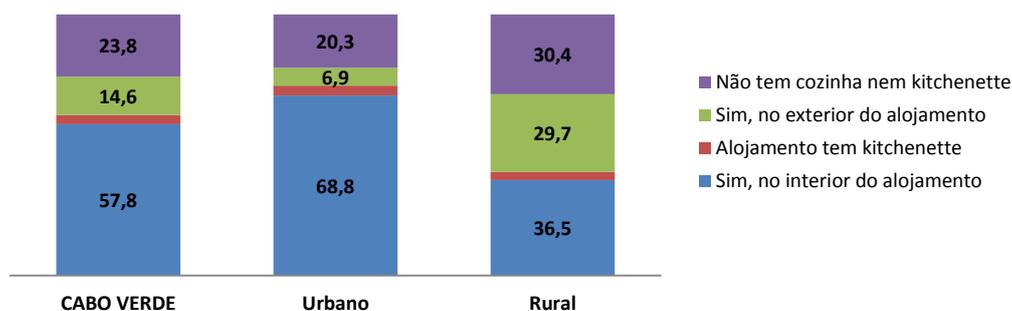
É neste contexto que este capítulo se insere com o objectivo de analisar a posse de um espaço apropriado, fontes de energia utilizada para preparação dos alimentos, meios de conservação dos mesmos, assim a posse de outros equipamentos que de certo modo podem ajudar na preparação da alimentação.

De acordo com a metodologia, a cozinha não é considerada como uma divisão da casa, mesmo porque, hoje em dia, muitas são as casas, principalmente apartamentos onde o espaço que se pode considerar cozinha está incluído dentro da sala.

Como cozinha, foi considerado qualquer espaço destinado principalmente à preparação das refeições, independentemente se se situa dentro ou fora do bloco principal. Assim, incluem-se os espaços construídos dentro do quintal, ou mesmo fora do alojamento, desde que o seu fim principal seja o de preparar as refeições.

A grande maioria das famílias em Cabo Verde vive em alojamentos com cozinha (76%), mesmo que esta seja improvisada no exterior do alojamento (14,6%). Entre o meio urbano e o rural a diferença de famílias que residem em alojamentos com cozinha é de 10 pontos percentuais, a favor dos urbanos cuja proporção de famílias atinge os 79,4%, na sua grande maioria com cozinhas no interior do alojamento. No meio rural, uma percentagem significativa das famílias, das quase 70% de famílias com cozinha, 30% as cozinhas ficam no exterior do alojamento.

Gráfico 60 - Agregados familiares segundo a existência de cozinha (%) por meio de residência. INE, RGPH 2010



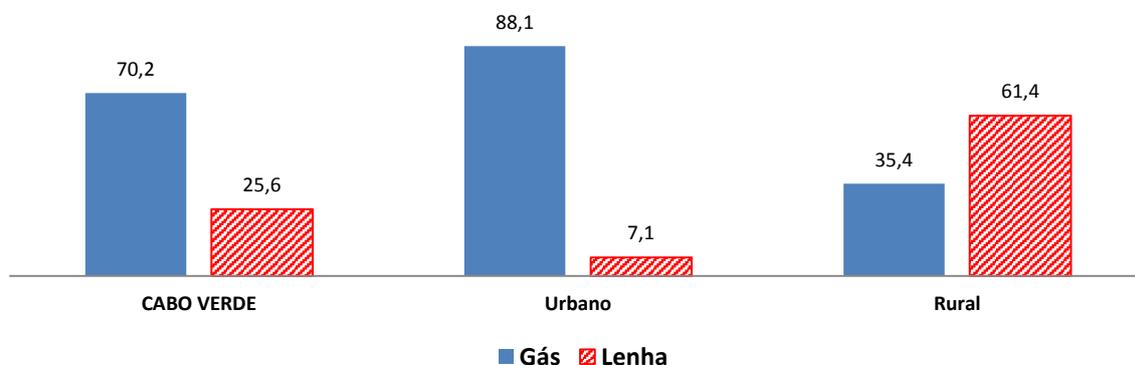
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Constata-se, com base nos resultados do Censo 2010, que mais de metade dos agregados (70,2%) já utilizam o gás como energia para cozinhar e 25,6% recorrem à lenha/carvão. As outras fontes (petróleo e electricidade) não têm expressão.

Nota-se que, a preferência de utilização de uma ou outra fonte de energia para preparação dos alimentos varia muito com o meio de residência. No meio urbano a maior parte dos agregados utilizam principalmente o gás, como fonte de energia para preparar os alimentos (88,1%), enquanto que, no meio rural, onde se concentra o grosso da cobertura florestal do país, 61,4% dos agregados utilizam a lenha/carvão para o efeito, e somente 35,4% dos agregados utilizam o gás como fonte de energia para preparar os alimentos.

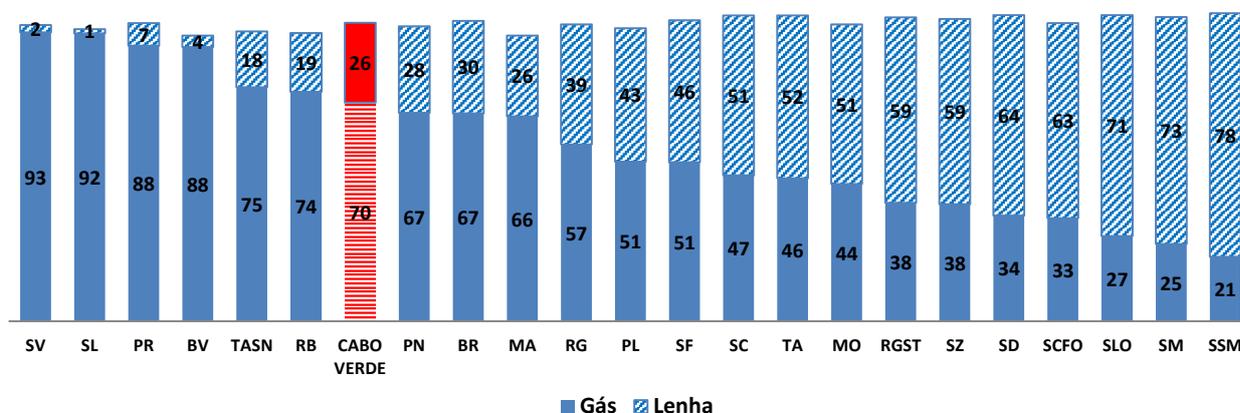
Do gráfico 62 pode-se observar que em São Vicente, Sal, Praia e Boa Vista o consumo do gás é massiva com valores acima dos 88%, dezoite pontos percentuais acima da média nacional. Os Concelhos do interior de Santiago e do Fogo apresentam as maiores percentagens de consumo da lenha para cozinhar.

Gráfico 61 - Agregados familiares segundo a utilização do gás e da lenha por meio de residência (%). INE, RGPH 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 62 - Agregados familiares segundo a utilização do gás e da lenha por Concelho. INE, Censo 2010

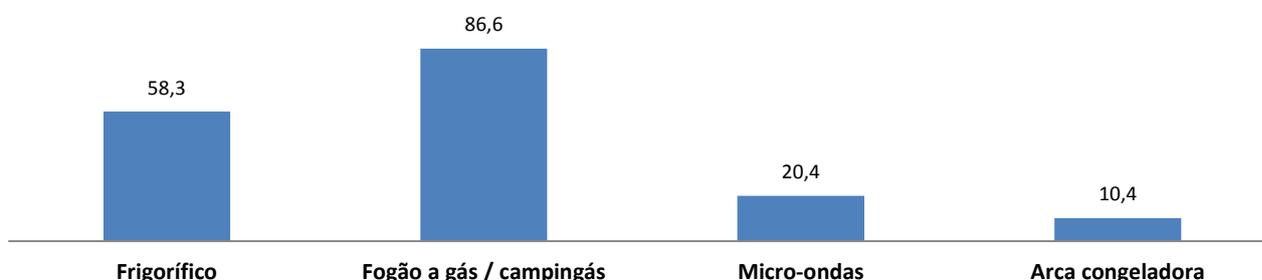


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

No que diz respeito à posse de equipamentos de apoio ao trabalho doméstico, podemos aferir que 86,6% dos agregados familiares tem fogão a gás/campingás, pese embora somente 70% declarar que o gás é a principal energia para cozinhar.

Para a conservação de alimentos, 58,3% tem frigorífico e 10,4% tem arca congeladora. Cerca de 20% tem microondas. Observa-se que a grande maioria que possui estes bens de equipamento que apoiam no trabalho doméstico favorecendo um maior nível de conforto, são as famílias do meio urbano.

Gráfico 63 - Agregados familiares que possuem frigorífico, fogão a gás/campingás, micro-ondas e arca congeladora (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 36 - Agregados familiares segundo a existência ou não de cozinha no alojamento (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010

	TOTAL	TEM COZINHA				Não tem cozinha nem kitchenette	ND
		Total	Sim, no interior do alojamento	Sim, no exterior do alojamento	Alojamento tem kitchenette		
CABO VERDE	116.873	76,0	57,8	14,6	3,6	23,8	0,2
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	77.115	79,4	68,8	6,9	3,8	20,3	0,3
Rural	39.758	69,4	36,5	29,7	3,2	30,4	0,2
CONCELHO							
Ribeira Grande	4.553	72,2	51,0	19,9	1,3	27,6	0,2
Paul	1.628	84,2	45,2	35,2	3,8	15,5	0,3
Porto Novo	3.904	79,6	46,7	29,6	3,2	20,2	0,3
S. Vicente	19.801	86,0	75,3	8,4	2,3	13,7	0,3
Ribeira Brava	2.043	89,2	59,9	28,4	0,9	10,6	0,2
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	78,1	60,4	13,8	3,9	21,7	0,2
Sal	6.765	85,2	72,2	4,8	8,3	14,4	0,3
Boa Vista	2.570	71,1	56,1	6,1	8,9	28,7	0,2
Maio	1.883	87,9	64,7	20,6	2,6	11,9	0,2
Tarrafal	4.262	69,2	54,6	13,7	0,9	30,6	0,2
Santa Catarina	8.585	76,3	52,3	23,0	1,0	23,3	0,4
Santa Cruz	5.650	60,3	35,2	22,7	2,4	39,5	0,2
Praia	32.967	73,7	65,2	4,7	3,8	26,1	0,2
S. Domingos	2.687	81,8	38,8	30,4	12,5	18,0	0,2
Calheta de S. Miguel	3.520	25,1	16,1	4,7	4,3	74,6	0,3
S. Salvador do Mundo	1.692	81,0	32,0	48,6	0,4	18,9	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	71,2	36,8	33,3	1,0	28,6	0,2
Ribeira Grande de Santiago	1.676	60,9	32,2	28,4	0,4	39,0	0,1
Mosteiros	2.193	86,0	47,3	38,5	0,2	14,0	0,0
S. Filipe	5.071	78,2	52,4	22,0	3,7	21,8	0,1
Santa Catarina do Fogo	1.111	84,3	40,0	41,4	3,0	15,2	0,5
Brava	1.584	91,1	36,2	37,9	16,9	8,8	0,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 37 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia utilizada para cozinhar (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010

	TOTAL	FONTE DE ENERGIA PARA COZINHAR							Total
		Gás	Lenha	Carvão	Electricidade	Outro	Não prepara	ND	
CABO VERDE	116.873	70,2	25,6	0,1	0,1	0,1	3,8	0,1	100,0
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	88,1	7,1	0,0	0,1	0,1	4,4	0,1	100,0
Rural	39.758	35,4	61,4	0,2	0,1	0,2	2,6	0,2	100,0
CONCELHO									
Ribeira Grande	4.553	56,8	38,5	0,1	0,0	0,0	4,5	0,1	100,0
Paul	1.628	51,2	42,8	0,0	0,1	0,2	5,6	0,1	100,0
Porto Novo	3.904	66,9	27,7	0,1	0,0	0,1	5,0	0,2	100,0
S. Vicente	19.801	92,7	2,4	0,0	0,1	0,1	4,6	0,1	100,0
Ribeira Brava	2.043	73,7	18,8	0,1	0,0	0,0	7,0	0,3	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	75,1	18,0	0,0	0,0	0,2	6,7	0,1	100,0
Sal	6.765	92,4	1,4	0,0	0,2	0,1	5,7	0,2	100,0
Boa Vista	2.570	88,1	3,6	0,0	0,6	0,0	7,5	0,2	100,0
Maio	1.883	65,7	25,9	1,6	0,0	0,3	6,3	0,1	100,0
Tarrafal	4.262	45,9	52,2	0,1	0,0	0,1	1,5	0,0	100,0
Santa Catarina	8.585	46,8	51,4	0,0	0,0	0,1	1,3	0,3	100,0
Santa Cruz	5.650	37,6	59,5	0,1	0,0	0,2	2,4	0,2	100,0
Praia	32.967	88,4	7,3	0,0	0,2	0,1	3,8	0,1	100,0
S. Domingos	2.687	33,9	64,3	0,2	0,0	0,3	1,1	0,1	100,0
Calheta de S. Miguel	3.520	24,8	72,8	0,0	0,0	0,4	1,8	0,1	100,0
S. Salvador do Mundo	1.692	20,7	78,1	0,3	0,0	0,2	0,6	0,1	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	27,4	70,8	0,1	0,1	0,1	1,4	0,1	100,0
Ribeira Grande de Santiago	1.676	38,0	59,5	0,1	0,1	0,6	1,7	0,0	100,0
Mosteiros	2.193	44,0	51,2	0,0	0,0	0,0	4,7	0,0	100,0
S. Filipe	5.071	51,0	45,6	0,1	0,0	0,1	3,0	0,2	100,0
Santa Catarina do Fogo	1.111	33,1	62,6	0,0	0,0	0,5	3,6	0,3	100,0
Brava	1.584	66,7	29,7	0,0	0,0	0,0	3,5	0,1	100,0

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

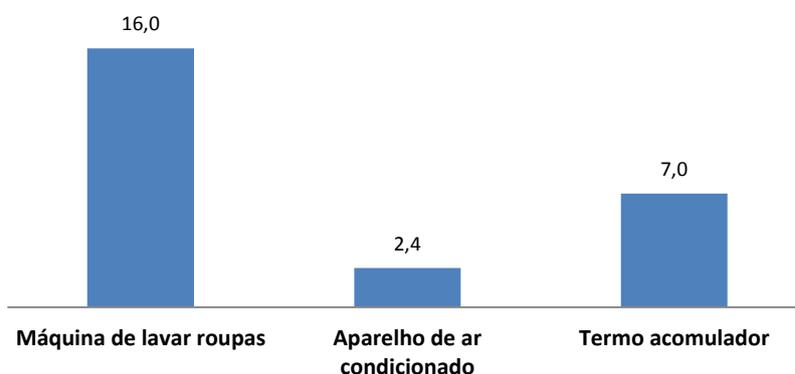
POSSE DE OUTROS BENS DE CONFORTO

Bens de equipamento

A listagem de bens de equipamento em 2010 foi mais extensa que em 2000. Para além da posse de bens de equipamento que apoiam no trabalho doméstico, foram recolhidas informações sobre a posse de equipamentos de circulação do ar, tecnologias de comunicação e informação e transporte.

A nível nacional somente 2,4% dos agregados possui um aparelho de ar condicionado e 7% possui termoacumulador, e as diferenças entre os meios de residência e concelhos são significativas, com o meio urbano a apresentar percentagens mais elevadas de acesso a esses bens, comparativamente ao meio rural.

Gráfico 64 - Agregados familiares que possuem máquina de lavar roupa, aparelho de ar condicionado e termo acumulador (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Meio de transporte

A nível nacional 12,7% dos agregados familiares possui pelo menos um automóvel particular. No meio urbano esta percentagem é de 16,4% e no meio rural é de 5,7%.

Tabela 38 - Agregados familiares segundo a posse de alguns bens de equipamento e meio de transporte (%) por meio de residência e Concelho, Cabo Verde, 2010

	BENS DE EQUIPAMENTO E MEIO DE TRANSPORTE								
	TOTAL	Frigorífico	Fogão a gás / campingás	Micro-ondas	Arca congeladora	Máquina de lavar roupas	Aparelho de ar condicionado	Termo acumulador	Automóvel
CABO VERDE	116.873	58,3	86,6	20,4	10,4	16,0	2,4	7,0	12,7
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	69,9	91,6	26,7	12,4	22,4	3,4	9,5	16,4
Rural	39.758	35,7	76,9	8,0	6,5	3,7	0,6	2,1	5,7
CONCELHO									
Ribeira Grande	4.553	50,0	82,9	13,0	8,9	6,6	0,7	4,7	7,1
Paul	1.628	38,3	77,5	9,5	6,0	2,6	0,2	2,0	4,1
Porto Novo	3.904	41,7	87,2	11,7	4,9	5,5	0,6	1,9	7,9
S. Vicente	19.801	69,3	91,6	24,9	8,4	17,6	1,9	8,5	15,1
Ribeira Brava	2.043	62,9	89,0	20,2	21,0	14,8	0,5	8,1	13,1
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	62,7	87,9	16,2	21,4	9,9	1,3	3,5	10,6
Sal	6.765	74,7	91,5	31,0	16,8	43,5	4,4	16,2	17,8
Boa Vista	2.570	53,2	87,2	19,4	13,6	21,3	3,0	11,9	10,1
Maio	1.883	57,2	86,5	19,4	11,9	12,1	0,6	7,3	10,4
Tarrafal	4.262	42,6	79,5	12,3	6,1	4,9	0,5	2,3	6,2
Santa Catarina	8.585	41,7	80,9	12,6	9,0	4,9	0,5	4,7	7,9
Santa Cruz	5.650	35,4	74,7	7,9	4,8	2,5	0,3	1,4	5,2
Praia	32.967	73,8	92,6	30,4	14,3	26,7	5,4	10,2	19,4
S. Domingos	2.687	46,7	79,5	11,2	8,9	4,4	0,4	4,2	7,6
Calheta de S. Miguel	3.520	24,9	73,2	6,0	4,3	3,2	0,5	1,5	5,3
S. Salvador do Mundo	1.692	28,6	66,6	6,0	4,1	1,1	0,2	1,2	5,2
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	41,4	76,7	9,2	4,3	3,3	0,3	1,3	5,3
Ribeira Grande de Santiago	1.676	43,3	76,3	12,0	8,4	6,0	0,8	1,0	8,1
Mosteiros	2.193	39,3	81,2	6,6	5,9	2,3	0,8	1,6	5,7
S. Filipe	5.071	48,8	82,8	11,6	7,2	7,8	1,0	2,5	10,5
Santa Catarina do Fogo	1.111	27,4	80,6	4,1	3,6	1,0	0,4	1,8	6,7
Brava	1.584	60,5	90,2	17,9	9,3	7,4	0,6	6,3	6,2

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO VI – ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

É inegável a influência positiva das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na melhoria das condições de vida dos agregados familiares e dos indivíduos, em particular.

Nos dias de hoje, as TIC, contribuem para a democratização do acesso à informação, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre os residentes e os não residentes.

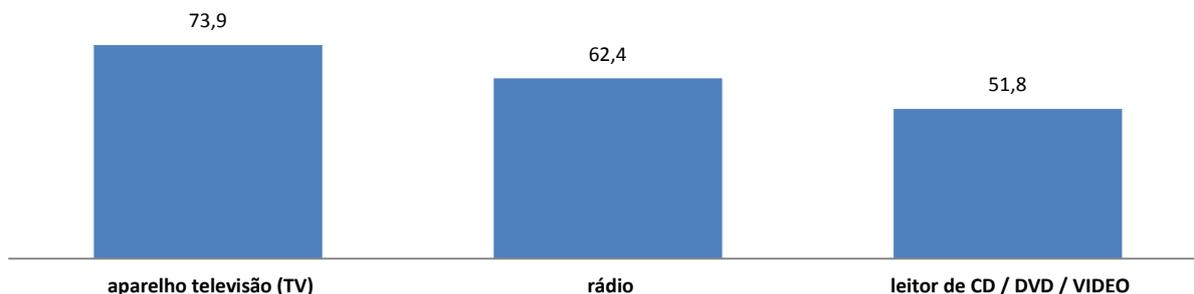
A televisão e a rádio tornaram-se meios de comunicação de massa por excelência, na medida em que permitem a transmissão de saberes, comportamentos, atitudes e práticas à população, assim como permitem que os indivíduos estejam a par do que se passa no próprio país e no resto do Mundo, mas crescentemente a internet tem vindo a ocupar o seu lugar como potencial meio quer de conhecimento, quer de canal de informação e comunicação.

Para o efeito, foram questionados aos agregados sobre a posse de equipamentos que permitem o acesso à informação, formação, comunicação e ao entretenimento, tais como, rádio, televisão, telefones, telemóveis, vídeos e aparelhagens e computadores. Igualmente foi levantado informações sobre o acesso no alojamento às serviços de internet e da televisão por cabo.

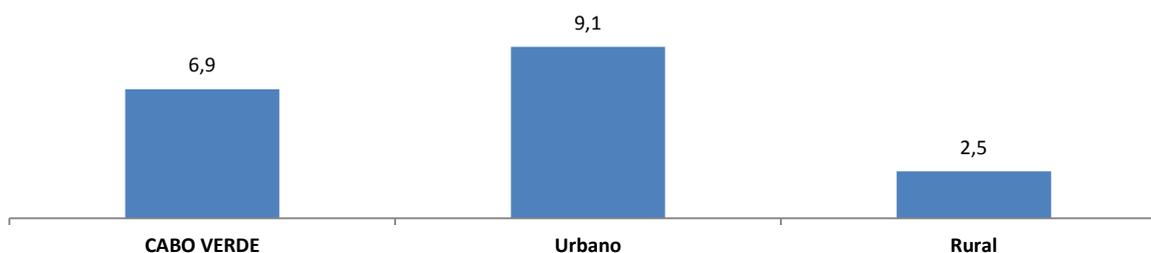
EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS

De acordo com os resultados do Censo 2010, a grande maioria dos agregados tem acesso a meio de comunicação ou informação. Cerca de quase três quartos das famílias cabo-verdianas (73,9%) possui um aparelho de televisão em casa, sendo esta percentagem de 82,8% nos centros urbanos e 56,6% nos rurais. A grande maioria possui aparelho de rádio (62,4%) e 51,8% possui um leitor de CD/DVD/VÍDEO.

Atualmente as famílias têm a oportunidade de visualizar muitos mais canais, para além dos básicos disponibilizados em canal aberto, por meio da televisão a cabo ou por satélite. No entanto, os dados confirmam que este serviço ainda não está acessível a toda população, tendo em conta o seu custo. A nível nacional somente 6,9% das famílias têm acesso à televisão por cabo ou satélite, e, como podemos constar do Gráfico 66 o acesso é maior entre as famílias residentes em zonas urbanas.

Gráfico 65 - Percentagem de agregados familiares que possuem aparelho de televisão, rádio e leitor de CD/DVD/VIDEO (%), Cabo Verde, 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 66 - Agregados familiares com acesso à televisão por cabo ou satélite (ZAP, XCTV, TVCABO) (%), por meio de residência, 2010

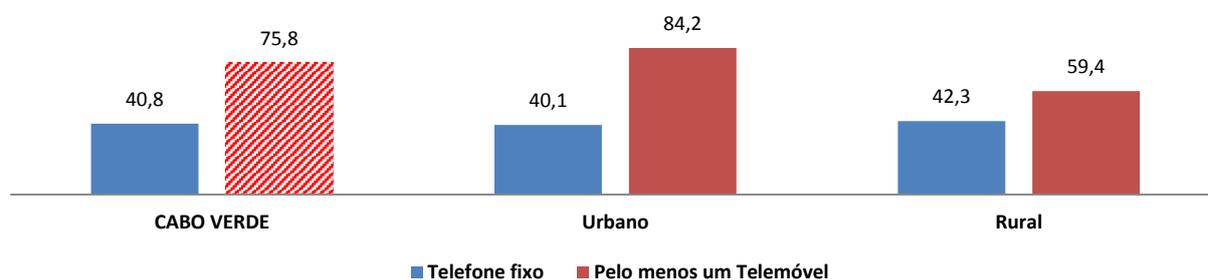
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Os serviços de comunicação em Cabo Verde têm vindo a evoluir e diversificar com entrada de mais empresas de prestação de serviço. O uso do telefone fixo tem vindo a perder expressão para dar lugar ao telemóvel, principalmente no meio urbano. Atualmente cerca de 40,8% das famílias possui telefone fixo (40,1% no meio urbano e 42,3% no rural), e mais de três quartos (75,8%) possui pelo menos um telemóvel⁹. Pode-se constatar que mesmo no meio rural, mais de metade das famílias possui pelo menos um telemóvel (59,4%) e nos centros urbanos chega aos 84,2%. Sal, Praia, São Vicente e Boa Vista são os Concelhos onde mais de 80% das famílias possui pelo menos um móvel.

⁹ No Censo 2010 só se questionou, se pelo menos um membro possuía um telemóvel, pelo que não nos é possível quantificar quantas pessoas possuem pelo menos um, e o total de telemóvel que possuem.

Gráfico 67 - Agregados familiares que possuem telefone fixo ou pelo menos um telemóvel (%), segundo meio residência. INE, RGPH 2010



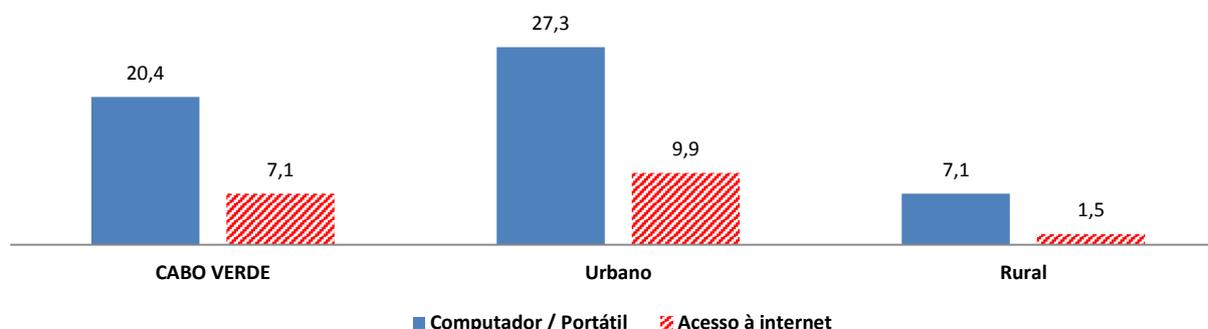
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS (COMPUTADOR) E O ACESSO À INTERNET

O computador hoje em dia, é considerado como uma das mais poderosíssimas ferramentas de trabalho. Ter um computador, e com ligação à Internet, para além de instrumento de trabalho passa a ser um meio de comunicação, fonte de informação, formação e conhecimento.

No que diz respeito ao acesso à internet, os dados só nos permitam aferir sobre a proporção da população / agregados familiares com acesso a internet via ADSL a partir das operadoras de telecomunicações, ou seja, internet pago. Pelo que, as famílias com acesso a partir das praças digitais situadas ao redor das suas casas, ou mesmo a partir do telemoveis não foram contempladas.

Gráfico 68 - Agregados familiares que possuem pelo menos um computador/portátil e os com acesso à internet, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Com efeito, de acordo com os resultados do Censo 2010, em Cabo Verde, podemos constatar que a nível nacional somente cerca de 20% dos agregados familiares (19,7% da população) possui pelo menos um computador/portátil em casa e somente 7,1% (6,3% da população) tem acesso à internet nas próprias residências.

O acesso a um computador e aos serviços de internet apresentam discrepâncias significativas a nível de meio de residência, com o meio rural a ser claramente desfavorecido tendo em conta que somente 7,1% da população tem acesso a um computador em casa e 1,5% aos serviços de internet. No meio urbano, o acesso é maior e abrange 27,3% dos agregados com pelo menos um computador e 9,9% tem acesso à internet em casa. Sal, Praia e São Vicente são os concelhos com maior nível de acesso a computadores (31,8 %, 31,1% e 24,2%, respectivamente) e internet nas famílias (13,8%, 11,2% e 9,8%, respectivamente).

Tabela 39 - Agregados familiares segundo a posse de bens meios de comunicação e informação, computador, e acesso à internet e televisão por cabo ou satélite por meio de residência e Concelho (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, COMPUTADOR E ACESSO A TELEVISÃO POR CABO OU SATÉLITE E À INTERNET							
		Telefone fixo	Pelo menos um Telemóvel	Aparelho televisão (TV)	Rádio	Leitor de CD / DVD / VIDEO	Computador / Portátil	Acesso à TV cabo ou satélite	Acesso à internet
CABO VERDE	116.873	40,8	75,8	73,9	62,4	51,8	20,4	6,9	7,1
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	77.115	40,1	84,2	82,9	66,4	59,7	27,3	9,1	9,9
Rural	39.758	42,3	59,4	56,6	54,5	36,6	7,1	2,5	1,5
CONCELHO									
Ribeira Grande	4.553	59,1	49,0	67,5	66,7	35,6	9,6	2,5	2,8
Paul	1.628	44,8	41,8	65,0	56,1	30,8	8,2	1,2	2,1
Porto Novo	3.904	40,1	63,7	66,0	68,1	34,7	11,7	2,0	2,8
S. Vicente	19.801	50,9	81,1	81,1	74,1	54,2	24,2	6,3	9,8
Ribeira Brava	2.043	66,1	66,6	77,6	84,5	48,8	14,1	6,5	5,9
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	59,7	66,4	75,7	73,3	43,5	13,3	4,6	4,8
Sal	6.765	32,2	91,9	86,2	64,8	66,7	31,8	9,8	13,8
Boa Vista	2.570	27,1	83,2	70,1	58,2	49,6	19,1	5,3	7,6
Maio	1.883	48,6	69,3	77,7	65,0	49,5	14,4	2,3	3,9
Tarrafal	4.262	34,2	69,1	54,5	47,0	37,8	11,0	2,0	1,6
Santa Catarina	8.585	43,7	67,0	63,4	49,3	48,2	12,8	4,7	2,8
Santa Cruz	5.650	27,3	65,5	58,3	51,3	43,8	9,1	1,8	1,5
Praia	32.967	34,3	87,1	86,2	64,0	64,6	31,1	12,0	11,2
S. Domingos	2.687	36,7	61,7	67,8	53,0	50,2	11,9	2,7	1,6
Calheta de S. Miguel	3.520	32,2	64,1	46,3	46,2	34,5	9,1	2,1	1,0
S. Salvador do Mundo	1.692	38,9	70,0	58,0	51,9	42,0	8,1	1,7	0,7
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	42,6	67,2	59,7	66,3	39,7	11,4	2,0	1,5
Ribeira Grande de Santiago	1.676	33,9	62,4	62,4	40,9	47,3	7,5	2,0	1,3
Mosteiros	2.193	58,5	64,2	60,5	55,6	35,2	11,0	5,0	3,3
S. Filipe	5.071	39,7	75,3	61,1	60,7	37,8	13,8	5,6	5,3
Santa Catarina do Fogo	1.111	42,2	62,7	42,2	55,7	25,6	9,0	3,2	1,7
Brava	1.584	58,4	69,1	80,1	71,6	60,3	13,0	20,5	5,1

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

CAPÍTULO VII – NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES

METODOLOGIA DE CÁLCULO

O Censo 2010 observou um conjunto de variáveis relativas à habitação, à forma de acesso à água, à fonte de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação, ao acesso ao saneamento, a posse de bens de equipamento, tecnologias de informação e comunicação e meio de transporte, variáveis essas que dão algumas indicações sobre o nível de vida dos agregados familiares caboverdianos.

Tendo em conta a multiplicidade das variáveis, à semelhança do ano 2000, foi construído um único indicador, o Nível de Conforto, um indicador compósito cujo princípio de cálculo baseia-se nos aspectos multi-dimensionais da noção da pobreza não monetária.

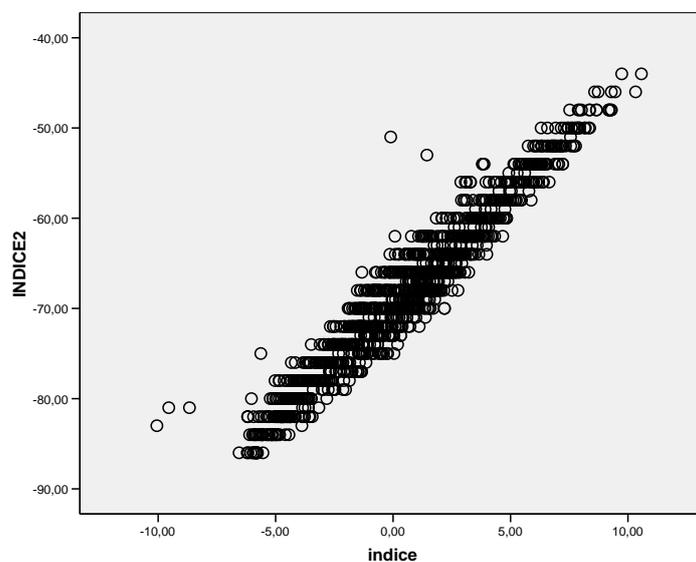
Em termos metodológicos o cálculo do indicador começou com uma análise em Componentes Principais (ACP) no conjunto das 30 variáveis, referentes aos bens de equipamentos e os níveis de acesso às infraestruturas básicas: água, electricidade, saneamento (ver tabela em anexo) com o objectivo de identificar a multicolinearidade entre estas, tendo identificado 5 principais factores.

O ideal seria atribuir a cada variável um peso de acordo com uma medida objectiva (ou subjectiva) de conforto pré-definida, como por exemplo o rendimento ou as despesas, recorrendo a uma regressão. Na ausência dessa medida objectiva (ou subjectiva) de conforto, o indicador, à primeira, foi definido como a soma das componentes ponderada pelo desvio padrão de cada uma delas, reconhecendo assim a importância relativa de cada componente.

Por forma que o indicador possa vir a ser calculado com a mesma metodologia com dados de outros inquéritos, optou-se por definir o índice somente com números inteiros. O índice simplificado foi comparado com o índice calculado a partir das componentes e os valores mostraram-se com uma alta correlação (Gráfico 69), corroborando a ideia de que o índice simplificado pode ser usado em substituição ao índice exato.

Numa segunda fase, os dados foram padronizados de modo a que a amplitude do indicador fosse 100, ou seja, tomasse valores entre 0 e 100. De seguida optou-se por criar cinco níveis de conforto com amplitude do mesmo tamanho e designado por: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Gráfico 69 - Comparação entre o indicador calculado a partir das componentes e o calculado com valores inteiros

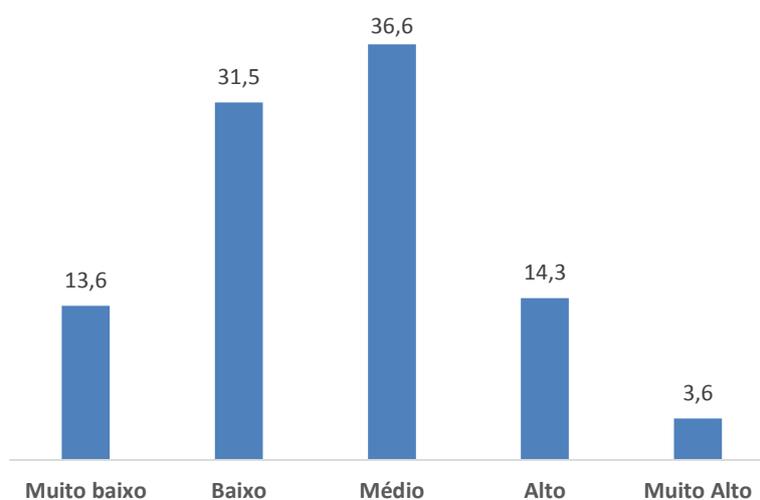


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O indicador do nível conforto permite aferir que a grande maioria dos caboverdianos (54,5%) tem um nível de conforto satisfatório, ou seja, 37% possui um nível médio, 14% um nível alto e 4% um nível muito alto.

Gráfico 70 – População residente nos agregados familiares segundo o índice do nível de conforto (%), Cabo Verde, 2010



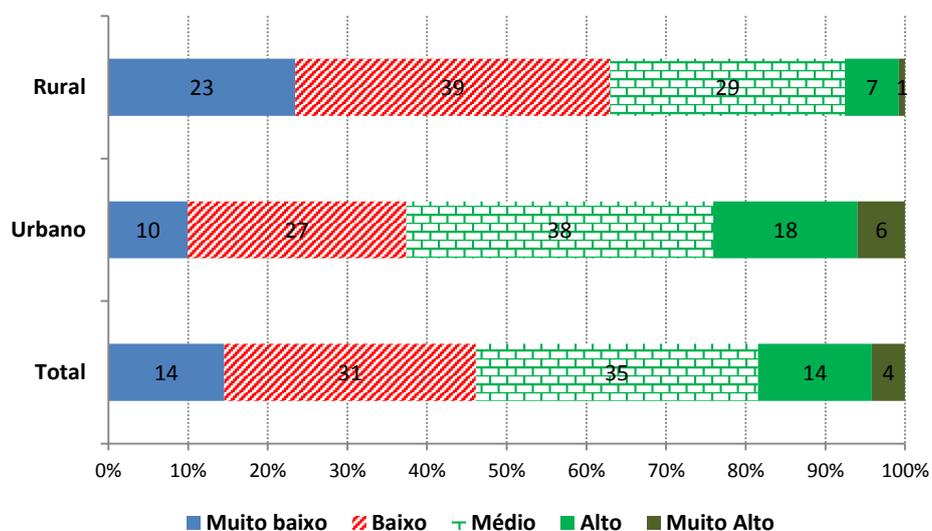
Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Assim como, nas várias variáveis analisadas individualmente nesta análise temática, a análise do nível de conforto põe em evidência as disparidades entre os dois meios de residência com o meio rural a albergar as populações mais desprovidas de conforto, assim como a nível regional.

A partir do gráfico 71, pode-se observar que, enquanto no meio urbano 37% dos agregados tem um nível baixo (27%) ou muito baixo (10%), no meio rural esta percentagem elava-se para 63%, em que 23% tem um nível muito baixo e 39% tem nível baixo, consequência principalmente do fraco acesso a água, saneamento, e a bens de equipamento, principalmente computadores, internet, automóvel, entre outros.

O peso das famílias com nível de conforto alto ou muito alto a nível nacional, é de 18%. Pese embora constatar que estas famílias estão mais concentradas no meio urbano, tendo em consideração que neste meio de residência 24% possui nível alto (18%) ou muito alto (6%). No meio rural, somente 7% das famílias possui nível alto e 1% nível muito alto.

Gráfico 71 – Agregados familiares segundo o índice do nível de conforto, por meio de residência, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

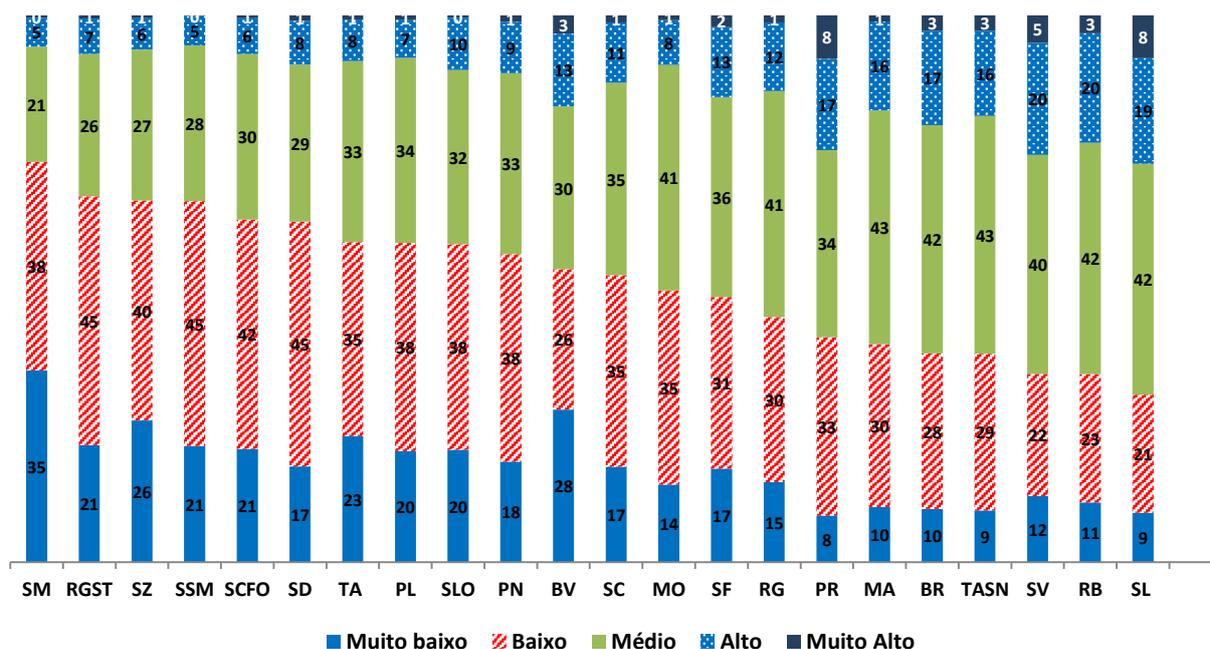
As disparidades regionais também são postas em evidência com este indicador compósito. O Concelho de São Miguel é o Concelho com maior percentagem de famílias a viverem com níveis de conforto muito baixo (35%) ou baixo (38%), confirmando dados existentes sobre a pobreza monetária que considera este Concelho como um dos mais pobres do país, com 45,9 % da população a viver abaixo do limiar da pobreza (QUIBB 2007).

Seguem-se os Concelhos da Ribeira Grande de Santiago, Santa Cruz, São Salvador do Mundo, Santa Catarina do Fogo e São Domingos com mais de 60% dos agregados familiares a viverem com nível baixo ou muito baixo.

Sal, Ribeira Brava e São Vicente são os Concelhos com menor percentagem de famílias com níveis de conforto baixo ou muito baixo (30,5%, 34,2% e 34,2%, respectivamente), e com as maiores percentagens de famílias com níveis alto e muito alto (27%, 23% e 25%, respectivamente).

No Concelho da Praia, capital do país, observa-se alguma desigualdade social, com as percentagens extremas elevadas. Por um lado, apresenta uma significativa percentagem de agregados com níveis de conforto alto (17%) e muito alto (5%), e por outro uma percentagem significativa de famílias com níveis baixo (33%) ou muito baixo (8%).

Gráfico 72 – Agregados familiares segundo o índice de conforto por Concelho, Cabo Verde, 2010

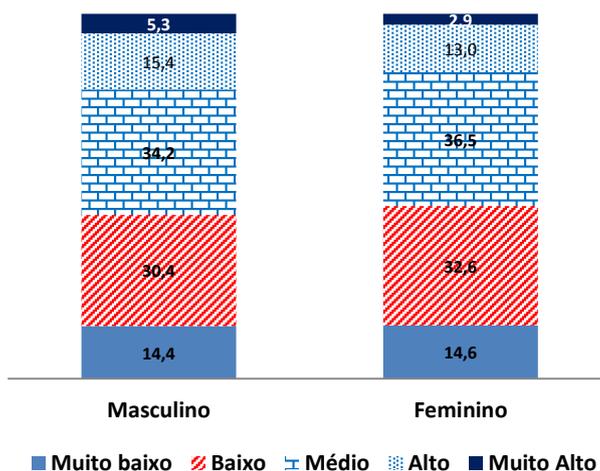


Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

De acordo com estudos anteriores assume-se que a pobreza monetária tem rosto feminino. Da análise do índice de conforto por género, pode-se concluir o mesmo com os agregados representados pelas mulheres a apresentarem níveis de conforto mais baixos (14,6% muito baixo 32,6% baixo) do que os representados pelos homens (14,4% muito baixo e 30,4% baixo).

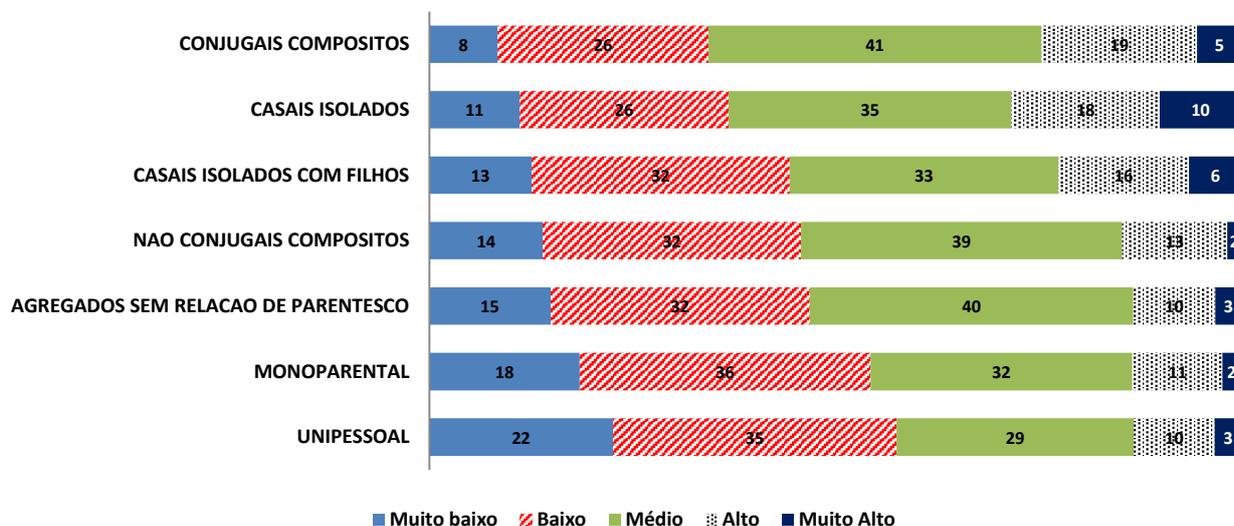
Relativamente aos níveis alto e muito alto, observa-se que enquanto entre os representados por homens o 15,4% possui nível alto e 5,3% nível muito alto, entre as mulheres estas percentagens são respectivamente de 13% e 2,9%.

Gráfico 73 – Agregados familiares segundo o índice de conforto por sexo do representante (%), Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Segundo a tipologia dos agregados familiares podemos constatar que os agregados unipessoais e os monoparentais são os com níveis de conforto mais baixos. Observa-se que nos agregados unipessoais 22,4% tem um nível muito baixo e 34,7% um nível baixo. Nos agregados monoparentais, na sua grande maioria representados por mulheres, 18,5% tem nível muito baixo e 35,7% nível baixo. Os agregados conjugais apresentam maiores níveis de conforto, com 28% dos casais isolados a apresentarem nível alto (18%) ou muito alto (10%). Seguem-se os agregados conjugais compósitos, com 24% destes com nível alto ou muito alto.

Gráfico 74 – Agregados familiares segundo o nível de conforto por tipologia do agregado, Cabo Verde, 2010

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da tabela 40 pode-se observar que a dimensão do agregado familiar varia com o nível de conforto. Os níveis mais baixos e mais alto apresentam dimensões mais pequenas, sendo de 3,6 pessoas entre os agregados com nível muito alto e de 3,9 pessoas nos agregados com nível muito baixo. Os agregados com nível médio apresentam dimensões que rondam os 4,3 pessoas, valor superior ao observado a nível nacional.

Relativamente à densidade habitacional observa-se que esta é inversamente proporcional ao nível de conforto, ou seja, enquanto agregados com nível de conforto baixo habitam alojamentos cuja densidade habitacional ronda os 2,1 pessoas, nos agregados com nível muito alto a densidade ronda os 0,8 pessoas por divisão.

A composição dos agregados tende a correlacionar com o nível de conforto. Observa-se que agregados com níveis de conforto baixo ou muito baixo apresentam, em média, um maior número de crianças, em particular menores de 15 anos (1,5 – 1,6, respectivamente) e menos activos ocupados (1,3 a 1,4, respectivamente). Nos agregados com níveis alto ou muito alto, encontra-se, em média, um numero mais reduzido de crianças menores de 15 anos (1,2 a 1,0, respectivamente) e mais activos ocupados (1,7 a 1,8, respectivamente), facto que nos leva a concluir que as crianças caboverdeanas na sua grande maioria vivem com níveis de conforto médio-baixo.

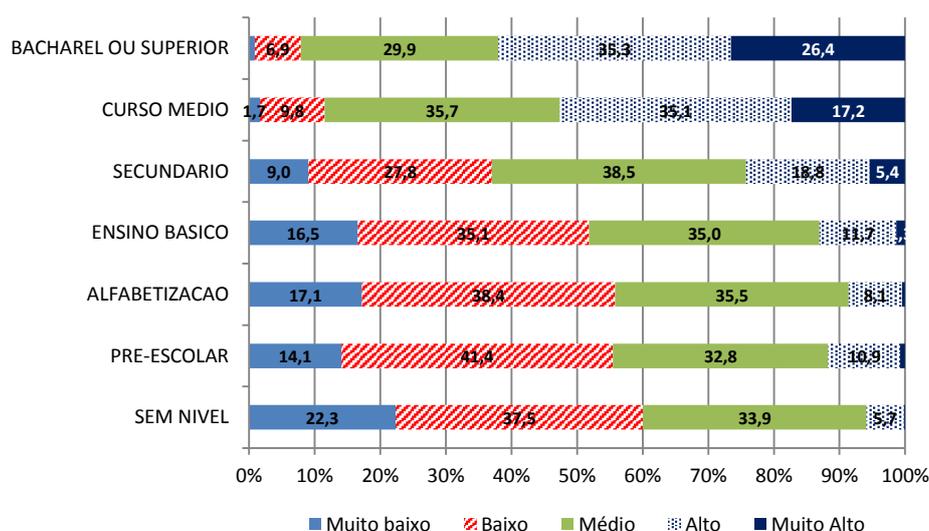
Tabela 40 - Dimensão média do agregado familiar, densidade habitacional, e composição do agregado familiar segundo o nível de conforto. Cabo Verde, 2010

	Nível de Conforto					Total
	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	
Dimensão do agregado familiar	3,9	4,2	4,3	4,2	3,6	4,2
Densidade habitacional	2,1	1,7	1,3	1,0	0,8	1,5
Número médio de crianças 0-5 anos	0,6	0,6	0,5	0,4	0,3	0,5
Número médio de crianças menores 15 anos	1,5	1,6	1,4	1,2	1,0	1,4
Número médio de crianças menores 15 anos a frequentar escola	1,0	1,1	1,0	0,9	0,8	1,0
Número médio de crianças menores 18 anos	1,8	1,9	1,7	1,5	1,2	1,7
Número médio de idosos 60 anos ou mais	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3
Número médio de idosos 65 anos ou mais	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3
Número médio de activos (15 anos ou mais)	1,4	1,6	1,7	1,8	1,8	1,6
Número médio de activos ocupados (15 anos ou mais)	1,3	1,4	1,6	1,7	1,8	1,5

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O nível de conforto é fortemente correlacionado com o nível de instrução dos representantes. Observa-se, a partir do gráfico 75, que os agregados com níveis superiores de instrução são os que apresentam melhores índices de conforto, sendo mais de 60% destes com níveis altos ou muito altos. Somente menos de 8% possui nível baixo ou muito baixo.

Gráfico 75 – Agregados familiares segundo o nível de conforto por nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 41 - Agregados familiares segundo o nível de conforto por meio residência, concelho, sexo do representante e total população (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	NÍVEL DE CONFORTO					
		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	ND
CABO VERDE	116.873	14,5	31,4	35,3	14,2	4,2	0,4
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	77.115	9,9	27,3	38,3	18,1	5,9	0,5
Rural	39.758	23,4	39,4	29,4	6,8	0,8	0,4
CONCELHO							
Ribeira Grande	4.553	14,6	30,1	41,2	12,5	1,3	0,4
Paul	1.628	20,2	37,9	33,7	6,9	0,8	0,4
Porto Novo	3.904	18,3	37,7	32,9	9,3	1,2	0,5
S. Vicente	19.801	12,0	22,2	39,8	20,4	5,0	0,5
Ribeira Brava	2.043	10,9	23,3	42,1	19,9	3,3	0,6
Tarrafal de S. Nicolau	1.275	9,4	28,5	43,3	15,5	2,8	0,4
Sal	6.765	9,0	21,5	42,0	19,2	7,8	0,5
Boa Vista	2.570	27,8	25,6	29,6	13,3	3,3	0,4
Maio	1.883	10,0	29,7	42,6	16,3	1,1	0,3
Tarrafal	4.262	23,0	35,4	33,0	7,6	0,8	0,2
Santa Catarina	8.585	17,3	34,8	35,0	10,9	1,3	0,7
Santa Cruz	5.650	25,8	40,1	27,4	5,7	0,5	0,5
Praia	32.967	8,5	32,5	34,0	16,6	7,9	0,4
S. Domingos	2.687	17,5	44,6	28,6	8,0	1,0	0,3
Calheta de S. Miguel	3.520	34,9	38,0	21,0	5,3	0,4	0,4
S. Salvador do Mundo	1.692	21,2	44,6	28,4	5,4	0,1	0,4
S. Lourenço dos Órgãos	1.453	20,4	37,5	31,7	9,6	0,4	0,3
Ribeira Grande de Santiago	1.676	21,4	45,4	26,0	6,5	0,6	0,2
Mosteiros	2.193	14,1	35,5	41,2	8,2	0,9	0,1
S. Filipe	5.071	17,0	31,3	36,4	12,8	2,1	0,3
Santa Catarina do Fogo	1.111	20,5	41,6	30,1	6,5	0,5	0,8
Brava	1.584	9,7	28,3	41,7	17,2	2,8	0,2
SEXO DO REPRESENTANTE							
Masculino	61.041	14,4	30,4	34,2	15,4	5,3	0,4
Feminino	55.832	14,6	32,6	36,5	13,0	2,9	0,5
POPULAÇÃO							
Efectivos (N)	488.040	66.215	153.645	178.714	69.587	17.782	2.097
Distribuição (%)	100,0	13,6	31,5	36,6	14,3	3,6	0,4

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 42 - Agregados familiares segundo o nível de conforto, por tipologia do agregado e nível de instrução do representante (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	NÍVEL DE CONFORTO					ND
		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	
CABO VERDE	116.873	14,5	31,4	35,3	14,2	4,2	0,4
TIPOLOGIA DO AGREGADO							
Unipessoal	100,0	22,4	34,7	28,9	9,9	3,2	0,8
Casais isolados	100,0	11,1	25,6	34,7	18,2	10,0	0,4
Casais isolados com filhos	100,0	12,6	31,7	33,0	16,1	6,4	0,3
Conjugais compósitos	100,0	8,4	25,9	40,8	19,1	5,4	0,5
Monoparental	100,0	18,5	35,7	32,2	11,1	2,3	0,3
Não conjugais compósitos	100,0	13,9	31,7	39,4	12,9	1,7	0,4
Agregados sem relação de parentesco	100,0	14,8	31,7	39,6	10,1	3,2	0,6
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO REPRESENTANTE							
Sem nível	100,0	22,3	37,5	33,9	5,7	0,2	0,3
Pré-escolar	100,0	14,1	41,4	32,8	10,9	0,8	0,0
Alfabetização	100,0	17,1	38,4	35,5	8,1	0,5	0,4
Ensino básico	100,0	16,5	35,1	35,0	11,7	1,3	0,4
Ensino Secundário	100,0	9,0	27,8	38,5	18,8	5,4	0,5
Curso médio	100,0	1,7	9,8	35,7	35,1	17,2	0,4
Bacharel ou superior	100,0	0,9	6,9	29,9	35,3	26,4	0,5

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela 43 - Agregados familiares segundo o nível de conforto, por situação perante a actividade económica de todos os representantes e situação perante a profissão dos representantes ocupados (%), Cabo Verde, 2010

	TOTAL	NÍVEL DE CONFORTO					
		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	ND
CABO VERDE	116.873	14,5	31,4	35,3	14,2	4,2	0,4
SITUAÇÃO PERANTE ACTIVIDADE ECONÓMICA DO REPRESENTANTE							
Activa ocupada	100,0	13,3	31,4	34,6	15,2	5,1	0,4
Activa desocupada	100,0	23,1	40,0	28,9	6,5	1,1	0,4
Inactiva	100,0	15,9	30,2	37,7	13,1	2,5	0,5
SITUAÇÃO PERANTE A PROFISSÃO							
Trabalhador da Administração Pública	100,0	7,4	20,6	37,9	26,0	7,7	0,4
Trabalhador sector empresarial do Estado	100,0	9,0	23,1	36,0	22,9	8,6	0,4
Trabalhador sector empresarial privado	100,0	11,3	30,1	35,5	15,1	7,5	0,5
Militar / Forças Armadas	100,0	3,5	14,0	49,1	23,7	8,8	0,9
Trabalhador conta própria sem pessoal ao serviço	100,0	15,4	36,4	35,5	10,9	1,4	0,4
Trabalhador conta própria com pessoal ao serviço	100,0	13,7	32,7	31,7	15,5	6,0	0,5
Trabalhador familiar não remunerado	100,0	18,1	38,3	34,7	7,7	0,8	0,3
Trabalhador em casa de família	100,0	21,4	45,2	28,7	4,0	0,3	0,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	100,0	23,3	40,8	27,8	6,8	0,6	0,6
Trabalhador em cooperativas / Ass. Comunitárias	100,0	27,7	41,8	23,0	4,9	2,3	0,3
Trabalhadores em Organizações internacionais	100,0	2,4	11,4	28,5	28,5	27,6	1,6
Trabalhadores em ONG's	100,0	6,3	8,4	41,3	24,5	18,9	0,7
Aprendiz ou estagiário	100,0	11,1	30,6	47,2	8,3	2,8	0,0
Outra situação	100,0	21,5	40,1	29,3	7,4	1,5	0,2
Não sabe / Não respondeu	100,0	22,5	36,3	27,5	10,0	3,1	0,6

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

ANEXOS

Tabela 44 - Tabela comparativo das variáveis pesquisadas no RGPH 2000 e RGPH 2010 por unidade de observação. INE, RGPH 2000 e 2010

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: EDIFÍCIO			
VARIÁVEL	CENSO 2000	CENSO 2010	OBSERVAÇÕES
TIPO DE EDIFÍCIO	NÃO EXISTIA	1. Edifício clássico com 1 alojamento a. Concluído b. Não concluído 2. Edifício clássico com 2 alojamentos a. Concluído b. Não concluído 3. Edifício clássico com 3 ou mais alojamentos a. Concluído b. Não concluído 4. Outro tipo de edifício clássico 5. Edifícios não clássicos (barracas, casa de bidão, contentores)	VARIÁVEL NOVA
TIPO DE UTILIZAÇÃO	NÃO EXISTIA	1. Edifício afecto exclusivamente à habitação 2. Edifício com maior parte da área afectada à habitação 3. Edifício com a maior parte da área afectada a fins diferentes da habitação (comércio, serviços,...)	VARIÁVEL NOVA
NÚMERO DE PISOS	NÃO EXISTIA	1. 1 piso 2. 2 pisos 3. 3 pisos 4. 4 pisos 5. 5 pisos 6. 6 pisos ou mais	VARIÁVEL NOVA
REVESTIMENTO EXTERIOR DA FACHADA PRINCIPAL	1. Pedra solta 2. Pedra e argamassa 3. Blocos de cimento 4. Pedra e terra 5. Outro	1. Revestida com reboco sem pintura 2. Revestida com reboco com pintura 3. Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico 4. Revestida com outros materiais (vidro, madeira, betão armado, pedra rústica, mármore, granito, etc.) 5. Sem revestimento com pedra à vista 6. Sem revestimento com bloco à vista	VARIÁVEL REFORMULADA Antes observada directamente no agregado.
TIPO DE COBERTURA E MATERIAL UTILIZADO	1. Betão armado 2. Telha 3. Fibrocimento 4. Palha 5. Lata/cartão/saco	1. Inclinação, revestida a telhas (fibrocimento, metálicas, etc) 2. Inclinação, revestida em betão 3. Inclinação, revestida a palha 4. Inclinação, revestida com bidão 5. Inclinação, revestida com outro material (madeira) 6. Em terraço (betão armado) 7. Misto (inclinação e em terraço)	VARIÁVEL REFORMULADA Antes observada directamente no agregado.
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	1. Antes de 1990 2. 1990 ou depois. 3. Precisar o ano _ _	1. Antes 1975 2. De 1975 a 1979 3. De 1980 a 1984 4. De 1985 a 1999 5. De 2000 a 2004 6. De 2005 a 2010 7. Não sabe / não respondeu	VARIÁVEL REFORMULADA Antes observada directamente no agregado.
NÚMERO DE ALOJAMENTOS OCUPADOS PARA FINS HABITACIONAIS		Número de alojamentos	VARIÁVEL NOVA

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: ALOJAMENTO			
VARIÁVEL	RGPH 2000	RGPH 2010	OBSERVAÇÕES
TIPO DE HABITAÇÃO FAMILIAR	ALOJAMENTO FAMILIAR 1) Casa individual 2) Apartamento 3) Vivenda 4) Barraca 5) Parte de casa	ALOJAMENTO FAMILIAR 1. Moradia independente 2. Apartamento 3. Barraca (Casa de lata / bidão, casa madeira) 4. Contentor 5. Improvisado em edifício (garagem, escola, fabrica) 6. Outro local habitado 7. <i>Agregado familiar num alojamento colectivo</i>	REFORMULADA
	ALOJAMENTO COLECTIVO:	ALOJAMENTO COLECTIVO: 2. Hotéis, residenciais e similares 3. Centro de reabilitação / lar de crianças / adolescentes 4. Lar estudantes 5. Lar de idosos 6. Lar de freiras / padres e similares 7. Quartel 8. Prisão 9. Hospital 10. Centros de reabilitação 11. Trabalho (estaleiros de obras)	VARIÁVEL REFORMULADA
FORMA DE OCUPAÇÃO	NÃO EXISTIA	1. Residência habitual 2. Uso sazonal /Residência secundária 3. Vazio para vender 4. Vazio para arrendar 5. Vazio outro motivo 6. Vazio sem informação	VARIÁVEL NOVA
SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO	NÃO EXISTIA	1. Ocupado aceita responder 2. Ocupado recusa responder 3. Ocupado, mas ausente	VARIÁVEL DE CONTROLO
PROPRIEDADE DO ALOJAMENTO	NÃO EXISTIA	1. Ao privado /pessoa particular 2. Ao Estado 3. À Câmara Municipal 4. Não sabe	VARIÁVEL NOVA
NÚMERO DE DIVISÕES	Número de divisões	Número de divisões	
LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	NÃO EXISTIA	1. Sim, no interior do alojamento 2. Sim, no exterior do alojamento 3. Não tem água canalizada da rede pública	VARIÁVEL NOVA
ELECTRICIDADE	NÃO EXISTIA	1. Sim 2. Não	Antes observada directamente no agregado.
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	1. Casa de banho com retrete 2. Casa de banho sem retrete 3. Retrete / Latrina 4. Sem casa de banho, sem retrete e nem latrina	1. Sanita com autoclismo 2. Sanita sem autoclismo 3. Latrina 4. Não tem sanita nem latrina pública	REFORMULADA Antes observada directamente no agregado.
INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	NÃO EXISTIA	1. Sim 2. Não	VARIÁVEL NOVA
SISTEMA EVACUAÇÃO ÁGUAS RESIDUAIS	NÃO EXISTIA	1. Rede pública de esgoto 2. Fossa séptica 3. Não tem	VARIÁVEL NOVA
COZINHA	1. Sim 2. Não	1. Sim, no interior do alojamento 2. Sim, no exterior do alojamento 3. Alojamento kitchenette 4. Não tem cozinha nem kitchenette	VARIÁVEL REFORMULADA

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: ALOJAMENTO			
VARIÁVEL	RGPH 2000	RGPH 2010	OBSERVAÇÕES
MATERIAL DO PAVIMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cimento 2. Terra 3. Madeira / parquet 4. Mosaico 5. Mármore/ marmorite 6. Outra (sintético, cortiça, borracha) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cimento 2. Madeira / parquet 3. Mosaico 4. Mármore/ granito 5. Terra 6. Outra (sintético, cortiça, borracha) 	VARIÁVEL REFORMULADA
FORMA DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arrendada / subarrendada 2. Própria 3. Cedida 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Própria / Co-proprietário 2. Arrendatário / subarrendatário 3. Cedido pelo empregador 4. Cedido de outra forma 5. Outra condição 	VARIÁVEL REFORMULADA
VALOR DA RENDA	NÃO EXISTIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Menos de 10.000 2. De 10.000 a 14.999 3. De 15.000 a 19.999 4. De 20.000 a 24.999 5. De 25.000 a 34.999 6. 35.000 ou mais 	VARIÁVEL NOVA
NÚMERO DE DIVISÕES QUE OCUPA	QUANTIDADE	QUANTIDADE	COMPARÁVEL
NÚMERO DE DIVISÕES QUE UTILIZA PARA DORMIR	QUANTIDADE	QUANTIDADE	COMPARÁVEL
PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Electricidade 2. Vela 3. Petróleo 4. Gás 5. Outro 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gás 2. Electricidade 3. Petróleo 4. Outro 	VARIÁVEL REFORMULADA
PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Água canalizada da rede pública 2. Água canalizada mas da casa dos vizinhos 3. Chafariz 4. Autotanque 5. Outra fonte 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Água canalizada da rede pública 2. Cisterna 3. Autotanque 4. Chafariz 5. Poço 6. Nascente 7. Levada 8. Outra 	VARIÁVEL REFORMULADA
PRINCIPAL MODO DE EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fossa séptica 2. Rede esgotos 3. Redor da casa 4. Natureza 5. Outro 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fossa séptica / Rede esgotos 2. Redor da casa 3. Natureza (mar, ar livre, céu aberto) 4. Outro 	VARIÁVEL REFORMULADA
MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXOS CASEIROS)	NÃO EXISTIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colocado em contentores 2. Recolhido pelo carro de lixo 3. Enterrados /queimados 4. Jogado ao redor da casa 5. Jogado na natureza 6. Outro 	VARIÁVEL NOVA
PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carvão 2. Lenha 3. Petróleo 4. Gás 5. Electricidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gás 2. Lenha 3. Carvão 4. Electricidade 5. Outro 6. Não prepara 	VARIÁVEL REFORMULADA

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: ALOJAMENTO			
VARIÁVEL	RGPH 2000	RGPH 2010	OBSERVAÇÕES
BENS DE EQUIPAMENTO E ACESSO A SERVIÇOS	RÁDIO TELEVISÃO FRIGORIFICO AUTOMÓVEL VÍDEO CASSETE	FRIGORIFICO FOGÃO A GÁS / CAMPINGAS MICROONDAS ARCA CONGELADORA MAQUINA LAVAR ROUPA APARELHO DE AR CONDICIONADO TERMO ACUMULADOR TELEFONE FIXO TELEMÓVEL TELEVISÃO RÁDIO LEITOR CD/DVD/VÍDEO COMPUTADOR ACESSO A TV A CABO ACESSO A INTERNET AUTOMÓVEL	VARIÁVEL REFORMULADA

Fonte: INE CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

BIBLIOGRAFIA

Instituto Nacional de Estatística. Censos 1990, 2000 e 2010.

Condições de vida dos agregados familiares, Censo 2000.

Manual do Recenseador, Censo 2010.

Documento Metodológico, Censo 2010.

Programa Nacional de Luta contra a Pobreza - PNL

As Grandes Opções do Plano, Uma Agenda Estratégica, 2002